

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARTES, ARQUITETURA, COMUNICAÇÃO E DESIGN**

ANA CAROLINA BRANDÃO DA SILVA

**ENQUADRAMENTOS TEMÁTICOS/CONTEXTUAIS NOS VÍDEOS SOBRE O
EMBATE ENTRE JAIR BOLSONARO E O STF NO CANAL DA BBC NEWS BRASIL**

BAURU

2023

ANA CAROLINA BRANDÃO DA SILVA

ENQUADRAMENTOS TEMÁTICOS/CONTEXTUAIS NOS VÍDEOS SOBRE O EMBATE
ENTRE JAIR BOLSONARO E O STF NO CANAL DA BBC NEWS BRASIL.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado em Comunicação da Faculdade de Artes, Arquitetura, Comunicação e Design da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob a orientação do Prof. Dr. Carlo José Napolitano.

BAURU

2023

Silva, Ana Carolina Brandão.

Enquadramentos temáticos/contextuais nos vídeos sobre o embate entre Jair Bolsonaro e o STF no canal da BBC News Brasil / Ana Carolina Brandão da Silva, 2023.

125 f. : il.

Orientador: Carlo José Napolitano

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru, 2023

1. Jornalismo Contextual. 2. Análise de Enquadramento. 3. BBC News Brasil. 4. Supremo Tribunal Federal. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design. II. Título.

POTENCIAL IMPACTO DA DISSERTAÇÃO

Do ponto de vista científico, acredita-se que o trabalho possa contribuir para estudos sobre a importância do contexto no Jornalismo. Em relação ao impacto social, acredita-se que a pesquisa possa contribuir para análises, por parte da sociedade desse período que as instituições foram ameaçadas.

POTENTIAL IMPACT OF THE DISSERTATION

From a scientific point of view, it is believed that the work can contribute to studies on the importance of context in Journalism. In regards to social impact, it is believed that the research can contribute to society's analyses of this period in which institutions were threatened.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de ANA CAROLINA BRANDÃO DA SILVA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 11 dias do mês de agosto do ano de 2023, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE Mestrado de ANA CAROLINA BRANDÃO DA SILVA, intitulada **ENQUADRAMENTOS TEMÁTICOS/CONTEXTUAIS NOS VÍDEOS SOBRE O EMBATE ENTRE JAIR BOLSONARO E O STF NO CANAL DA BBC NEWS BRASIL**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor Associado CARLO JOSÉ NAPOLITANO (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design / Universidade Estadual Paulista, Professor Associado DANILO ROTHBERG (Participação Presencial) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação de Bauru, Professor Doutor JULIANO MENDONÇA DOMINGUES DA SILVA (Participação Virtual) do(a) Centro de Ciências Sociais - Departamento de Comunicação Social. / Universidade Católica de Pernambuco. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Professor Associado CARLO JOSÉ NAPOLITANO

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a todas as professoras e professores que passaram pela minha vida por todos os ensinamentos e pela colaboração inegável para que eu me tornasse a profissional e a pessoa que sou hoje.

Agradeço também à Unesp, instituição que fez de mim jornalista e que sempre me incentivou a exercitar o pensamento crítico e a empatia.

Agradeço aos meus pais por todo o suporte durante os anos de graduação e pós-graduação.

Agradeço ao Prof. Dr. Carlo José Napolitano por toda a dedicação, ensinamentos e paciência durante essa jornada. Com ele pude vivenciar o mestrado de maneira leve e respeitosa e pude confirmar o que muitos colegas compartilharam comigo, o Carlo é um dos melhores docentes que a Unesp poderia ter.

Agradeço ao Tito, meu namorado e companheiro de vida, pelo suporte desde a graduação e por sempre acreditar no meu potencial e me incentivar a crescer.

RESUMO

Durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) a democracia e as instituições que a representam foram ameaçadas. Em diferentes oportunidades o ex-chefe do Executivo brasileiro demonstrou total despreparo e desrespeito ao Estado Democrático de Direito. Entre suas estratégias, destacam-se os ataques destinados ao Supremo Tribunal Federal (STF) e aos seus ministros com a justificativa de que a Corte extrapolava de suas funções e o impedia de governar, algo descartado por estudiosos da área. Além de ataques, Bolsonaro adotou como estratégia a implementação de medidas autoritárias e inconstitucionais utilizando para isso do expediente de editar decretos e outras medidas administrativas que desvirtuavam leis. Devido ao embate motivado por Bolsonaro, o tribunal passou a ser foco de interesse de maneira mais frequente da imprensa brasileira. Diante deste cenário, a presente pesquisa propõe um estudo sobre o enquadramento utilizado pelo canal de YouTube da BBC News Brasil em vídeos sobre o embate entre o Supremo e Jair Bolsonaro. Desse modo, a pesquisa objetivou verificar se a abordagem da BBC se aproxima de características do Jornalismo Contextual, prática que se diferencia, entre outras coisas, por oferecer informações que vão além das questões clássicas e básicas do *lead*, por fazer referência a episódios anteriores relacionados ao mesmo assunto e por explicar e interpretar os acontecimentos. Para tal, foi realizado inicialmente um resgate teórico sobre temas como valores-notícia, a relação entre jornalismo e cidadania, o populismo de Bolsonaro e Jornalismo Contextual. Em relação aos recursos metodológicos adotados, a pesquisa se baseou na análise de enquadramento, verificando a profundidade do enfoque, o número e natureza das fontes consultadas, os aspectos envolvidos e as hipóteses apuradas. Os resultados da pesquisa apontam para uma prevalência de enquadramentos temáticos/contextuais e a uma postura por parte da BBC de explicar, contextualizar e interpretar as notícias indo, dessa forma, ao encontro do Jornalismo Contextual.

Palavras-chave: Jornalismo Contextual; Análise de Enquadramento; BBC News Brasil; Supremo Tribunal Federal.

ABSTRACT

During the term of former President Jair Bolsonaro (2019-2022) democracy and the institutions that represent it were threatened. On different occasions, the former head of the Brazilian Executive has shown total lack of preparation and disrespect for the Democratic State of Law. Among his strategies, the attacks aimed at the Federal Supreme Court (STF) and its ministers stand out with the justification that the Court went beyond its functions and prevented it from governing, something discarded by scholars in the area. In addition to attacks, Bolsonaro adopted as a strategy the implementation of authoritarian and unconstitutional measures, using the expedient of issuing decrees and other administrative measures that distorted laws. Due to the clash motivated by Bolsonaro, the court became the focus of interest more frequently in the Brazilian press. Given this scenario, this research proposes a study on the framing used by the BBC News Brasil YouTube channel in videos about the clash between the Supreme Court and Jair Bolsonaro. In this way, the research aimed to verify whether the BBC's approach brings it closer to the characteristics of Contextual Journalism, a practice that stands out, among other things, for offering information that goes beyond the classic and basic questions of the lead, for making reference to previous episodes related to the same subject and for explaining and interpreting events. To this end, a theoretical rescue was initially carried out on topics such as news values, the relationship between journalism and citizenship, Bolsonaro's populism and Contextual Journalism. Regarding the methodological resources adopted, the research was based on the framework analysis, verifying the depth of focus, the number and nature of the sources consulted, the aspects involved and the hypotheses verified. The survey results point to a prevalence of thematic/contextual frameworks and a posture on the part of the BBC to explain, contextualize and interpret the news, thus going towards Contextual Journalism.

Key-words: Contextual Journalism; Framing Analysis; BBC News Brazil; Federal Court of Justice.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Valores-notícia segundo Gislene Silva.....	25
Quadro 2: Características das reportagens explicativa e convencional.....	46
Quadro 3: <i>Corpus</i> de análise	94

Sumário

1 INTRODUÇÃO	11
2 JORNALISMO: ALGUNS CONCEITOS CHAVES.....	20
2.1 Valores-notícia e critérios de noticiabilidade	20
2.2 Um outro olhar sobre os critérios de noticiabilidade	25
2.3 A relação entre noticiabilidade e contextualização	28
3 JORNALISMO E CONTEXTO.....	33
3.1 Contexto no jornalismo: a busca por uma definição conceitual	33
3.2 Um outro olhar sobre o contexto no jornalismo.....	39
4 O JORNALISMO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A CIDADANIA	51
4.1 Direito à informação e cidadania	51
4.2 Os entraves do jornalismo comercial para a cidadania	59
4.3 Jornalismo público e a cidadania	62
5 BBC BRASIL: DA FUNDAÇÃO ATÉ OS DIAS ATUAIS.....	66
5.1 A origem da BBC	66
5.1.1 A radiodifusão pública na Europa Ocidental	66
5.1.2 As fases históricas da BBC.....	69
5.1.3 A BBC Brasil na internet	78
5.1.4 Canal do YouTube da BBC News Brasil.....	80
6 O POPULISMO DE BOLSONARO.....	82
6.1 Um olhar político sobre o populismo.....	82
6.2 A atuação do Supremo Tribunal Federal durante o governo Bolsonaro (2019-2022).....	88
7 METODOLOGIA.....	91
7.1 Análise de enquadramento	91
8 ANÁLISE EMPÍRICA	95
8.1 Vídeo 1: O que acontece com investigação contra Flávio Bolsonaro após decisão do STF?.....	95
8.2 Vídeo 2: <i>Impeachment?</i> Condenação no STF? Qual pode ser o impacto da denúncia de Moro contra Bolsonaro	98
8.3 Vídeo 3: O que esperar do julgamento do STF sobre o inquérito das <i>fake news</i>	101
8.4 Vídeo 4: Kassio Nunes aprovado no STF: qual será seu papel em casos contra Bolsonaro, Flávio e Lula?	103
8.5 Vídeo 5: Covaxin: o que acontece após senadores pedirem ao STF denúncia contra Bolsonaro	106
8.6 Vídeo 6: O surpreendente aceno de Bolsonaro ao STF, com participação de Temer....	109

8.7 Vídeo 7: Daniel Silveira: em 4 pontos, o que pode acontecer após indulto de Bolsonaro	110
8.8 Análise dos resultados	113
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119

1 INTRODUÇÃO

É notório o fato de que no decorrer da história do jornalismo sua sobrevivência foi colocada em dúvida em diferentes oportunidades. Assim foi quando do surgimento da televisão. Os mais pessimistas acreditavam que o novo meio não apenas tiraria o protagonismo do impresso, mas seria o responsável por sua extinção. O mesmo se aplica ao digital: se o cidadão comum passou a ser capaz de relatar em primeira mão os acontecimentos utilizando como ferramenta o seu *smartphone*, qual seria então a relevância do jornalismo profissional?

Essa pergunta parece ter sido respondida em 2020 quando o mundo foi surpreendido por uma pandemia que, no Brasil, até meados de março de 2023, vitimou por volta de 700 mil pessoas. Durante esse período em que as redes sociais foram inundadas por desinformação, evidenciou-se o papel de destaque do jornalismo profissional enquanto propagador de informações confiáveis e de qualidade.

Mas o que seria qualidade no jornalismo? Para alguns, a qualidade está diretamente relacionada ao oferecimento de contexto, explicação e interpretação. Se em épocas anteriores a atividade jornalística assumia a função central de disponibilizar informações em primeira mão, cabe agora oferecer informação contextualizada, ligar aquilo que está fragmentado para que o público possa fazer seus próprios julgamentos.

Ao se falar em contexto é possível citar aqui alguns autores que se debruçaram sobre a questão. Franklin et al. (2005), por exemplo, analisaram o contexto a partir de três perspectivas: o contexto de produção, o *background* da notícia e os antecedentes históricos e/ou sociais. A ideia de contexto a ser trabalhada ao longo da dissertação dialoga de maneira mais efetiva com as duas últimas. Desse modo, é necessário esclarecer que o *background* diz respeito à referência a episódios anteriores relacionados ao mesmo assunto a partir do oferecimento de informações que vão além das questões clássicas e básicas do *lead*. A contextualização mais ampla é abordada pelos autores ao tratarem dos antecedentes históricos e/ou sociais. A partir do fornecimento de tais informações, é possível ajudar o leitor a compreender o significado do acontecimento noticiado. Para isso, é necessário um trabalho de pesquisa mais aprofundado e intensivo.

Autores clássicos como Traquina (2002) também abordaram a questão do contexto no jornalismo. Ao sistematizar os valores-notícia tomando como referência Wolf, Traquina salienta a importância do contexto na abordagem do valor-notícia consonância, que pode ser definido

como o esforço de inserir um novo acontecimento em uma narrativa já conhecida. Essa seria uma forma eficaz de atender às expectativas do leitor.

Cornu (1999) foi outro pesquisador que se dedicou ao estudo do jornalismo e abordou o contexto. Analisando suas ideias, Lückman (2020) identificou que o autor tratou do assunto ao comparar os trabalhos do jornalista e do historiador, mais especificamente as investigações jornalística e histórica. A semelhança entre ambas se dá pelo fato de que as duas tratam de informações que relatam fatos, apesar do jornalismo não se restringir a eles e interpretar os fatos atuais implícita ou explicitamente. Desse modo, de acordo com Cornu, o jornalista assume o papel de intérprete da realidade.

O estudo das três ordens da informação (observação, interpretação e narração) é outra ideia desenvolvida por Cornu que vale registro. Ao abordar especificamente a ordem da interpretação, o autor identifica elementos relacionados ao contexto. Para ele, a interpretação é parte indissociável do processo jornalístico, ocupando e invadindo as três ordens que estruturam a informação.

A análise do teórico sobre interpretação jornalística é baseada nas seguintes categorias: interpretação causal, interpretação axiológica e interpretação compreensiva. O contexto é identificado pelo autor ao definir a interpretação causal, entendida, em linhas gerais, como a resposta aprofundada e exaustiva ao "como" e "por quê?" do *lead* jornalístico. Além disso, identifica-se como outra característica da interpretação causal a sua possível contribuição para a formulação de hipóteses sobre o desenrolar dos acontecimentos.

Assim como Cornu, que recorreu à comparação entre duas atividades, Alsina (2009) também encontrou semelhanças entre o jornalista e outro profissional, no caso, o cientista social. Em sua visão, os dois são intérpretes do acontecer social e a contextualização estaria na etapa final do processo de produção da notícia. Contextualizar, para o autor, é o esforço de estabelecer conexões com outros acontecimentos, explicar e até mesmo interpretar, é uma maneira de dar sentido ao acontecimento transformado em fato jornalístico.

A partir das formulações acima abordadas e de outras que serão especificadas no decorrer deste trabalho será possível refletir sobre a importância do contexto na prática jornalística. Para isso, recorre-se a um tema relevante que permeou o debate público nos últimos anos: o embate entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e Jair Bolsonaro. A Corte conquistou um espaço de destaque na mídia devido ao clima de animosidade entre o ex-presidente e o tribunal, motivado pelo primeiro.

Durante o mandato de Bolsonaro, uma velha questão que já não assombrava o Brasil voltou a nos rondar: o respeito à democracia. Nos quatro anos em que esteve à frente da presidência do país, Bolsonaro, em diferentes oportunidades, atacou as instituições democráticas e por extensão o próprio regime democrático. Entre os seus alvos preferidos estava o Supremo Tribunal Federal (STF), instituição que apenas cumpriu e cumpre o papel esperado de um tribunal constitucional.

Para especialistas como Eloísa Machado, coordenadora do projeto Supremo em Pauta, a atuação mais expressiva do Supremo principalmente no que diz respeito aos controles dos atos do Poder Executivo, função reconhecida pela Constituição Federal, muito tem a ver com a postura do presidente que demandou maior atuação da Corte, sendo descabida a acusação, principalmente por parte de seus apoiadores, de que o STF extrapolou suas funções.

O fomento a um discurso anti-STF tornou-se uma estratégia política do ex-presidente. Contrariando o que se esperava de um chefe do Executivo, Bolsonaro foi a público diversas vezes para demonstrar a sua insatisfação em relação às decisões da Corte. Entre os motivadores desse embate destacam-se o inquérito das *fake news*, aberto em março de 2019 por iniciativa do tribunal após uma escalada de ameaças e notícias falsas sobre os ministros da Corte espalhadas pela militância bolsonarista; a divulgação em abril de 2020 de um vídeo de uma reunião pelo ministro Celso de Mello em que um ministro de Bolsonaro ameaçava os juízes do STF chegando a chamá-los de vagabundos e a incitar o fechamento do tribunal; a suspensão pelo ministro Edson Fachin da alíquota zero para a importação de revólveres e pistolas; a gestão da pandemia com destaque para a decisão do STF em abril de 2020 de que cabia aos estados e municípios a competência legal para decretar medidas de restrição social em que Bolsonaro afirmou ter sido “castrado” pelo Supremo, entre diversos outros exemplos.

Uma das chaves explicativas para a postura do ex-presidente diante das instituições democráticas está no que alguns autores definem como populismo. No entanto, é importante ressaltar que a conceituação utilizada aqui extrapola as noções sociológicas de elite e povo. Desse modo, seguindo as ideias de Barros e Lago (2022) em artigo publicado na revista *Piauí*¹, tais categorias serão abordadas a partir de um olhar político. Ou seja, o conceito de elite não está condicionado à classe social e à renda, o mesmo se aplica a noção de povo. Na lógica bolsonarista e por conseguinte do populismo do tipo reacionário, povo está diretamente ligado à ideia de “cidadão de bem”. Já a elite, alvo do ex-presidente, abrange as categorias civil, administrativa e intelectual.

¹ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/transgressoes-do-populismo/>

Para fazer sua mensagem chegar a esse povo ao qual o ex-presidente direciona a sua atenção, ele usa como uma de suas principais estratégias o insuflamento do ressentimento. O “povo” do discurso bolsonarista seriam aquelas pessoas que têm dificuldade em lidar com as transformações econômicas e culturais vivenciadas nos últimos anos.

Ao analisar o populismo de Bolsonaro, Barros e Lago (2022) compreendem que o ex-presidente considera que o período que corresponde a Nova República, em que ocorreu a constituição e solidificação das instituições democráticas liberais, representaria, para ele, o declínio do próprio país. Dessa forma, mostra-se extremamente hostil à ideia de equilíbrio dos poderes, ou seja, a prerrogativa de que cabem aos poderes controlarem uns aos outros. Seguindo essa lógica, durante o seu mandato, Bolsonaro atacou repetidas vezes os poderes Legislativo e Judiciário utilizando-se do argumento de que tais instituições são responsáveis por o impedirem de governar.

Além de ameaçar descumprir decisões do STF, o ex-presidente também afirmou que colocaria na Corte juízes que estivessem de acordo com suas ideias e que correspondessem aos seus interesses. Porém, não parou por aí, Bolsonaro chegou até mesmo a ameaçar fechar o tribunal.

O embate entre Bolsonaro e o STF, fomentado pelo primeiro durante todo o seu mandato, é um tema de inquestionável relevância. Por isso, foi abordado por veículos jornalísticos brasileiros e internacionais em diversas oportunidades, como é o caso da BBC Brasil, veículo objeto dessa pesquisa.

A subsidiária brasileira parece seguir valores que foram cristalizados na cultura profissional da corporação pública desde a sua criação. Assim como outros veículos de natureza semelhante, a BBC Brasil parece se mostrar como uma alternativa aos veículos da imprensa comercial onde se observa em muitos deles uma tendência à fragmentação e superficialidade.

Fundada em 1938, o serviço brasileiro da BBC completará, em 2023, 85 anos de existência. Durante a sua história, a empresa preocupou-se em seguir tendências tecnológicas, criando, por exemplo, um canal na plataforma de vídeos YouTube, em 6 de julho de 2007. Atualmente, o canal conta com mais de 3 milhões de inscritos.

Ao longo dos anos, foram publicados conteúdos sobre diversos temas desde entrevistas, reportagens, notícias e documentários até quadros fixos e vídeos que flertavam com o entretenimento. Entre os assuntos abordados destacam-se os eventos que ilustram o clima de tensão entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e o Supremo Tribunal Federal, alimentado pelo primeiro.

De acordo com informações divulgadas pelo próprio Serviço Brasileiro da BBC (BBC, 2009), os princípios editoriais da empresa permanecem os mesmos desde a sua criação. Porém, são aplicados de diferentes formas a depender da plataforma em que o conteúdo é disponibilizado (texto *online*, áudio ou vídeo).

Especificamente sobre a produção em vídeo, a BBC esclarece que segue as regras de imparcialidade, objetividade e simplificação que permeiam a produção em texto. Esclarece também em sua Carta Real de 2016 – documento legal básico que orienta o funcionamento da BBC – que a missão da empresa é atuar em prol do interesse público. Para isso, oferece produtos e serviços imparciais, de alta qualidade e que se diferenciam por informar, educar e entreter.

A partir dos cenários teórico e político especificados, a pesquisa se dedicou ao seguinte problema: “ de que maneira a abordagem de notícias relacionadas ao embate entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e o STF pelo canal de YouTube da BBC News Brasil se diferencia dos demais veículos jornalísticos?”.

Sendo assim, a pesquisa objetivava verificar a qualidade da contextualização nos vídeos sobre o STF publicados pela BBC. Pretendeu-se observar se o veículo esclarece e interpreta aspectos primordiais para o entendimento do assunto abordado. Supõe-se que por ser um veículo de natureza pública e por sua tradição, a BBC segue na plataforma YouTube aquilo que é observado nos demais meios onde se faz presente. Ou seja, parte-se do princípio de que existe por parte da empresa uma preocupação em oferecer informação de qualidade, sendo o contexto um elemento diferenciador de sua produção.

Estando esclarecidos os pontos centrais da pesquisa, os objetivos específicos são os seguintes: em um primeiro momento, estudar as premissas, regras e valores seguidos pelos veículos da imprensa comercial como forma de identificar as diferenças em relação aos veículos de natureza pública, e refletir sobre a relação entre oferta de conteúdo jornalístico de qualidade e cidadania. A pesquisa tem ainda como objetivos compreender características do Jornalismo Contextual e descrever o enquadramento que se destaca nos vídeos da BBC.

Desse modo, a dissertação mostra-se pertinente pela possibilidade de aprofundar os estudos em torno de um tema relevante e atual no campo da Comunicação, o Jornalismo Contextual. A prática vai ao encontro da ideia de que o papel do jornalismo na atualidade é se aprofundar nos temas contextualizando os acontecimentos e oferecendo explicação para que o público seja capaz de analisar os assuntos de maneira mais crítica, entendendo as conexões entre os fatos e os seus desencadeamentos.

Em relação ao tema dos vídeos, optou-se pela delimitação “Supremo Tribunal Federal”, mais especificamente, a tensão entre os poderes Executivo e Judiciário, tendo em vista a importância da democracia e a ameaça imposta a ela pelo ex-presidente. Como já observado, durante o período em que esteve à frente da presidência do país, Bolsonaro jogou luz sobre a atuação da Corte, questionamento sua atuação e demonstrando total despreparo e oportunismo, já que em suas falas deixa claro seu desconhecimento sobre o STF, a função da Corte, sua importância e seu desrespeito em relação às instituições democráticas e ao Estado Democrático de Direito.

As falas do ex-presidente parecem reverberar principalmente naqueles que desconhecem as atribuições e o que é realmente o Supremo Tribunal Federal brasileiro e, em alguma medida, fazem com que parte dos brasileiros desconfie da instituição. É o que revelou, por exemplo, a pesquisa “A cara da democracia” realizada pelo Instituto da Democracia (IDDC-INCT). De acordo com o levantamento, os períodos de maior desconfiança em relação à Corte parecem coincidir com os períodos em que Bolsonaro mais atacou o Supremo. Em 2021, o percentual de brasileiros que não confiavam na instituição chegou a 43%. Em 2022, houve leve recuo e 37% dos entrevistados afirmaram não confiar no STF.

Outra pesquisa que confirma a percepção de que existe um certo desconhecimento em relação à Corte é o levantamento feito pela consultoria Qaest em agosto de 2022. De acordo com os dados, 72% dos entrevistados não souberam citar nenhuma função específica da Corte. Além disso, o levantamento também apontou que, por desconhecimento, 82% das pessoas ouvidas disseram acreditar que nenhuma ação do STF tenha afetado a própria vida diretamente.

Em relação à escolha do meio, optou-se pela plataforma YouTube tendo em vista a sua relevância no contexto atual. A discussão sobre o papel das redes sociais na contemporaneidade, e, mais especificamente os prejuízos causados pela disseminação de notícias falsas é, inegavelmente, importante e necessária. Porém, é de se considerar também as potencialidades do meio digital. O YouTube, por exemplo, pode se apresentar como uma plataforma que por estar livre das amarras dos meios jornalísticos tradicionais, como o televisivo que possui uma estrutura rígida e um tempo de exibição limitado, como uma alternativa capaz de oferecer uma abordagem mais contextualizada.

Além disso, a escolha do meio levou em consideração o fato de que o consumo de notícias no Brasil vem sofrendo significativas mudanças nos últimos anos. De acordo com dados do levantamento *Digital News Report 2022*, realizado pelo Instituto Reuters, o YouTube se tornou pela primeira vez a principal maneira de o brasileiro se informar nas plataformas

digitais. Para 43% dos entrevistados, a plataforma de compartilhamento de vídeos do Google é o meio preferido de fonte de informação.

Em linhas gerais, a intenção da pesquisa é, entre outros pontos, fomentar o debate acerca do contexto no jornalismo a partir de diferentes olhares epistemológicos. Destaca-se aqui a contribuição inegável das ideias formuladas por Ana Paula Lückman que explorou as potencialidades de uma teoria do jornalismo que incluía o contexto e a contextualização entre seus conceitos estruturantes.

Em relação às abordagens metodológicas, optou-se por iniciar o estudo com a etapa de revisão da literatura abordando temas que viabilizaram o contato teórico com o objeto selecionado e possibilitaram que a análise e a interpretação fossem realizadas de maneira fundamentada. Nesta etapa inicial, foram feitas a revisão de obras que se dedicaram ao estudo dos valores jornalísticos seguidos pelos veículos com destaque para a questão da seleção do acontecimento; pesquisas que abordam o tema Jornalismo Contextual e que identificaram suas principais características; estudos que se debruçaram sobre a relação jornalismo e cidadania, com destaque para a reflexão acerca do acesso à informação como direito-meio; pesquisas sobre o jornalismo público e suas principais diferenças em relação ao jornalismo comercial; um resgate/relato sobre a relação do ex-presidente da República com o STF; e, por fim, um levantamento histórico sobre a BBC, desde o surgimento da radiodifusão pública na Europa Ocidental até a criação da subsidiária brasileira, enfatizando as transformações ocorridas nos últimos anos.

Após a etapa do levantamento da literatura, a pesquisa partiu para a análise empírica dos vídeos, que compreende um *corpus* composto por sete vídeos publicados entre novembro de 2019 e abril de 2022 no canal do YouTube BBC News Brasil.

Para diminuir a incidência de imprecisões interpretativas, inicialmente, foi feita a transcrição das falas dos repórteres da BBC e de eventuais fontes que aparecem nos vídeos. Para auxiliar esse processo, utilizou-se a plataforma *Happy Scribe*.

Em seguida, a pesquisa partiu para a análise em si. Para tal, foi empregado como procedimento metodológico a análise de enquadramento, seguindo a proposta de Rothberg (2014), que se baseia nas ideias de Porto. Desse modo, é importante esclarecer que foram analisadas três categorias, sendo elas: seleção, ênfase e exclusão de informações e interpretações dos assuntos apresentados.

Em relação ao primeiro componente, ou seja, à seleção, foram identificadas e descritas as principais temáticas abordadas tendo em mente que as escolhas feitas pelo veículo ocorreram

dentro de uma variada possibilidade de opções. Além disso, como alertado por Rothberg, a abordagem de certas temáticas indica a tendência de valorização de certas questões.

Na categoria “ênfase” foram identificados e descritos os temas que se sobressaíram nos vídeos seguindo as orientações de Rothberg. O autor destaca que nesta etapa é necessário identificar e descrever os significados presentes em elementos que se destacam, como título, introdução e outros pontos estratégicos.

Por fim, na categoria “exclusão” foram apontadas as informações que não foram apresentadas nos vídeos e que seriam essenciais para que a audiência compreendesse os temas de maneira abrangente, plural e contextualizada.

Após a verificação dos aspectos mencionados foi possível apontar o enquadramento que se sobressaiu. De acordo com a literatura mobilizada por Rothberg (2007), considerando as ideias de outros teóricos, existem cinco tipos possíveis de enquadramento: de jogo ou corrida de cavalos, estratégico, episódico, de conflitos e temático.

No caso específico da atual pesquisa, entende-se que para verificar a qualidade da contextualização das matérias divulgadas pela BBC, seria necessário observar exclusivamente a prevalência ou não de enquadramentos temáticos/contextuais. Nesse ponto, vale ressaltar que enquadramento temático é a terminologia original utilizada por Rothberg.

De maneira geral, enquadramentos temáticos se diferenciam por envolver pluralismo e equilíbrio. É importante destacar, como pontuado pelo autor, que o pluralismo não diz respeito ao senso comum dos jornalistas de ouvir os vários lados. Trata-se, na verdade, de abordar a diversidade de perspectivas que o acontecimento envolve.

Para verificar se a matéria jornalística era equilibrada e plural, ou seja, se adotou uma versão com enquadramento temático/contextual, características como a profundidade de seu enfoque, o número e natureza das fontes consultadas, aspectos envolvidos e hipóteses apuradas foram observadas.

Vale ressaltar que durante o percurso, a pesquisa se deparou com alguns obstáculos, que, apesar de não comprometerem as análises e as reflexões levantadas, é importante que sejam pontuados. A realização de entrevistas com os jornalistas da BBC Brasil foi um dos maiores desafios que se mostrou infrutífero após diversas tentativas. Inicialmente, repórteres e editores do veículo demonstraram interesse em contribuir com a pesquisa. No entanto, após o envio das perguntas, o contato foi interrompido. Além disso, por ter sido iniciada no contexto da pandemia, a pesquisa se deparou, em um primeiro momento, com o obstáculo do fechamento

da biblioteca da Unesp, que impossibilitou a consulta a livros e materiais essenciais para a fase da revisão da literatura.

Sobre as contribuições do presente estudo, acredita-se que ele possa colaborar, de alguma maneira, com pesquisas futuras que tratem da questão do Jornalismo Contextual, tema tão pouco explorado no Brasil, de acordo com dados disponibilizados pelo Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que não retornou resultados para diferentes palavras-chave relacionadas ao tema contexto no jornalismo.

Após as análises, foi possível concluir que a BBC News Brasil privilegia uma abordagem aprofundada e enquadramentos temáticos/contextuais. Seguindo aquilo que Lückman (2020) acredita ser o papel do jornalismo na contemporaneidade, o veículo dá sentido ao fato, explicando-o e auxiliando o público no processo de apropriação crítica desse fato.

Com base no emprego da análise de enquadramento como metodologia foi possível identificar que dos sete vídeos que compõem o *corpus*, apenas um não aprofundou o tema e contextualizou os fatos para a audiência, ficando restrito à apresentação dos fatos.

Em vídeos sobre temas complexos como o que aborda o inquérito das *fake news*, a BBC News preocupou-se em apresentar, além de informações essenciais como o que motivou a investigação e as ações do ministro relator que suscitaram críticas, os apontamentos de favoráveis e contrários ao inquérito e uma análise de conjunturas (de que maneira o STF julgaria o caso, podendo ser considerado pela maioria da Corte constitucional, ilegal ou a decisão de manter o inquérito, porém com algumas ressalvas para enquadrá-lo em princípios constitucionais). Ou seja, como acreditava-se inicialmente, a BBC mantém em seu canal no YouTube uma abordagem contextualizada e plural ao interpretar os fatos, abordando diferentes perspectivas sobre o acontecimento.

2 JORNALISMO: ALGUNS CONCEITOS CHAVES

A influência dos valores-notícia e dos critérios de noticiabilidade na produção dos veículos jornalísticos da grande imprensa é notória. Manuais de redação definem o que será ou não noticiado e de que maneira a notícia será apresentada. De acordo com Traquina (2008), a visão que os jornalistas têm sobre o que é notícia é, ao mesmo tempo, simplista e minimalista. Em relação à primeira, o autor entende que, de acordo com a ideologia jornalística, o jornalista é responsável por relatar, captar, reproduzir ou retransmitir os acontecimentos, prevalecendo, dessa forma, a ideia de que “o jornalista é um espelho que reflete a realidade” (TRAQUINA, 2008, p. 61-62). Já o minimalismo se expressa por meio da ideologia dominante que atribui ao jornalista o papel reduzido de mediador, “cuja existência se suprime quando o acontecimento é reproduzido na notícia” (TRAQUINA, 1993, p. 168).

Com o objetivo de contribuir para o cumprimento de um dos objetivos específicos dessa dissertação, qual seja estudar as premissas, regras e valores seguidos pelos veículos da imprensa comercial como forma de compreender as diferenças em relação aos veículos de natureza pública, a primeira parte do presente capítulo será dedicada à apresentação dos critérios partilhados pelo campo do jornalismo. Já a segunda parte apresentará uma proposta um pouco mais atualizada de sistematização dos valores-notícia. Em seguida, será evidenciada a relação entre noticiabilidade e contextualização, sendo a contextualização objeto de interesse do capítulo seguinte.

2.1 Valores-notícia e critérios de noticiabilidade

Traquina (2008, p. 63), um dos nomes de destaque no campo dos estudos em jornalismo, define o conceito de noticiabilidade como:

o conjunto de critérios e operações que oferecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em material noticiável, e por isso, possuindo “valor-notícia” (“*newsworthiness*”).

Para o autor, as semelhanças encontradas entre as notícias e sua previsibilidade, no que diz respeito ao seu esquema geral, deve-se, justamente, à presença dos critérios de noticiabilidade.

Estando esclarecidos o que são valores-notícia e critérios de noticiabilidade, conforme Traquina (2008), elementos de suma importância na cultura jornalística, faz-se necessário destacar a existência de uma vasta literatura sobre os temas. Diferentes teóricos em momentos distintos empreenderam um esforço no sentido de identificar e classificar os critérios que influenciam a escolha de um acontecimento para ser transformado em notícia.

O pioneirismo na identificação dos fatores considerados para a seleção das notícias é atribuído aos teóricos Galtung e Ruge. Compõem a lista de valores-notícia dos autores:

- a frequência: duração do acontecimento, “o espaço de tempo necessário para a notícia se desenrolar e adquirir significado” (TRAQUINA, 2008, p. 70). Para que um acontecimento adquira a existência pública de notícia, sua frequência deve estar de acordo com a frequência do meio noticioso. Outra característica que se relaciona a esse valor-notícia é o fato de que apenas serão noticiados acontecimentos que demandam um tempo maior para se desenrolar, como a construção de uma barragem, exemplo citado por Traquina, caso atinjam um “certo tipo de clímax dramático”;
- amplitude do evento: para que o acontecimento seja registrado, ele deve ultrapassar um certo limiar. Com o objetivo de esclarecer o valor-notícia, os teóricos utilizam a metáfora de um sinal de rádio, “quanto maior a amplitude do sinal, mais provável será a audição desse sinal” (TRAQUINA, 2008, p. 70);
- clareza ou falta de ambiguidade: serão privilegiados aqueles acontecimentos com interpretação clara;
- significância: diz respeito à capacidade do acontecimento de impactar a audiência, assim como também, a proximidade cultural;
- consonância: ou seja, a inserção do “novo” em uma “velha” ideia que “corresponda ao que se espera que aconteça”;
- o inesperado;
- a continuidade: um acontecimento que já ganhou noticiabilidade continuará sendo noticiado, independentemente se a sua amplitude tiver sido reduzida;
- composição: tal critério se relaciona à necessidade de manter um equilíbrio nas notícias, fator estimado pelo jornalismo impresso, por exemplo;
- referência a nações de elite;
- referência a pessoas de elite;

- personalização: o acontecimento é relatado como consequência das ações de uma ou mais pessoas;
- e negatividade: tal critério se relaciona à ideia cristalizada na cultura profissional de que “*bad news is a good news*”, ou seja, notícias de teor negativo despertam a atenção da audiência.

Assim como destacado pelos autores, a seleção do acontecimento possui relação direta com o número de valores identificados. Em outras palavras, fazendo-se a ressalva de que tal constatação não é uma norma, quanto maior o número de valores-notícia o acontecimento possuir, maiores serão as chances de ser noticiado.

Como já pontuado, diferentes autores reconheceram a existência de fatores que interferem na seleção, produção e apresentação das notícias. Dentre eles, destacam-se, como enfatizado por Traquina, os canadenses Ericson, Baranek e Chan (1987 *apud* Traquina 2008). Para os pesquisadores “os valores-notícia não são imperativos, mas sim elementos que ajudam o jornalista a reconhecer a importância dos acontecimentos, a proceder escolhas dentre as alternativas, e a considerar as escolhas a fazer” (ERICSON; BARANEK; CHAN, 1987, p. 139-140 *apud* TRAQUINA, 2008, p. 73).

Entre os valores-notícia identificados pelos autores, destacam-se a simplificação, a continuidade e a consonância. O primeiro recebe a denominação em Galtung e Ruge de clareza. Para os teóricos canadenses, a simplificação diz respeito à ideia de que “um acontecimento deve ser reconhecível como ‘*eventful*’, isto é, significativo, e, no entanto, relativamente claro no que significa” (TRAQUINA, 2008, p. 73). Em relação à continuidade, para os teóricos, os *media* noticiosos julgam que para que o acontecimento relatado seja percebido é necessário estabelecer e utilizar enquadramentos reconhecíveis.

É válido ressaltar que a relação entre valores-notícia e enquadramento noticioso também é enfatizada na caracterização do critério de consonância:

O significado de um acontecimento é muitas vezes julgado antes, ao ponto em que o repórter visualizará o que vai acontecer e produz então uma notícia que torna o resultado completamente previsível independentemente do que já transpirou (TRAQUINA, 2008, p. 75).

Com o objetivo de fazer com que o critério anteriormente mencionado, ou seja, a consonância, seja mais facilmente entendido, Traquina (2008, p. 75) cita um exemplo referido pelos autores canadenses: “espera-se que as manifestações iminentes sejam violentas, e os

repórteres focam a sua atenção nas pequenas brigas e não nos problemas levantados pelos manifestantes”. Observa-se que tal cobertura, que privilegia o conflito em contraposição às problemáticas é, nas palavras do autor, apoiado nas considerações de Rock (*apud* TRAQUINA, 2008, p. 75), responsável por criar um “enorme lote de conhecimentos estereotipados”. No decorrer do trabalho de análise dos vídeos da BBC News Brasil publicados em seu canal no YouTube, espera-se identificar se o veículo se volta aos conflitos ou às problemáticas, ou seja, na simples apresentação dos fatos a partir de um enquadramento previsível ou na explicação de seus impactos e consequências.

Outro nome de destaque no reconhecimento da exigência de que o acontecimento para ser noticiado deve possuir determinadas características é o professor e sociólogo Mauro Wolf. O teórico, diferentemente dos seus antecessores acima destacados, reconheceu o fato de que os valores-notícia não estão presentes apenas no processo de seleção, permeando outras etapas do processo de produção e construção do material noticioso. A partir de tal constatação, o autor agrupou os valores-notícia em valores-notícia de seleção e de construção.

Como o próprio nome sugere, integram o primeiro grupo aqueles valores empregados pelo jornalista para selecionar o acontecimento entre diversos outros. Os valores-notícia de seleção, como pontuado por Traquina, são divididos por Wolf em dois subgrupos, os critérios substantivos e os critérios contextuais. Pertencem ao primeiro:

- a morte, valor-notícia de extrema relevância para o jornalismo, de acordo com Traquina, e que justifica o negativismo representado diariamente nos jornais impressos e no telejornalismo;
- a notoriedade, critério este que faz com que a atenção do jornalista se volte para determinados indivíduos que se destacam, por exemplo, por sua posição hierárquica. A notoriedade possui relação direta com a referência a pessoas de elite mencionada por Galtung e Ruge e explica a importância atribuída e a cobertura extensiva aos atos do presidente da República, por exemplo;
- as proximidades geográfica e cultural;
- a relevância, ou seja, para que um acontecimento tenha noticiabilidade é imprescindível que impacte as pessoas, o país ou a nação;
- a novidade;
- o tempo, que diz respeito tanto à atualidade, quanto ao gancho, como efemérides ou aniversários. São destacados também acontecimentos que, por já terem

impactado consideravelmente a comunidade jornalística e, portanto, ganhado noticiabilidade, continuarão sendo noticiados;

- a notabilidade, que se relaciona ao fato de que o acontecimento deve ser visível, tangível. Para Traquina (2008, p. 82), “o valor-notícia de notabilidade alerta-nos para a forma como o campo jornalístico está mais virado para a cobertura de acontecimentos e não problemáticas”. Como se pode notar, o mesmo foi observado ao se caracterizar o critério de consonância em Ericson, Baranek e Chan (1987). Entre os diferentes registros de notabilidade destacam-se: o número de pessoas envolvidas no acontecimento, a inversão, ou seja, o oposto ao que se espera, o insólito, a falha e o excesso ou a escassez;
- o inesperado, ou seja, algo que surpreenda os jornalistas;
- o conflito ou a controvérsia, que se relacionam às violências física ou simbólica;
- a infração, entendida como a violação de regras;
- e o escândalo, que se relaciona com a imagem que se tem do jornalista enquanto “cão de guarda” responsável por vigiar as instituições democráticas.

Se os critérios substantivos dizem respeito às características do acontecimento, os critérios contextuais, que serão especificados abaixo, se referem, como o nome indica, ao contexto de produção das notícias. Integram o subgrupo:

- a disponibilidade, que se relaciona à facilidade de cobertura do acontecimento;
- o equilíbrio, ou seja, caso o acontecimento já tenha sido coberto e mencionado em diferentes oportunidades, sua noticiabilidade será reduzida;
- a visualidade, a disponibilidade de elementos visuais;
- a concorrência, que possui relação direta com o “furo”, a exclusividade;
- e o dia noticioso, os acontecimentos ganharão visibilidade, serão transformados em notícia, a depender do dia, em outras palavras, da quantidade de assuntos disponíveis.

Por fim, entre os critérios identificados por Wolf e sistematizados por Traquina (2008, p. 91), tem-se os valores-notícia de construção caracterizados como “critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia”. Compõe a lista a simplificação, valor também destacado por Ericson, Baranek e Chan, que diz

respeito à falta de complexidade e ambiguidade do acontecimento. Julga-se que, para que a notícia seja entendida, os jornalistas devem reduzir a natureza polissêmica do acontecimento. Para tal, recorre-se, reiteradas vezes, aos clichês, ideias feitas e estereótipos.

Como é possível notar, valores-notícia semelhantes aparecem em diferentes listas. A amplificação, já referenciada por Galtung e Ruge, também se faz presente na lista de Traquina. De acordo com o autor, a noticiabilidade do acontecimento está diretamente relacionada à sua amplitude. Quanto mais amplificado o acontecimento for, maiores serão as chances de a notícia ser notada, seja por seu intercessor, pela amplificação do ato ou de suas supostas implicações.

A relevância, ou seja, o sentido que a notícia dá ao acontecimento também é destacada. Nas palavras de Traquina (2008, p. 91-92), “compete ao jornalista tornar o acontecimento relevante para as pessoas, demonstrar que tem significado para elas”. À primeira vista, o jornalismo praticado pela BBC News Brasil parece preocupar-se com o entendimento da notícia e suas implicações pela audiência a partir do oferecimento de dados e informações adicionais e a da explicação de assuntos complexos, indo ao encontro do Jornalismo Contextual, apresentado no capítulo 3.

Personalização, dramatização e consonância são os três últimos critérios que integram a lista dos valores-notícia de construção. Por personalização, já reconhecida pelos teóricos anteriormente citados, entende-se o enaltecimento às pessoas envolvidas no acontecimento. A ênfase atribuída ao emocional e ao conflitual é o que caracteriza o valor-notícia denominado dramatização. Enfim a consonância, que como já ressaltado, se relaciona à ideia de que a notícia deve corresponder ao que o receptor espera, por isso o esforço de inseri-la em uma narrativa previamente estabelecida.

Reconhece-se a contribuição dos estudos referenciados, porém, há de se destacar, a necessidade de uma atualização, que ressalte e enfatize o papel dos valores-notícia não apenas no processo de seleção, mas também na apresentação da notícia.

2.2 Um outro olhar sobre os critérios de noticiabilidade

Antes de adentrar a sistematização dos critérios de noticiabilidade proposta pela acadêmica Gislene Silva (2005), vale ressaltar que a autora enfatiza a necessidade de se pensar em uma conceituação de noticiabilidade que não se reduza apenas ao:

[...] conjunto de elementos por meio dos quais a empresa jornalística controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos ou apenas como o

conjunto de elementos intrínsecos que demonstram a aptidão ou potencial de um evento ser transformado em notícia (SILVA, 2005, p. 97).

Silva (2005, p. 97) reconhece a existência e interferência de outros fatores, com ênfase para os critérios de noticiabilidade relacionados ao tratamento do fato. A autora ressalta que “a seleção, portanto, se estende redação adentro, quando é preciso não apenas escolher, mas hierarquizar”.

Analisando criticamente propostas conceituais de valores-notícia de diferentes teóricos, a autora chama a atenção para a falta de precisão. Ao enfatizar a conceituação de Wolf, por exemplo, Silva alerta para o fato de que:

Apesar de agirem em diferentes momentos, na seleção primária, para a triagem, e na seleção hierárquica, como linhas-guia para o tratamento das matérias, os valores-notícia devem ser definidos como as qualidades dos eventos e não “da sua construção jornalística”. Eles participam ativamente da construção noticiosa, mas a produção da notícia e sua qualidade são resultado de muitos outros critérios ou fatores de noticiabilidade (SILVA, 2005, p. 99).

Tendo em vista as observações acima, quais sejam, a imprecisão na conceituação de noticiabilidade, o reconhecimento de que a seleção não se restringe apenas à escolha do acontecimento e a possibilidade de se estudar acontecimentos noticiados, Silva propõe uma nova tabela operacional. Tal tabela abrange não apenas os diversos valores-notícia identificados por diferentes teóricos, mas também outros atributos que possam auxiliar na análise dos acontecimentos noticiados.

Nesta nova maneira de sistematizar os critérios, Silva sugere diferenciá-los entre macro-valores, ou seja, “atributos que funcionam mais como [...] pré-requisitos para qualquer seleção jornalística [...]” dos micro-valores-notícia (SILVA, 2005, p. 103).

Para esclarecer sua proposta, a autora cita o exemplo de um acontecimento que tem a tragédia como valor-notícia dominante, que possivelmente resulta da combinação negativo-coletivo-imprevisto ou o resultado de outras variações entre os macro-atributos. Silva reconhece ainda a possibilidade de que um acontecimento possa ter atributos contrários.

Abaixo estão especificados os atributos descritos pela autora:

Quadro 1 – Valores-notícia segundo Gislene Silva

Proposta de tabela de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiáveis / noticiados	
<p>IMPACTO</p> <p>Número de pessoas envolvidas (no fato)</p> <p>Número de pessoas afetadas (pelo fato)</p> <p>Grandes quantias (dinheiro)</p>	<p>PROEMINÊNCIA</p> <p>Notoriedade</p> <p>Celebridade</p> <p>Posição hierárquica</p> <p>Elite (indivíduo, instituição, país)</p> <p>Sucesso/Herói</p>
<p>CONFLITO</p> <p>Guerra</p> <p>Rivalidade</p> <p>Disputa</p> <p>Briga</p> <p>Greve</p> <p>Reivindicação</p>	<p>ENTRETENIMENTO/CURIOSIDADE</p> <p>Aventura</p> <p>Divertimento</p> <p>Esporte</p> <p>Comemoração</p>
<p>POLÊMICA</p> <p>Controvérsia</p> <p>Escândalo</p>	<p>CONHECIMENTO/CULTURA</p> <p>Descobertas</p> <p>Invenções</p> <p>Pesquisas</p> <p>Progresso</p> <p>Atividades e valores culturais</p> <p>Religião</p>
<p>RARIDADE</p> <p>Incomum</p> <p>Original</p> <p>Inusitado</p>	<p>PROXIMIDADE</p> <p>Geográfica</p> <p>Cultural</p>
<p>SURPRESA</p> <p>Inesperado</p>	<p>GOVERNO</p> <p>Interesse nacional</p> <p>Decisões e medidas</p> <p>Inaugurações</p> <p>Eleições</p> <p>Viagens</p> <p>Pronunciamentos</p>
<p>TRAGÉDIA/DRAMA</p> <p>Catástrofe</p> <p>Acidente</p> <p>Risco de morte e Morte</p> <p>Violência/Crime</p>	<p>JUSTIÇA</p> <p>Julgamentos</p> <p>Denúncias</p> <p>Investigações</p> <p>Apreensões</p>

Suspense	Decisões judiciais
Emoção	Crimes
Interesse humano	

Fonte: Silva, 2005.

Diante do que foi exposto, principalmente no que diz respeito a um olhar mais crítico em relação aos valores-notícia e à necessidade de enxergá-los como atuantes em todo o processo de produção da informação jornalística, a pesquisadora chama a atenção para o fato de que:

Delimitar valores-notícia separadamente do conceito de seleção de notícias, definir valores-notícia como atributos do acontecimento e reconhecê-los ao mesmo tempo como construção social e cultural é apenas um primeiro procedimento para pensar a noticiabilidade, cujo processo exige muitas outras reflexões, passando, como etapas seguintes, pelo tratamento dos fatos noticiosos e pela interpretação que a notícia faz desses acontecimentos (SILVA, 2005, p. 106).

Os próximos capítulos buscam, justamente, suscitar outras reflexões acerca da noticiabilidade a partir da análise do tratamento dos fatos e da interpretação que os veículos fazem dos acontecimentos.

2.3 A relação entre noticiabilidade e contextualização

A noticiabilidade suscitou discussões e problematizações ao longo do desenvolvimento dos estudos em jornalismo. Caracterizá-la tornou-se objetivo de diferentes autores, entre eles destaca-se Sousa (1999).

Discorrendo sobre a temática, amparado nas ideias de autores como Wolf, o autor caracteriza noticiabilidade como “aquilo que torna uma mensagem ou um acontecimento noticiáveis [...], encontra explicação na conjunção de vários fatores conformativos principais: a ação pessoal, a ação social, a ação ideológica e a ação cultural” (SOUSA, 1999, p. 50). Os critérios considerados para que um acontecimento receba atenção da comunidade jornalística, de acordo com o teórico, possuem relação direta com o que definiu como forças conformativas.

No esforço de definir noticiabilidade apoiado em diferentes estudos, Sousa reconhece também suas implicações negativas. Para Wolf, autor referenciado por Sousa, a noticiabilidade é um elemento de distorção involuntária:

Mauro Wolf (1987, p. 171), atentando no caráter tendencialmente descontextualizante da informação jornalística, sustenta até que a noticiabilidade constitui um elemento de distorção involuntária (*unwitting bias*) na cobertura informativa operada pelos meios jornalísticos. Mais, a distorção involuntária estaria tão intimamente ligada às rotinas produtivas e valores profissionais que se reproduziria em cadeia em todas as fases do trabalho (SOUSA, 1999, p. 52).

Dessa forma, de acordo com o pesquisador, a notícia é resultado “[...] de um processo organizado e constrangido de fabrico que nela deixaria as suas marcas [...]” (SOUSA, 1999, p. 52).

Destaca-se ainda que a percepção de que a notícia não é um relato, mas sim uma construção, também aparece em autores como Stuart Hall. Para ele, os jornalistas resistem à ideia de que a notícia é uma narrativa:

Os jornalistas dizem: “Há um acontecimento; quer dizer alguma coisa. Quem quer que lá esteja perceberá o que é que ele significa. Tiramos-lhe fotografias. Escrevemos um relato sobre ele. Transmitimo-lo tão autenticamente quanto possível através dos *media*, e a audiência vê-lo-á e perceberá o que aconteceu”. E quando se afirma que as pessoas têm interesse em versões diferentes desse acontecimento, que qualquer acontecimento pode ser construído das mais diversas maneiras e que se pode fazê-lo significar as coisas de um modo diferente, esta afirmação de algum modo ataca ou mina o sentido de legitimidade profissional dos jornalistas, e estes resistem bastante à noção de que a notícia não é um relato, mas uma construção (HALL, 1987, p. 4 *apud* TRAQUINA, 2008, p. 17).

Tuchman (1976, p. 262 *apud* TRAQUINA, 2008, p. 19) concorda com a asserção de que a notícia é uma realidade construída. Para a socióloga, “dizer que uma notícia é uma ‘estória’ não é de modo algum rebaixá-la, nem acusá-la de ser fictícia”. Na verdade, “alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna”.

Assim como Tuchman, Traquina ressalta que a ideia de que as notícias são narrativas, não as colocam no campo da ficção, mas sim questiona a afirmação de que notícias seriam um espelho da realidade.

Outros pesquisadores também enfatizaram, em seus estudos, a percepção de que a notícia serve para determinados fins e que ela não é um relato desprezioso da realidade, entre eles, destaca-se Altheide (1976, p. 112 *apud* WOLF 1999, p. 83), que sublinha que:

A notícia é produto de um processo organizado que implica uma perspectiva prática dos acontecimentos, perspectiva essa que tem por objetivo reuni-los, fornecer avaliações, simples e diretas, acerca das suas relações, e fazê-lo de modo a entreter os espectadores.

Para o autor, a decisão do que é ou não noticiável tem relação direta com a factibilidade, que atua negativamente no fornecimento de contexto. No caso dos noticiários observa-se, segundo o teórico, a descontextualização ou a remoção de um acontecimento de seu contexto com o objetivo de recontextualizá-lo “dentro das dimensões do noticiário”.

Analisando o conteúdo dos telejornais, mas reconhecendo que o mesmo se aplica a outros meios, Wolf (1999) alerta-nos para o fato de que os telejornais fragmentam a imagem da sociedade. Para embasar sua análise, o pesquisador cita uma pesquisa sobre a informação televisiva sueca desenvolvida por Fidhal e Høijer, que concluíram que o jornalismo televisivo permanecia “superficial e a-contextual”:

As poucas tentativas para descrever um tema mais aprofundadamente são, geralmente, desprovidas de sistematicidade e pouco incisivas [...]. A lacuna mais séria é o fato de metade dos temas estudados carecer de informação em *background* ou fornecer apenas referências incompletas aos fatos e motivos subjacentes. As causas dos acontecimentos são, muitas vezes, mencionadas apressadamente, de passagem, em frases subordinadas, sem o relevo necessário [...]. Aquilo que, geralmente, é transmitido ao público é a localização dos acontecimentos, os indivíduos que neles estão envolvidos e pormenores como as designações geográficas, os nomes das personagens públicas, de indústrias, etc. Com frequência, estes elementos ocupam, automaticamente, o primeiro lugar na memória dos destinatários, enquanto as causas e as consequências dos acontecimentos permanecem em fundo. O que daí resulta é uma memória fragmentada, cheia de pormenores isolados e que falta contexto (FINDAHAL, HÖIJER, 1981, p. 116 *apud* WOLF, 1999, p. 84).

A preferência dada ao fornecimento de aspectos mais factuais do acontecimento como a localização, os indivíduos envolvidos, as personalidades públicas, entre outros, leva-nos a interpretar que os pesquisadores se referiam aos valores-notícia. Assim como pontuado por diferentes teóricos, ao se trabalhar com uma concepção pré-determinada sobre o que é notícia, relega-se o contexto ao segundo plano, o que influi diretamente na qualidade do relato jornalístico.

Retornando à análise do jornalismo televisivo, a superficialidade observada é fruto da limitação de tempo dos telejornais. Como observa Wolf (1999, p. 84), se por um lado os critérios

de noticiabilidade viabilizam a cobertura informativa, por outro, dificultam o aprofundamento “e a compreensão de muitos aspectos significativos dos fatos apresentados como notícia”.

Pontua-se que a avaliação sobre a noticiabilidade do acontecimento não é um processo rígido. Na verdade, o produto jornalístico final é o resultado de diversas negociações, “pragmaticamente orientadas, que têm por objeto o que é publicado, e o modo como é publicado, no jornal e o que é transmitido, e o modo como é transmitido” (WOLF, 1999, p. 84). Sendo assim, além dos valores-notícia e critérios de noticiabilidade, já trabalhados ao longo do presente capítulo, outros fatores também se destacam, como os valores profissionais compartilhados pelos jornalistas.

Feita a ressalva, contribuiu também para a pesquisa sobre a informação jornalística transmitida por telejornais, o pesquisador Philipp Elliot. Como salientado por Wolf, Elliot analisou profundamente um compilado de transmissões da *Associated Press*, mais especificamente sobre a temática do preconceito. Ao final, o pesquisador concluiu que prevalecia a apresentação de um assunto através da televisão em oposição ao relato “de uma forma significativa e com uma exposição coerente” (ELLIOT, 1972, p. 149 *apud* WOLF, 1999, p. 84):

O status de não-especialista que tem o comunicador, os critérios produtivos vigentes, a natureza do meio de comunicação, o desejo que os comunicadores têm de guardar as distâncias das fontes, as opiniões que têm acerca das reações do público, tudo isso impediu que o programa televisivo se transformasse num relato coerente do assunto tratado.

Em linhas gerais, a produção jornalística televisiva, graças às suas características intrínsecas, favorece a “distorção, fragmentação, dificuldade de argumentar e tratar, de uma forma aprofundada e coerente, os temas apresentados [...]” (WOLF, 1999, p. 85).

Procurou-se, a partir da apresentação das pesquisas e considerações acima, evidenciar o fato de que existem maneiras diversas de contar uma mesma história, mesmo que a imprensa brasileira, aparentemente, dê preferência a um tipo de enquadramento que não se debruce sobre as implicações do acontecimento. As similaridades encontradas na cobertura de diferentes veículos de um mesmo acontecimento muito têm a ver com a existência de uma cultura noticiosa comum. “Uma das consequências de um ‘pensamento de grupo’ comum é aquilo a que se chama ‘jornalismo de pacote’, isto é, [...] uma legião de jornalistas cobrindo a mesma história da mesma maneira” (TRAQUINA, 2008, p. 26). Devido às variadas pressões as quais estão submetidos, os jornalistas tendem a não refletir sobre o significado dos acontecimentos:

[...] fazendo escolhas quase imediatas, sem grande tempo para refletir sobre o significado e o alcance histórico do que acaba de acontecer e que <<precisa>> de ser informado imediatamente. Como um jornalista recentemente disse de forma eloquente numa das minhas aulas de jornalismo: o jornalista corre o risco de só ver as árvores e não a floresta, ou ainda, se colocado lá em cima, de só ver as árvores coloridas (TRAQUINA, 1993, p. 12).

O esforço de enxergar não apenas as árvores, mas também a floresta parece estar em consonância com as características do Jornalismo Contextual, que será melhor caracterizado no capítulo a seguir.

3 JORNALISMO E CONTEXTO

Estando explicitados os cânones profissionais do jornalismo, os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade que permeiam a seleção e construção do material noticioso, este capítulo se debruçará sobre a discussão em torno do contexto no jornalismo.

Para enfatizar as mudanças observadas na cultura profissional jornalística na imprensa norte-americana, principalmente no que se refere à uma maior preocupação com o contexto e a percepção de que o jornalismo deveria cumprir outro papel que não aquele voltado apenas para a apresentação dos fatos, serão ressaltadas as considerações de Fink e Schudson (2014) e de outros autores que realizaram pesquisas sobre o tema.

Com a finalidade de contribuir para um maior aprofundamento sobre a temática, serão também apresentadas as análises desenvolvidas por Lückman (2020). A pesquisadora desenvolveu uma tese com a proposta de explorar as potencialidades de uma teoria do jornalismo que inclua o contexto e a contextualização entre seus conceitos estruturantes, articulados com uma compreensão complexa do conhecimento.

Em relação à adoção do gênero em formato de vídeo, será apresentado um estudo que enfatizou os benefícios da reportagem explicativa para a construção de uma cidadania informada.

O objetivo deste capítulo é dar subsídios para a posterior análise dos vídeos do canal de YouTube da BBC News Brasil no que diz respeito à verificação da qualidade da contextualização.

3.1 Contexto no jornalismo: a busca por uma definição conceitual

Antes de adentrarmos a discussão em torno do contexto no jornalismo, faz-se necessário esclarecer que não existe consenso sobre uma definição conceitual da prática. Por vezes, denomina-se a reportagem voltada para a explicação e contextualização dos fatos como reportagem explicativa, interpretativa, contextual ou até mesmo jornalismo *long-form*.

Analisando historicamente o surgimento da reportagem jornalística voltada à interpretação e contextualização dos fatos nos Estados Unidos, Forde (2007) concluiu que essa era pouco expressiva nos jornais americanos no final do século XIX e início do século XX. Assim como outras atividades e dimensões da vida, as transformações pelas quais o jornalismo passou estão diretamente relacionadas ao contexto da época. No período de menor expressão da reportagem contextual/explicativa, predominavam às ideias iluministas que atribuíam maior

importância à razão, à autoridade dos fatos e à objetividade, com ênfase no emprego da técnica conhecida como pirâmide invertida, nas quais as informações consideradas de maior relevância são ofertadas nos parágrafos iniciais, seguidas das informações de menor importância.

Este cenário começou a dar sinais de mudança nas décadas de 1920 e 1930, abrindo espaço para uma nova concepção de reportagem. De acordo com Forde (2007), nessa nova era, a reportagem explicativa emergiu como uma ideia sobre o que uma reportagem jornalística poderia e deveria ser, “[...] uma explicação e interpretação de eventos e fenômenos complexos colocados no contexto social, político ou cultural” (FORDE, 2007, p. 227, tradução minha)². Apesar dessa concepção de reportagem não ter acabado com o protagonismo da reportagem objetiva, notou-se o início da transformação dos jornais norte-americanos.

Como ressalta Forde (2007), esse formato é nomeado e definido de maneiras distintas por diversos estudos, porém “a literatura revelou conhecimento constitutivo central sobre o seu lugar no jornalismo americano do século 20 e na vida cívica (BARNHURST; MUTZ, 1998, FORDE, 2007, p. 228, tradução minha)³. Baseada nas ideias de Parisi (1997), a autora ressalta que a “[...] explicação é amplamente entendida como uma função informativa essencial do jornal servindo a fins democráticos” (PARISI, 1997 *apud* FORDE, 2007, p. 228, tradução minha)⁴. Além disso, esse tipo de explicação foca no “como” e “por quê” ao invés do “quem”, “o quê” e “quando” do *lead* tradicional.

A análise da emergência da reportagem explicativa da autora é baseada na criação da categoria Jornalismo Explicativo do Prêmio Pulitzer, em 1985. Para a instituição do prêmio, considerou-se o fato de que, o contexto de complexidade ao qual a sociedade estava inserida necessitava da adoção, por parte do jornalismo, de uma postura de “iluminar” e “explicar” questões abstratas. Contribuiu também para o reconhecimento deste “novo gênero”, a visão manifestada pelo Conselho do Pulitzer de que a imprensa tem como uma de suas maiores responsabilidades preparar os cidadãos para participar de uma democracia.

Discorrendo ainda sobre a premiação, Forde (2007, p. 229, tradução minha)⁵ ressalta a mudança de nome da categoria de Jornalismo Explicativo para Reportagem Explicativa, em

² Texto original: an explanation and interpretation of complex events and phenomena placed in social, political, or cultural context.

³ Texto original: the literature reveals core constitutive knowledge about its place in 20th-century American journalism and civic life.

⁴ Texto original: explanation is widely understood as an essential informational function of the newspaper serving democratic ends.

⁵ Texto original: a distinguished example of explanatory journalism that illuminates significant and complex issues; ‘for a distinguished example of explanatory reporting that illuminates a significant and complex subject, demonstrating mastery of the subject, lucid writing and clear presentation.

1998. Somada à alteração de título, a definição da categoria também foi modificada de “exemplo distinto de Jornalismo Explicativo que ilumina questões significativas e complexas” para “um exemplo distinto de relato explicativo que ilumina um assunto importante e complexo, demonstrando domínio do assunto, escrita lúcida e apresentação clara”.

Para a autora, as modificações realizadas pelo Conselho Pulitzer evidenciam as dificuldades em se definir o que é o jornalismo/reportagem explicativa. Ressalta-se ainda que as mudanças também apontam para uma maior preocupação com o domínio do assunto, característica divergente do conhecimento geral do jornalismo tradicional. Mais do que ressaltar apenas as técnicas empregadas, o foco passou a ser “a clareza e a inteligibilidade”.

De acordo com Forde (2007) a categoria Reportagem Explicativa do Pulitzer reconheceu oficialmente e deu um nome a algo que já existia há muito nos jornais americanos, porém com outras definições, fato que explica sua importância. Indo além, a autora enfatiza que a premiação reconheceu oficialmente a necessidade de explicação e interpretação dos fatos na cobertura de assuntos publicamente importantes e complexos encorajando a adoção dessa prática.

Prosseguindo em sua análise, a autora chama a atenção para a difícil tarefa de precisar o surgimento do relato explicativo como uma forma reconhecida no jornalismo americano. Apesar da constatação, Forde (2007) faz menção ao artigo “Jornalismo Explicativo”, publicado em 1885 no “*The Journalism*”, primeira publicação comercial norte-americana, que lamentou a falta de explicação nas reportagens, observando que muitos repórteres não tinham educação e conhecimento para explicar fenômenos sociais importantes claramente para seus leitores, em particular, crises financeiras e conflitos internacionais.

Na visão da estudiosa, se esse sentimento parecia ser algo isolado em 1885, difundiu-se na década de 1930. Para confirmar seu ponto de vista, Forde (2007) cita dois fatos: nos primeiros anos da década de 1930, jornalistas e editores passaram a demonstrar maior interesse para mais explicações em reportagens (MARZOLF, 1991 *apud* FORD, 2007, p. 230) e a resolução da Sociedade Americana de Editores de Jornais, em 1933, determinando que cabiam aos editores dedicar maior atenção e espaço para notícias explicativas e interpretativas (SCHUDSON, 1978 *apud* FORDE, 2007).

Outros acontecimentos citados corroboram com a afirmação da autora de que o Jornalismo Explicativo se difundiu durante as décadas de 1920 e 1930 nos Estados Unidos, como, por exemplo, o aumento nas capitais de profissionais treinados e qualificados em relatar,

explicar e interpretar ocorrências factuais (MACDOUGALL, 1968 *apud* FORDE, 2007, p. 231).

Além dos fatores mencionados acima, para Forde (2007), uma série de outros acontecimentos explicam o aparecimento do relatório/reportagem explicativa, como o ceticismo manifestado pelos jornalistas em relação à ideia cristalizada na cultura profissional de transparência dos fatos e acontecimentos históricos, como problemas econômicos – Crise de 1929 - e sociais, o crescimento explosivo da administração pública e o crescimento da cobertura de notícias internacionais. Essa última levou os jornalistas a perceberem que a reportagem objetiva já não se mostrava suficiente para explicar temas complexos.

São citados pela autora também, os desenvolvimentos tecnológicos do século XX como fatores que explicam parcialmente o aparecimento do Jornalismo Explicativo nos jornais americanos (FORDE, 2007), com ênfase para a popularização da televisão, que com seu imediatismo, tornou-se uma concorrente dos jornais impressos. Para fazer frente a essa concorrência, os jornais voltaram-se para o Jornalismo Explicativo. Na análise realizada por Barnhurst e Mutz (1998), os autores concluíram que as notícias se tornaram, na época, maiores, mais analíticas e menos focadas em eventos (BARNHURST E MUTZ, 1998 *apud* FORDE, 2007, p. 231).

Ainda sobre a investigação de Barnhurst e Mutz sobre o conteúdo de jornal entre 1894 e 1994, a autora ressalta que os pesquisadores concluíram que as notícias cresceram em extensão e passaram a contar com mais análise, dando ênfase maior ao “como” e por quê”. É enfatizado ainda que, apesar dessas pesquisas não se dedicarem ao estudo do Jornalismo Explicativo, as estratégias e características observadas nessas investigações indicam que esse tipo de prática tinha o seu espaço de destaque nos jornais americanos, assim como também, como já evidenciado, a instituição do Prêmio Pulitzer. Dessa forma, a autora conclui que o Jornalismo Explicativo:

Não é um jornalismo rápido nem barato, mas é um jornalismo de qualidade que informa seus leitores sobre as conexões significativas entre a comunidade local e o mundo globalizado. É, ainda, um jornalismo que trata seus leitores como cidadãos de suas cidades, regiões, países e do mundo (FORDE, 2007, p. 240, tradução minha)⁶

⁶ Texto original: It is neither a fast journalism nor an inexpensive journalism, but it is a quality journalism that informs its readers of the meaningful connections between the local community and the globalized world. It is, further, a journalism that treats its readers as citizens of their towns, regions, country, and the world.

Assim como Forde (2007), contribuíram também para o estudo do contexto no jornalismo, Fink e Schudson (2014), principalmente no que diz respeito à análise desenvolvida pelos autores sobre as transformações pelas quais os jornais norte-americanos passaram entre os anos 1950 e início dos anos 2000. Os pesquisadores entendem que, a categoria Jornalismo Contextual, em termos quantitativos, é a que melhor aponta as mudanças na prática jornalística na última metade do século, apesar de não existir uma definição amplamente aceita ou um lugar estabelecido (FINK; SCHUDSON, 2014).

Para a investigação dos estudiosos, foram considerados como objetos de estudos os jornais *New York Times*, *Washington Post*, e *Milwaukee Journal Sentinel*. Como enfatizam, diferentemente de outros estudos que analisam as mudanças no jornalismo a partir do crescimento da reportagem investigativa, sua pesquisa se concentra na análise da ascensão da reportagem contextual. Duas questões nortearam o trabalho dos autores:

ao longo da segunda metade do século XX, as notícias tornaram-se menos sobre como documentar eventos importantes de um determinado dia e mais sobre como fornecer contexto? Houve uma diminuição nos tipos de notícias convencionais “apenas os fatos” e um aumento no contexto? (FINK; SCHUDSON, 2014, p. 9, tradução minha)⁷

Em relação à dificuldade de conceituação, observado por autores já referenciados, Fink e Schudson (2014) observam que não existe uma terminologia padrão para o gênero. Alguns optam por utilizar termos como reportagem interpretativa, detalhada, jornalismo *long-form* (jornalismo extenso), reportagem explicativa, reportagem analítica e jornalismo de ciências sociais (HESS, 1981). Apesar da variedade de denominações, todas apresentam em comum duas características, sendo elas: a ênfase na interpretação e o fato de se concentrar nas causas em oposição aos eventos.

Entre as mudanças pelas quais o jornalismo americano passou, os autores destacam o fato de que os jornalistas se tornaram mais agressivos; as notícias cresceram em tamanho; os jornais passaram a oferecer histórias para além da ideia de que agenda pública é o que as principais figuras políticas dizem; e as notícias se tornaram mais contextuais.

Os autores também se apoiam nas pesquisas de Barnhurst (2011), que identificou um “crescimento consistente” de 1994 a 2005 “na porcentagem de matérias de primeira página que

⁷ Texto original: over the second half of the 20th century, has news become less about documenting important events of a given day and more about providing context? There has been a decrease in conventional “just the facts” types of news and an increase in context?

se referiam ao passado ou ao futuro (geralmente ao passado) em vez do contexto temporariamente imediato (horas ou dias) [...] (BARNHURST, 2011 *apud* FINK; SCHUDSON, 2014, p. 8, tradução minha)⁸.

Voltando à investigação dos pesquisadores sobre os três jornais norte-americanos, ressalta-se que, de acordo com Fink e Schudson, a escolha dos objetos de estudo citados se baseou na importância desses veículos como líderes nacionais do jornalismo americano desde 1960 até o momento de realização da pesquisa. Em relação à metodologia, delimitou-se como período de análise duas semanas dos anos de 1955, 1967, 1979, 1991 e 2003. Os autores destacam que evitaram os anos eleitorais para que as histórias das campanhas não superassem as outras notícias. Baseado em seu conteúdo e estilo, os 1.891 artigos que compuseram a amostra foram distribuídos em cinco categorias: convencional, contextual, investigativa, empatia social ou outro.

A primeira categoria é caracterizada como notícias que muitas vezes, embora nem sempre, informam o público sobre as atividades oficiais do governo. Compõem a categoria histórias sobre legislação e política, segurança pública, crimes, entre outros. Porém, os autores ressaltam que uma notícia convencional não é definida por seu assunto, mas sim por sua abordagem.

Dessa forma, três características são consideradas: os assuntos são identificados de forma clara e imediata, procurando responder às perguntas “quem? o quê? quando? onde?” no primeiro parágrafo ou linha; o “por quê?” é ignorado ou abordado implicitamente; são escritas no formato “pirâmide invertida”, na qual as informações consideradas principais são apresentadas nos primeiros parágrafos; são descritas as atividades que ocorreram ou ocorrerão no período de 24 horas; comumente, palavras como “ontem” ou “hoje” abrem o parágrafo inicial; por último, tem-se a constatação de que as histórias convencionais focam em “atividades ou ações únicas”, incluindo eventos planejados, reuniões públicas, assim como eventos não planejados, como é o caso de desastres naturais.

Já as histórias contextuais costumam focar no quadro geral, oferecendo contexto para outras notícias. Os autores recorrem à comparação com uma lente para esclarecer a principal diferença entre as notícias convencionais e as contextuais. As primeiras são bem focadas e recortadas, já as notícias contextuais usam uma lente grande angular (a título de curiosidade, em fotografia, sabe-se que lentes deste tipo têm um amplo campo de visão).

⁸ Texto original: percentage of front-page stories that refer to either the past or the future (usually the past) rather than to the temporally immediate context (hours or days) of the event the stories focus on.

As notícias contextuais, para os autores, são, comumente, de natureza explicativa, surgindo, às vezes, ao lado de notícias convencionais para complementá-las e oferecem um contexto mais aprofundado ao invés de apenas os fatos dos eventos daquele dia. Na visão dos autores, os jornais costumam rotular as notícias contextuais como análise de notícias com o intuito de evitar críticas que possam surgir por mesclarem interpretação com fatos (FINK; SCHUDSON, 2014).

Outro ponto abordado por Fink e Schudson (2014) é o fato de que as notícias contextuais não são todas iguais, existem aquelas que buscam explicar para os leitores questões complicadas, assim como também, notícias que utilizam tabelas ou gráficos.

Diferentemente de outras análises que enfatizam fatores distintos para a mudança na cultura das notícias, Fink e Schudson (2014) acreditam que o jornalismo que valoriza a contextualização, como já mencionado, está no cerne das transformações:

Os próprios jornalistas colocaram tanta ênfase em Watergate (1972-74) como um ponto de inflexão que às vezes esquecem que (a) a grande mudança na cultura de notícias começou no final dos anos 1960, e (b) o crescimento do jornalismo contextual representa uma mudança quantitativa maior do que uma realocação de esforços para o jornalismo investigativo (FINK; SCHUDSON, 2014, p. 15, tradução minha)⁹.

Sendo assim, para os autores, as mudanças na cultura profissional do jornalismo não devem ser analisadas considerando-se apenas aspectos como eventos econômicos ou políticos específicos, ou ainda transformações tecnológicas, o lugar de destaque do Jornalismo Contextual (uma das denominações adotadas) é reconhecido pelos estudiosos.

3.2 Um outro olhar sobre o contexto no jornalismo

“O que é contexto para o jornalismo?” “Como o jornalismo contextualiza os acontecimentos?”. Essas são as duas perguntas que motivaram a investigação de Lückman (2020). Diferentemente de outros autores, a pesquisadora tem um olhar mais apurado para essas questões. Sua proposta tem como diferencial aprofundar teoricamente as noções de contexto e

⁹ Texto original: Journalists themselves have placed much emphasis on Watergate (1972–74) as a turning point that they sometimes forget that (a) the big change in the news culture began in the late 1960s, and (b) the growth of contextual journalism represents a much larger quantitative change than a reallocation of effort to investigative reporting.

de contextualização. Para ela, tais conceitos devem ser considerados noções estruturantes do jornalismo em consonância com uma compreensão complexa do conhecimento.

A análise da autora tem como pano de fundo um momento histórico em que o jornalismo é desafiado por uma realidade midiática onde *sites* e redes sociais modificaram as dinâmicas de consumo de comunicação interativa. Em sua visão, nessa nova realidade, o papel do jornalismo ainda é o de informar os cidadãos sobre acontecimentos de interesse público. No entanto, “é na esfera da contextualização desses acontecimentos que o jornalismo reforça sua atuação como conhecimento social” (LÜCKMAN, 2020, p. 19).

Nesse cenário em que um fato é tornado público, muitas das vezes, no ambiente das mídias sociais por ação de perfis de veículos de comunicação, assim como por pessoas comuns, “o jornalismo é o agente social que melhor cumpre o papel de contextualizar esse fato bruto”. Cabe ao jornalismo “dar sentido a ele, explicá-lo, situá-lo no momento histórico, auxiliando o leitor ou espectador no processo de apropriação crítica desse fato” (LÜCKMAN, 2020, p. 20). Seus achados partem do pressuposto de que:

[...] o jornalismo é uma forma de conhecimento social que, como tal, é fator constitutivo da Sociedade em Rede ao assumir a tarefa de organizar e dar sentido ao imensurável volume de informações de interesse público que circulam diariamente em todos os setores, identificando sua veracidade, validando seu valor-notícia, levantando questões em aberto, explicando temas complexos, formatando essas informações com o uso de critérios técnicos específicos e publicando-as em espaços referendados, reconhecidos como meios de comunicação social, de acesso gratuito ou não (LÜCKMAN, 2020, p. 30-31).

Para guiar suas reflexões, a autora se baseia nas ideias de Edgar Morin, mais especificamente em seu estudo sobre o conhecimento. Basicamente, o autor reconhece que “[...] o conhecimento só pode ser pertinente quando contextualizado: um fato ou informação só farão algum tipo de diferença na sociedade quando compreendidos na relação com os múltiplos aspectos a ele relacionados” (LÜCKMAN, 2020, p. 20).

Isto posto, a autora inicia a sua investigação a partir de uma revisão de conceitos que compõem o jornalismo. O primeiro conceito abordado é o de notícia. Para isso, são revisitados autores proeminentes, como Robert Ezra Park, Walter Lippmann, Michael Schudson, Adélmo Genro Filho, Muniz Sodré e Nelson Traquina, este último referenciado ao longo dessa pesquisa e que se destaca por ter se dedicado, entre outras coisas, a responder à pergunta “por que as notícias são como são?”. Seu estudo investiga, como já pontuado, valores-notícia e critérios de

noticiabilidade, considerados como aspectos complementares à compreensão da noção de notícia.

De maneira geral, nesse primeiro momento, a pesquisadora demonstra que jornalismo, notícia e acontecimento jornalístico são conceitos relacionados e que, na perspectiva da complexidade, o termo jornalismo pode ser considerado um macroconceito. Para entender esse macroconceito, a autora propõe o aprofundamento conceitual das noções de contexto e contextualização. Isso porque, para ela, em textos referenciais da área, tais conceitos são abordados de maneira superficial.

Outra questão pontuada pela autora é a de que existem diversos conceitos complementares relacionados a noção de jornalismo com vasta investigação teórica e bibliografias brasileiras e internacionais. A título de exemplo, Nilson Lage, aborda a noção de notícia tencionando-a com as contradições intrínsecas a ela pela sua condição de produto industrial, a definindo como “comunicação de massa”. Em Genro Filho, notícia e jornalismo são estudados a partir da relação com as categorias singular, particular e universal.

Apesar de haver alguns estudos sobre a relação entre os termos jornalismo e conhecimento, Lückman acredita ser necessário revisita-los e ressignificá-los tendo em vista as transformações sociais e as novas práticas na profissão. Assim como outros aspectos da vida, como a economia, a educação, o mundo do trabalho, cabe ao jornalismo se adaptar à Era da Informação. No entanto, em relação às demais áreas, o jornalismo tem uma especificidade, já que tem um papel de destaque na produção de conhecimento compartilhado. Sendo assim, é necessário refletir sobre as mudanças no conhecimento que ele produz. E um desses caminhos seria justamente discutir teoricamente contexto e contextualização.

Como é possível perceber, os estudos da autora se diferenciam dos demais ressaltados ao longo deste capítulo, principalmente pelo fato de que suas análises partem de uma perspectiva epistemológica. Ao abordar a questão do contexto, diferentes estudiosos consideraram, por exemplo, o *background* histórico dos acontecimentos ou os antecedentes. Para Lückman, no entanto, contextualizar é:

[...] um processo que envolve operações e estratégias cognitivas. Trata-se de construção indispensável para a construção do conhecimento. Para que o contexto e contextualização ocupem seu lugar na constelação de conceitos estruturantes do macroconceito jornalismo, precisam ser problematizados e estudados numa perspectiva epistemológica (LÜCKMAN, 2020, p. 27).

Essa noção do ato de contextualizar vai ao encontro das ideias desenvolvidas por Edgar Morin, principalmente em sua Teoria da Complexidade. Ao analisar tal teoria, a autora ressalta que “o paradigma da complexidade, de maneira mais ampla, é a visão de mundo que vai mobilizar as questões do sujeito pesquisador na elaboração das suas interrogações em torno da questão estudada” (LÜCKMAN, 2020, p. 55). Nessa perspectiva, uma das principais propostas de Morin em seu método da complexidade é pensar os conceitos como conhecimento em construção, ao invés de encará-los como concluídos. Desse modo, o sociólogo recusa a simplificação absoluta.

No entanto, vale destacar que a proposta de Morin não aponta para uma substituição da simplificação pela complexidade. Na verdade, para ele, a simplificação deve ser relativizada. Sendo assim, a complexidade seria a “união dos processos de simplificação - seleção, hierarquização, separação, redução - com os outros contraprocessos – comunicação, articulação do que está dissociado e distinto” (LÜCKMAN, 2020, p. 57).

Em linhas gerais, Morin reconhece a inegável contribuição do método de disjunção, redução e abstração para o desenvolvimento do pensamento científico, porém, reconhece também a importância de se recorrer ao caminho da complexidade para solucionar questões que o pensamento simplificado não é capaz de resolver.

Além da questão da simplificação, é necessário também pontuar que o pensamento complexo do qual fala Morin não está relacionado com a questão da completude. Ou seja, ele reconhece a possibilidade de haver conhecimento multidimensional, porém consciente da impossibilidade do pensamento completo. “O problema da complexidade não é o da completude, mas o da incompletude do conhecimento; ele não luta contra a incompletude, mas contra a mutilação” (LÜCKMAN, 2020, p. 58).

Dessa forma, ao trabalhar noções relacionadas ao conhecimento, como saber e informação, a autora pontua, levando em consideração o pensamento de Morin, que o conhecimento não se restringe apenas à tarefa de organizar as informações. Na verdade, em casos em que as informações forem abundantes e as estruturas mentais forem insuficientes, o que ocorre é um mergulho em uma ‘nuvem de desconhecimento’. Além disso, vale pontuar que, segundo Morin, o conhecimento não é objetivo, trata-se de tradução e reconstrução. Estando ciente de que esses processos de tradução e reconstrução envolvem interpretação, o sociólogo reconhece a possibilidade do erro. Outro ponto importante de sua teoria é o reconhecimento da necessidade de incluir o sujeito na produção do conhecimento.

Ao tratar a questão do conhecimento, o sociólogo chama a atenção para os benefícios e malefícios dos desenvolvimentos disciplinares das ciências, mais especificamente, da separação dos saberes. Para ele, no que diz respeito às desvantagens, a separação dos saberes a partir do século XVII trouxe superespecialização, confinamento e despedaçamento. Para se contrapor a esse cenário, a contextualização seria uma ferramenta eficaz.

Apesar de ao falar sobre a contextualização Morin se referir à educação formal, Lückman entende que a ideia de organizar o conhecimento considerando a contextualização se estende a outras formas de organização social.

Partindo para o estudo da relação entre jornalismo, conhecimento e contexto, a autora apresenta pesquisas com foco na contextualização do acontecimento jornalístico, como é o caso da desenvolvida por Franklin et al. (2005). Os estudiosos consideram que ao se falar sobre contexto no jornalismo, faz-se necessário considerar três perspectivas, sendo elas: o contexto de produção, o *background* da notícia e os antecedentes históricos e/ou sociais. Nesta pesquisa, interessa-nos os dois últimos.

Em relação à perspectiva do *background*, essa é compreendida como “à referência a episódios anteriores relativos ao mesmo assunto, com o fornecimento de informações adicionais às questões básicas do *lead*” (LÜCKMAN, 2020, p. 130). Já no caso da terceira perspectiva, entende-se que “a contextualização mais ampla por meio dos antecedentes históricos ou sociais permite que o texto jornalístico ajude a compreensão do leitor sobre o significado do acontecimento noticiado” (FRANKLIN et al, 2005)

Assim como Franklin et al. (2005), Traquina (2002) também reconheceu a importância da contextualização no jornalismo, mais especificamente ao discorrer sobre o valor-notícia da consonância, pertencente ao grupo dos valores-notícia de construção do qual fala Wolf. Em linhas gerais, o autor reconhece que a atenção do público em relação à notícia é mais bem captada na medida que o acontecimento é inserido em uma narrativa já conhecida.

Outros autores também são citados nesse processo de revisão teórica da autora, entre eles, é possível destacar o sociólogo Robert Park (2008) e o jornalista e pesquisador Daniel Cornu (1999). Sobre o primeiro, é enfatizado o seu pioneirismo no reconhecimento do jornalismo como forma de conhecimento, no início do século XX. Ao diferenciar o historiador do jornalista, o autor acredita que esse se distingue daquele no sentido de que o seu papel está mais relacionado à tarefa de relatar um evento quando ele acontece e o seu interesse no passado e no futuro ocorre apenas no sentido de projetar luz sobre “o que é real e presente”.

Assim como Park (2008), Cornu (1999) também recorreu a comparação entre as atividades do jornalista e do historiador. Segundo o autor, a investigação jornalística possui semelhanças com a investigação histórica, tendo em vista o fato de que as duas tratam de informações que relatam fato, porém o jornalismo não se restringe a eles. Segundo sua visão, no caso da interpretação jornalística é proposta uma interpretação dos fatos atuais, implícita ou explicitamente.

O jornalista interpreta essa atualidade em um mundo em perpétua mudança e tenta compreender e explicar esse mundo no calor dos acontecimentos, enquanto a tarefa do historiador é registrar um passado que não vai incorporar novos fatos, mas é sempre suscetível a novas perspectivas de interpretação (LÜCKMAN, 2020, p. 133).

Cornu recorreu para a sua análise a intelectuais de outras áreas, como é o caso de Max Weber da Sociologia. Tomando emprestadas as ideias de Weber, Cornu ressalta que fatos isolados não têm sentido. Desse modo, reconhece que, para adquirir sentido, os fatos devem significar algo para as pessoas e despertar seu interesse. Além disso, para o autor, a interpretação jornalística possui três categorias. No caso específico da categoria da interpretação causal é pontuado que ela se relaciona à procura das causas, dos encadeamentos, da contextualização do objeto. A preocupação recai sobre “como” e “por quê?”, perguntas clássicas do *lead* interiorizado na cultura profissional jornalística, mas pouco exploradas.

Além disso, o autor enfatiza que outra característica da interpretação causal seria sua contribuição para a formulação de hipóteses “sobre os possíveis desenvolvimentos dos acontecimentos, a partir dos comportamentos e das escolhas possíveis dos homens na sociedade” (LÜCKMAN, 2020, p. 134). Vale pontuar, no entanto, que não se trata de um sentido determinista, mas sim de uma avaliação empiricamente fundada.

Prosseguindo em seu levantamento bibliográfico são citados outros autores que destacaram a relação entre jornalismo e contexto, como Alsina. Assim como Cornu, ele também recorre à comparação entre o trabalho do jornalista e de outro profissional, neste caso, o do cientista social. Para ele, ambos são intérpretes do acontecer social.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que, ao estudar a produção da notícia, o autor ressalta que a contextualização estaria na etapa final deste processo. Para tal, ocorre o

estabelecimento de relação com outros acontecimentos além de explicações e até mesmo interpretações. “Para Rodrigo Alsina, o ato de contextualizar, na construção da notícia, é uma forma de conferir sentido ao acontecimento transformado em fato jornalístico” (LÜCKMAN, 2020, p. 135).

Por fim, são citados os estudos de Adelmo Genro Filho (2009). Suas análises tomam emprestadas as categorias filosóficas singular, particular e universal para a teoria do jornalismo. De maneira geral, o autor reconhece que o fenômeno noticioso está diretamente relacionado “à reprodução de um evento pelo ângulo da singularidade, embora as três dimensões coexistam nos fatos jornalísticos como em qualquer outro fenômeno” (LÜCKMAN, 2020, p. 135). Conclui que o fato em si tem relação com o singular e o conteúdo mais amplo da informação com a particularidade e a universalidade.

Apesar de reconhecer a importância do tipo de hierarquização proposto pela técnica da pirâmide invertida, epistemologicamente, Genro Filho propõe que ela seja posicionada em pé. Ou seja, para ele, a notícia deve caminhar do singular para o particular e universal:

Quando o jornalismo reconstrói os eventos singulares ampliando sua significação em um contexto particular, evidencia-se sua potencialidade para que a notícia se realize como forma de conhecimento e, ao contextualizar a informação, construa uma leitura crítica da realidade e ofereça essa leitura crítica ao público. Se a dimensão universal pode ser relacionada à visão de mundo do jornalista, por meio dos pressupostos ontológicos e ideológicos que o orientaram na produção da notícia, é a dimensão do particular que remete à contextualização (LÜCKMAN, 2020, p. 136).

Dessa forma, assim como outros estudiosos citados ao longo do capítulo, o autor já apontava a necessidade da contextualização, algo que, como pontuado por Lückman, parece ter se tornado ainda mais evidente no contexto da Era da Informação.

Em um cenário de abundância informacional, o jornalismo, ao voltar a sua atenção para o ato de contextualizar as informações, enfatizaria a sua função social, o seu papel de mediador qualificado:

Enquanto instituição integrante das sociedades democráticas e forma de conhecimento contextualizado num mundo cada vez mais complexo, será crescente a relevância do jornalismo na construção de uma “democracia cognitiva”, nos termos sugeridos por Morin (LÜCKMAN, 2020, p. 241-242)

Ao analisar a relação entre jornalismo e democracia, a pesquisadora toma emprestadas as ideias de Kovach e Rosenstiel (2014). Para os autores, cidadania, liberdade e autonomia associados ao acesso à informação estão diretamente conectados à democracia.

Lückman também concorda com Kovach e Rosenstiel no que diz respeito ao reconhecimento de que o exercício da cidadania livre e autônoma é beneficiada pelo conhecimento do jornalismo. Isso posto, a pesquisadora sugere o aprofundamento da discussão sobre a democracia em suas relações com o jornalismo e com o conhecimento. Em sua visão, esse aprofundamento sugerido não é apenas necessário, mas urgente, tendo em vista a realidade da desordem informacional observada em todos os setores da sociedade.

O jornalismo, como modo de conhecimento que medeia o diálogo entre saberes ou discursos especializados e os cidadãos, é uma das instâncias centrais nesse cenário – no qual, inclusive, o jornalista profissional precisa também fortalecer-se enquanto mediador qualificado desse processo de conhecimento, independentemente de vínculo com empresa midiática (LÜCKMAN, 2020, p. 245).

Assim como Lückman (2020), Dan e Rauter (2021, p. 1) concordam com a ideia de que o elemento contexto é imprescindível e um diferencial do jornalismo “para compreender os meandros de um tópico, para que não percam o interesse ou o interpretem mal, as pessoas precisam de mais assistência do que as notícias convencionais” (tradução minha)¹⁰. Na visão de Dan e Rauter, apoiados nas ideias de McIntyre, Dahmen e Abdenour (2018), as reportagens explicativas possuem dois diferenciais: a contribuição para o alcance do ideal democrático de uma cidadania informada e o fato de que os jornalistas têm a possibilidade de trabalhar sem tanta pressa, em contraposição aos jornalistas que se dedicam à produção de notícias convencionais, sendo possível, dessa maneira, desvendar uma história complexa para o público.

A análise dos autores traz contribuições consideráveis para esta pesquisa, já que ela se concentrou no formato vídeo. Apesar de considerar aspectos que não serão abordados neste trabalho, como a emoção, a investigação dos autores, assim como outras pesquisas mencionadas ao longo deste capítulo, concluiu que:

[...] em comparação com as notícias convencionais, o relato explicativo facilita uma compreensão superior do problema em questão, exhibe um maior

¹⁰ Texto original: to understand the intricacies of a topic so that they do not lose interest or misunderstand it, people need more assistance than provided by conventional news

potencial para alterar atitudes e ajuda esclarecer o papel dos fatores de nível macro na geração e resolução de problemas (DAN; RAUTER, 2021, p. 2, tradução minha)¹¹

Ainda sobre os diferenciais e os benefícios da reportagem explicativa, os autores ressaltam como as principais características desse “novo gênero”, denominação utilizada por eles, é o fornecimento de contexto, não exigindo, dessa forma, conhecimento prévio do público sobre o assunto. Esse tipo de reportagem “tende a olhar para trás em vez de para frente”, ou seja, tende a fornecer o contexto histórico, exige notícias longas, além de recorrer a enquadramentos temáticos e “contextualizadores visuais”. (DAN; RAUTER, 2021, p. 3).

As características do gênero e as principais diferenças em relação à reportagem convencional estão sintetizadas no quadro abaixo:

¹¹ Texto original: compared with conventional news, explanatory reporting facilitates a superior understanding of the issue at hand, exhibits a greater potential to alter attitudes, and helps clarify the role of macro-level factors in generating and resolving problems. However, explanatory reporting appears to be less emotionally involving compared with conventional reporting

Quadro 2 – Características das reportagens explicativa e convencional

	Reportagem Explicativa	Reportagem Convencional
Foco	Como? Por quê? Fatos e contexto Lente grande angular (é oferecido um quadro mais amplo do acontecimento) Sem conhecimento prévio obrigatório	Quem? O quê? Quando? Onde? Apenas os fatos Lente telefoto (temas e assuntos são apresentados de maneira isolada) Conhecimento prévio é requerido
Base temporal	Ampla	Estreita
Comprimento	Longo	Curto
Formato	Enquadramento temático e contexto visual	Enquadramento episódico e imagens como “provas”

Fonte: Elaborado pela autora com base em Dan e Rauter, 2021.

Sobre a base temporal, identificada e apresentada no quadro, os teóricos esclarecem que, na reportagem explicativa os jornalistas refletem sobre o evento relatado a partir de um olhar sobre o passado com o objetivo de “tirar lições válidas”. Já no caso da reportagem convencional a preocupação recai sobre eventos que acabaram de acontecer ou estão prestes a ocorrer. De acordo com os pesquisadores, o intervalo de tempo, no caso da reportagem convencional, não ultrapassa 24 horas e oportunidade e novidade são os focos.

Outro diferencial importante desse novo gênero, na análise dos autores, é em relação ao tamanho. As reportagens explicativas costumam ser maiores do que as convencionais (DAN E RAUTER, 2021 *apud* GIBBS E WARHOVER, 2022; SCHUDSON, 2008). Tal característica se deve ao fato de que as primeiras fornecem detalhes e contexto, além de incluir diferentes pontos de vista e recorrer a um número maior de fontes (DAN E RAUTER, 2021 *apud* CARRETERO E BARIAIN, 2016; GODULLA E WOLF, 2017).

No que concerne ao enquadramento, outro diferencial da reportagem explicativa, costuma-se recorrer a enquadramentos temáticos, que se diferenciam dos demais por enfatizar “diferentes aspectos de um problema ou evento” e fornecer um pano de fundo. Já no caso das reportagens convencionais, são observados, frequentemente, enquadramentos episódicos, ou seja, enfatiza-se um determinado problema. Além disso, a reportagem explicativa utiliza recursos visuais como gráficos para ilustrar as informações.

Os enquadramentos temáticos, diferenciais da reportagem explicativa (DAN; RAUTER, 2021), facilitam o entendimento em comparação às notícias convencionais, além de “[...] esclarecer ao público por que atores agem da maneira que agem, por que as coisas são do jeito que são e o que precisa ser feito para mudá-las (GANS, 2003, p. 99 *apud* DAN RAUTER, 2021, p. 5, tradução minha)¹².

Tal qual observam os pesquisadores, somado aos benefícios expostos e, mais especificamente, os ganhos para a cidadania, a reportagem explicativa também se apresenta como uma importante aliada para “as atribuições de responsabilidades precisas” por parte da audiência. Além disso, o gênero representa também uma oportunidade de tema e investigação para a pesquisa acadêmica:

[...] o futuro da reportagem explicativa pode ser brilhante — com ramificações consideráveis para a prática e pesquisa do jornalismo. No entanto, surpreendentemente, se a reportagem explicativa realmente produz esses resultados positivos, quase nunca foi investigado (FINK; SCHUDSON, 2014 *apud* DAN; RAUTER, 2021, p. 1, tradução minha)¹³

Se o gênero parece ainda não ter despertado a atenção da comunidade acadêmica, o mesmo pode ser dito do formato “vídeo”, de acordo com os estudiosos:

Até onde sabemos, este é o primeiro estudo a investigar a potencialidade de relatórios [reportagens] explicativos. Além disso, estudamos a forma como esse novo gênero se materializa em formato de vídeo, o que é rotineiramente negligenciado na pesquisa acadêmica (DAN; RAUTER, 2021, p. 17, tradução minha)¹⁴.

¹² Texto original: [...] clarify to audiences why actors act the way they do, why things are the way they are and what needs to be done to change them

¹³ Texto original: the future of explanatory reporting could be Bright —with considerable ramifications for the practice and research of journalism. Yet, surprisingly, whether explanatory reporting truly yields these positive outcomes has barely ever been investigated

¹⁴ Texto original: To the best of our knowledge, this is the first study investigating the potentiality of explanatory reporting. Moreover, we have studied the way this new genre materialises itself in a video format, which is routinely neglected in academic research

Assim como na Alemanha, como observado pelos autores, a temática também tem sido pouco explorada no Brasil.

Ao longo deste capítulo foi abordado rapidamente a relação entre democracia e contextualização no jornalismo. O capítulo seguinte evidenciará a importância do jornalismo para a construção da cidadania, uma das bases que sustenta a democracia.

4 O JORNALISMO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A CIDADANIA

O reconhecimento da importância do jornalismo em sociedades democráticas é quase que unânime. Se em anos anteriores muito se discutia sobre a necessidade e validade do jornalismo, em tempos de mudanças estruturais, em especial, com a presença mais expressiva das redes sociais no cotidiano da sociedade, a relevância da prática jornalística mostrou-se inquestionável. Para Gentilli (2005, p. 125), é inconcebível “imaginar a possibilidade de vida nas modernas sociedades de massas sem a mediação do jornalismo”.

Em discussões atuais sobre a importância da atividade profissional do jornalismo é enfatizado como uma das principais, senão a principal função do jornalista, a oferta de informação de qualidade. Munido de informações verídicas e relevantes, o indivíduo tem a possibilidade de realizar seus próprios julgamentos, participar conscientemente da política de seu país, se engajar, e, em larga medida, exercer de maneira mais efetiva a cidadania.

Tendo em vista o que foi exposto, o presente capítulo se debruçará sobre a relação entre jornalismo e cidadania. Inicialmente, serão apresentadas as ideias de Gentilli, que tem como uma de suas principais contribuições, a reflexão acerca do acesso à informação como direito-meio. Neste mesmo sentido, serão enfatizados também estudos de teóricos que revisitaram as ideias de Gentilli. Em seguida, o capítulo partirá para a apresentação de considerações de autores que identificaram entraves do jornalismo comercial para a cidadania. Por último, serão apresentadas as considerações de Rothberg acerca do jornalismo público enquanto solução para a fragmentação, superficialidade e tendência ao entretenimento observadas no jornalismo comercial.

4.1 Direito à informação e cidadania

A internet se faz presente em diferentes aspectos das nossas vidas, sejam eles sociais ou de cunho comercial, já que, em algum grau, passamos a nos relacionar e a consumir segundo sua lógica. Apesar de suas vantagens, sua influência passou a ser questionada. No jornalismo, discutiam-se, por exemplo, os impactos da convergência digital, da proliferação de espaços de conteúdos informativos e a crise da empresa jornalística enquanto modelo de negócios (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011). Como em outros momentos, com o advento de novas tecnologias e técnicas, a viabilidade do jornalismo foi colocada em dúvida.

Entre os que profetizavam o fim do jornalismo, destaca-se o jornalista e professor espanhol José Luis Martínez Albertos. Em suas previsões, o profissional considerava que juntamente com o desaparecimento dos jornais impressos em 2020, desapareceria também o próprio jornalismo. Em sua visão, o discurso jornalístico pertencia a modernidade e não a pós-modernidade. Argumentava ainda que as novas tecnologias tornariam o jornalismo desnecessário, as pessoas não mais necessitariam dele ou simplesmente perderiam o interesse (KARAM, 2004).

Outros profissionais e teóricos também passaram a fazer coro a essa visão e a questionar a viabilidade do jornalismo com o advento das novas tecnologias. Se o indivíduo munido de um *smartphone* era capaz de relatar em primeira mão os acontecimentos, qual seria, então, a relevância do profissional de jornalismo? Tratava-se de uma profissão descartável?

Com a pandemia da Covid-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, essas perguntas parecem ter sido respondidas. Isso porque, os jornalistas são os principais responsáveis pela disseminação de informações confiáveis.

Nos últimos anos, como se sabe, somada à maior influência das redes sociais, o discurso de autoridades políticas no sentido de desacreditar o jornalismo e o que se convencionou a denominar de pós-verdade, ou seja, o apelo às emoções e às crenças pessoais em contraposição aos fatos, são identificados como principais motores da perda da confiança no jornalismo. Em 2020, esse cenário adquiriu novos contornos, em meio à crise sanitária, o jornalismo agiu como principal interlocutor entre informações relevantes e essenciais e a sociedade.

Em retrospecto, é possível identificar que a relevância do jornalismo foi tema de diferentes estudos. Entre eles, destaca-se o desenvolvido por Gentilli (2005). Discorrendo sobre o tema, o acadêmico (GENTILLI, 2005, p. 125) chama a atenção para o fato de que informação jornalística é, simplesmente, indispensável para o estar no mundo nos dias de hoje. O que alguns autores chamam de “necessidade social da informação” é hoje suprida sobretudo pelo jornalismo.

O estudo sobre a informação, mais especificamente o acesso à informação e a sua relação com a cidadania, é uma das principais contribuições do autor, que criticava o fato de que a bibliografia teórica sobre o conceito de cidadania não fazia referência direta ao direito à informação. O inverso também era observado, ou seja, estudos que abordavam questões do direito à informação não se apoiavam em obras que contextualizavam “a discussão no debate em torno do conceito de cidadania”.

Um dos pontos centrais discutidos por Gentilli (2005, p. 128) é o fato de que, na sua visão, o direito à informação deve ser compreendido como um direito relacionado aos outros direitos, “incluindo, obviamente, as contradições e os antagonismos destes”. Para ele, trata-se de um direito que promove o exercício da cidadania e “permite ao cidadão o acesso e a crítica aos instrumentos necessários ao exercício pleno do conjunto dos direitos de cidadania”.

Nesse sentido, conclui-se que a informação pública é um pressuposto indispensável para se exercer a cidadania, sendo um fator de extrema relevância para o processo de aprofundamento democrático:

Como consequência do raciocínio, o entendimento de que o acesso à informação é uma porta de acesso a outros direitos: numa sociedade de massas modernas, o acesso à informação jornalística, por parte do cidadão, pode potencialmente vir a consistir num direito que assegura outros direitos, confere condições de igualização de sujeitos e oferece visibilidade ao poder e ao mundo (GENTILLI, 2005, p. 128).

No entendimento de Gentilli, em oposição às reflexões que tratam os direitos de cidadania em seu sentido estrito, o acesso à informação se configura como um direito-meio, já que se trata de uma porta de acesso a outros direitos. Para que o indivíduo seja capaz de acessar plenamente outros direitos, o acesso à informação é um componente indispensável.

Diferentemente dos direitos fins (civis, sociais e políticos), o direito à informação tem como especificidade a capacidade de potencializar o exercício da cidadania, sendo assim, essencial para a vida em democracia. Em linhas gerais, o direito à informação representa um direito de acesso à esfera pública e, portanto, antagoniza com o direito à privacidade.

Munido de informações relevantes, o sujeito é capaz de realizar seus próprios julgamentos e escolhas e atuar de maneira autônoma. Aqui, faz-se necessário destacar o modelo típico-ideal de jornalismo proposto por Gentilli. Tal modelo tem como pressupostos básicos um jornalismo capaz de oferecer uma forma de conhecimento do mundo que garanta ao cidadão as condições necessárias para a efetivação de suas próprias escolhas. Além de permitir ao cidadão meios para o exercício dos direitos políticos, cabe ao jornalismo também, no modelo proposto pelo autor, oferecer informações básicas (jornalismo de serviço) ao público, além de pensar “a práxis profissional no contexto amplo de ampliação da cidadania, do pluralismo, da liberdade, da democracia” (GENTILLI, 2005, p. 143).

Ainda sobre o modelo de jornalismo típico-ideal desenvolvido por Gentilli, o autor considera que o jornalista é um mediador, responsável por filtrar, selecionar e organizar os elementos e informações para o julgamento do leitor. O pesquisador faz a ressalva de que trata-

se de uma mediação ativa, não passiva, já que envolve papéis, funções, ética e fazeres. Como se sabe, a informação passa pelo tratamento do jornalista, ela não é oferecida em seu estado bruto. O jornalista ao organizar as informações possibilitando condições de escolha presta um serviço ao cidadão consumidor da informação. Vale ressaltar ainda que, para o autor, não existe contradição na ideia de jornalismo como mediação e jornalismo como representação. Na sua concepção, o representante busca a informação no lugar daquele que tem interesse na informação. “Assim, a ação como representante é uma das formas de ação da mediação. O jornalista representa o leitor exatamente porque é mediador” (GENTILLI, 2005, p. 144).

Em consonância com Gentilli, Paulino (2015, p. 7), em suas reflexões acerca da qualidade da atuação da mídia, enfatiza que o jornalismo deve fornecer informações necessárias para que os cidadãos compreendam os fatos que têm impacto na vida em sociedade, “contribuindo com a tomada de decisões individuais e coletivas”.

Voltando para a análise de Gentilli, ao se referir ao direito ao acesso à informação como “direito-meio”, o autor tem como objetivo enfatizar que tal direito não se realiza em si mesmo, sendo, no entanto, um componente essencial para que o indivíduo possa fazer suas escolhas em relação ao exercício pleno dos demais direitos:

Nas sociedades modernas, estruturadas como democracias representativas, como já visto, todos os direitos em alguma medida relacionam-se com o direito à informação: o alargamento da participação na cidadania pressupõe um alargamento do direito à informação como uma premissa indispensável, um pressuposto (GENTILLI, 2005, p. 129).

Vale salientar também que a concepção do direito à informação do teórico considera o fato de que a democracia não é uma definição estática ou fechada. Na verdade, para que ocorra o seu aprofundamento é indispensável a informação oferecida e tornada pública pelo jornalismo. Resumidamente, a “indústria jornalística é uma indústria que produz um direito” (GENTILLI, 2005, p. 147).

Outra contribuição relevante de Gentilli é a sua abordagem em relação ao direito à informação na perspectiva política. Para ele, a “visibilidade do poder e das possibilidades de escolha deve ser entendida como uma das premissas do direito à informação na perspectiva política” (GENTILLI, 2002, p. 45). Tal afirmação se relaciona ao fato de que para exercer o direito ao voto conscientemente, o cidadão deve ter acesso às informações sobre opiniões e propostas dos partidos. Entretanto, como ressalta o autor, o direito ao voto configura apenas uma das condições para o direito político:

o acompanhamento sistemático das atividades do governo, dos movimentos e discussões do parlamento, dos comportamentos dos atores políticos em geral, enfim, a publicidade dos atos do governo, são outras condições indispensáveis para o exercício permanente das prerrogativas políticas e só são possíveis a partir da difusão de informações (GENTILLI, 2002, p. 45).

Nos últimos anos no Brasil, mais especificamente com a chegada ao poder de Jair Messias Bolsonaro, o Supremo Tribunal Federal (STF) passou a fazer parte, de maneira mais expressiva, do jogo político. Reiteradas vezes, o ex-presidente questionou e jogou luz sobre a atuação da Corte, chegando, por vezes, a atacá-la, assim como também os ministros de seu governo. Em agosto de 2021, Alexandre de Moraes, ministro do STF determinou a inclusão de Bolsonaro como investigado no inquérito das *fake news*, que apura a disseminação de informações falsas. A decisão do ministro atendeu ao pedido realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que solicitou a inclusão do presidente por seus ataques à Justiça Eleitoral.

A estratégia de desacreditar as instituições, principalmente aquelas que, de alguma maneira, interferem em seus objetivos políticos, é observada desde o período de campanha eleitoral.

Além da ação de Bolsonaro em relação ao tribunal, o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff e a prisão do ex-presidente Lula também são eventos que comprovam, de certa maneira, o entrelaçamento entre o STF e a política brasileira. Sendo assim, o acompanhamento das ações do Supremo pelo jornalismo é essencial, entre outros motivos, destaca-se, é claro, o fato de se tratar da mais alta instância do Poder Judiciário. Porém, não se trata de acompanhar e oferecer qualquer tipo de informação, “o direito à informação deve ser pensado na perspectiva de fornecer informações em quantidade e qualidade para o melhor julgamento possível de cada um” (GENTILLI, 2005, p. 130).

Em se tratando de qualidade da informação, a exigência por ela, segundo o autor, está diretamente relacionada ao fato da sociedade se tornar cada vez mais portadora de direitos da cidadania. Em sua concepção, “o cidadão, à medida que participa mais efetivamente da sociedade, que seus direitos se consolidam, passa a exigir, a ter como referência uma informação de melhor qualidade” (GENTILLI, 2005, p. 151).

Outros teóricos também chamaram a atenção para a relevância do acesso à informação de qualidade. De acordo com Raddatz (2015, p. 110), o poder do cidadão de se posicionar, defender suas opiniões e discuti-las com outras pessoas, ou seja, tornar-se crítico e esclarecido, conferindo a ele a aptidão para participar “das ações que interessam à coletividade” estão diretamente relacionadas ao acesso à informação. Porém, não se trata apenas ao acesso, mas a

possibilidade do cidadão “optar por uma informação de qualidade, que seja produzida numa instância comprometida com a pluralidade e a diversidade”.

Diante do exposto, fica claro a importância do jornalismo, principalmente aquele comprometido com o oferecimento de informações de qualidade e relevantes. A imprensa exerce um poder simbólico através da sua capacidade de “agendar os temas, enquadrá-los, colocando-os publicamente” (SOARES, 2009, p. 65). Poder simbólico, pois, como se sabe, o poder social efetivo fica a cargo das instâncias do Estado responsáveis, por exemplo, por produzir leis (SOARES, 2009).

Para dar sustentação ao seu argumento de que o poder da imprensa reside na sua capacidade de agendamento, enquadramento e publicização dos temas, Soares cita um estudo realizado por Rodrigues (2002) sobre a cobertura do Congresso Nacional por quatro jornais. Rodrigues concluiu que “ocorre um efeito de agendamento da ação dos parlamentares, influenciando no trabalho de comissões, nos discursos, nas discussões, enfim na ação dos parlamentares, colocando temas latentes” (SOARES, 2009, p. 145).

O estudo de Rodrigues se mostra relevante, entre outros pontos, por ter reconhecido a existência de um esquema circular do processo de agendamento. Em linhas gerais, a pesquisadora concluiu que imprensa, Congresso e opinião pública agendavam-se mutuamente. Para Soares, o mérito do modelo se deve ao reconhecimento de que os meios em uma democracia são instâncias da sociedade civil produtores de significados, interagindo com as instituições e com as audiências por meio de um único processo.

Soares enfatiza ainda que o jornalismo não substitui os cidadãos, sua importância é explicada, na realidade, pela sua atuação específica, qual seja a de agendar temas para o debate público racional.

Outro ponto a ser destacado é o de que os meios, independentemente de sua natureza, sejam públicos ou privados, possuem uma responsabilidade para com a sociedade, pois apesar de serem instituições livres, devem prestar contas à Justiça e aos cidadãos (SOARES, 2009).

A responsabilidade da mídia é tema de pesquisas desenvolvidas por autores como Paulino (2015). Em suas análises, o autor considera que a atuação e a responsabilidade social da mídia podem ser aprimoradas a partir da definição e da aplicação de instrumentos como canais de prestação de contas, códigos de ética e por meio de amparo legal, capaz de compatibilizar liberdade de expressão e outros direitos.

Analisando especificamente o caso brasileiro, no que diz respeito à criação de instrumentos de promoção de prestação de contas ou de responsabilidade social dos veículos

de comunicação, o autor faz menção a uma terceira perspectiva, que se diferencia daquelas que focam apenas no mercado ou na regulação. Trata-se da perspectiva que considera que a qualidade jornalística pode ser fruto da cooperação entre lei, mercado e deontologia:

Em outras palavras, a precisão do ofício jornalístico, pode resultar de diálogos e iniciativas de responsabilidades pelas empresas, profissionais, Estado e sociedade contribuindo com a definição e aplicação prática de padrões de qualidade (PAULINO, 2015, p. 8).

Colaboraram também para as análises sobre responsabilidade da mídia e qualidade do jornalismo, Rothberg e Vanzini (2014). Para os autores, é necessário determinar critérios de verdade e relevância dos fatos noticiados. Como ressaltado pelos teóricos, verdade não diz respeito à “idealização do jornalismo ou a tentativa de vencer as amarras ideológicas da linguagem” (ROTHBERG; VANZINI, 2014, p. 101):

Na verdade, a ideia de verdade se relaciona à afirmação de exigência democrática de um tratamento contextualizado, abrangente e plural dos fatos e acontecimentos, para fazer jus à sua complexidade e às demandas contemporâneas pela formação da cidadania em sua dimensão do direito à informação.

Em se tratando do objeto da presente pesquisa, a cidadania e a preocupação em relação à responsabilidade para com a sociedade aparecem em um dos seis objetivos da BBC:

A BBC apoia a vida cívica e o debate nacional, fornecendo notícias e informações confiáveis e imparciais que ajudam os cidadãos a entender o mundo e os incentiva a se envolverem com ele. (BBC, 2004, p. 8, tradução minha)¹

A postura adotada pela BBC e especificada em sua linha editorial parece ir de encontro ao que comumente é encontrado no jornalismo comercial brasileiro. Se no período anterior ao advento da internet e da proliferação de ambientes jornalísticos digitais utilizava-se como justificativa para a superficialidade observada nas mídias massivas a limitação de espaço, atualmente a instantaneidade passou a interferir de maneira negativa na qualidade da informação:

Importante considerar que se uma antiga justificativa técnica para a

¹ Texto original: The BBC supports civic life and national debate by providing trusted and impartial news and information that helps citizens make sense of the world and encourages them to engage with it.

superficialidade do jornalismo praticado nas chamadas mídias massivas, ditas tradicionais – definida em limitações de espaço diagramático e tempo de veiculação – poderia ser superada com a chegada da internet e suas amplas possibilidades de acolhimento, exposição e circulação de textualidades, na prática, isso não tem se dado exatamente assim. O que se verifica nos ambientes jornalísticos também digitais é a prevalência de uma instantaneidade marcada por textos tão superficiais e curtos quanto ágeis (BRUCK; MARQUES; PIMENTA, 2021, p. 4-5).

Assim como a instantaneidade, a abundância de informações do meio digital não significou ganhos para o jornalismo no que se refere à qualidade informativa. “Não há correspondência entre quantidade e qualidade de informação. Informação em grande volume não pressupõe necessariamente sequer o acesso à informação básica” (GENTILLI, 2005, p. 158).

A despeito do meio, seja ele impresso ou digital, prevalecem na estrutura e na cultura profissional da imprensa corporativa os critérios de noticiabilidade, que influem negativamente na qualidade da informação:

Mesmo entendendo-se essa necessidade, percebemos como evidente que a estrutura de critérios de seleção, de certa forma, “engessa” as possibilidades, resultando inúmeras vezes em distorção, fragmentação, supressão, dificuldade em contextualizar e tratar de maneira aprofundada um tema (TEJERA, 2003, p. 216).

Dessa forma, o jornalismo ao deixar de oferecer aos cidadãos conteúdos aprofundados contribui, de certa maneira, para “a constituição de uma opinião pública de fraca atuação” (TEJERA, 2003, p. 216).

Outro ponto a ser destacado é o fato de que a legitimidade do jornalismo ocorre pela vigilância dos poderes constituídos, quais sejam, Legislativo, Executivo e Judiciário (PAULINO, 2015). Porém, como abordado, existem entraves para que a vigilância e a publicização dos atos dos poderes ocorram de maneira a contribuir para a formação de uma postura crítica, tema da próxima seção.

4.2 Os entraves do jornalismo comercial para a cidadania

Como demonstrado e pontuado por autores referenciados ao longo do capítulo, o jornalismo é um componente essencial em sociedades democráticas. Apesar de sua reconhecida relevância, é de se considerar que no decorrer da história uma nova configuração de forças fez com que interesses individuais e o livre mercado adquirissem um lugar de destaque. No jornalismo, aspectos mercadológicos passaram também a interferir na atividade. Somado ao interesse público, o interesse do consumidor também passou a balizar o fazer jornalístico (CHRISTOFOLETTI; TRICHES, 2014).

A despeito do caráter comercial da empresa jornalística, Bucci (2000) chama a atenção para o fato de que o cumprimento da função social do jornalismo deve se sobrepor ao negócio. A razão de existência do jornalismo é o cidadão. Dessa forma, a finalidade de revistas, jornais, emissoras de rádio e televisão voltados ao jornalismo e *sites* informativos deve ser a garantia do direito à informação e não a geração de empregos, o estabelecimento de impérios de mídia e de fortunas. O jornalismo deve atender o direito à informação para que a democracia funcione, caso isso não ocorra, nas palavras de Bucci (2000, p. 33) “[...] o debate público pelo qual se formam as opiniões entre os cidadãos se torna um debate viciado”.

Apesar da atividade jornalística ter se convertido em um mercado, o mercado “é consequência, e não o fundamento da razão de ser da imprensa”. Concordam com a visão de Bucci, Kovach e Rosenstiel (2003, p. 249). Para os autores, “o jornalismo é a nossa cartografia moderna”. É de responsabilidade dos jornalistas criar “mapas para que os cidadãos naveguem através da sociedade”.

Tratando da relação entre jornalismo e mercado, Bucci (2000, p. 36) pontua que não apenas maus profissionais são responsáveis por criar desinformação, mas também “atividades empresariais que revelam falta de compromisso com o direito à informação, que se articulam para excluir o cidadão das decisões que em seu nome são tomadas”. Em seu entendimento, a discussão ética que envolve o jornalismo tem como único interessado o cidadão, “aquela pessoa comum que consome as notícias e que, no fim, é o beneficiário final do jornalismo de qualidade – ou a vítima do jornalismo vil”.

Ao discorrer sobre ética no jornalismo, mais especificamente a independência no jornalismo, o autor chama a atenção para o fato de que independência editorial significa, em linhas gerais, resguardar a autonomia para investigar, apurar, editar, e, é claro, divulgar informação de interesse público, de interesse do cidadão, impedindo, dessa maneira, que outro interesse interfira nessa missão. Em linhas gerais, o teórico pontua que cabem aos jornalistas

oferecer ao cidadão informação independente, ou seja, informação que tenha como objetivo exclusivo atender o direito à informação.

É notório o fato de que a independência editorial se relaciona diretamente ao grau de cultura democrática. Em países que possuem instituições sólidas e com tradição, aqueles responsáveis por informar o público devem prestar contas à cidadania. O motivo de ser da independência editorial é, justamente, atender à cidadania.

Entretanto, nas palavras de Bucci, existem duas forças que podem golpear a independência editorial: uma de causa externa e que se origina diretamente do poder político tendo como alvo a liberdade de imprensa e outra que se relaciona ao conflito de interesses, interesses estes de diferentes ordens, como, por exemplo, econômicos ou políticos:

O problema do conflito de interesses na imprensa comercial começa a existir porque os interesses dos dois clientes (leitores, de um lado, e anunciantes, de outro) frequentemente são conflitantes. Uma empresa privada que explore o negócio do jornalismo traz em si a marca da dualidade – que é potencialmente um fator de permanente conflito (BUCCI, 2000, p. 61).

Para bem informar o público, o autor considera ser necessário colocar de um lado o jornalismo e do outro o comércio. Esse seria, portanto, o caminho para garantir a convivência entre a missão de informar e a dedicação ao cliente-anunciante. Tal visão sobre a necessária separação entre os setores editorial e comercial nas empresas jornalísticas é expressa na fórmula, método de administração, denominado igreja-estado. Entre os veículos que se destacam pela aplicação do método referenciado está a revista *Time*. A publicação semanal norte-americana se destacou ainda nos anos 1920 por separar a redação de todo o resto. O objetivo era evitar que um anunciante nutrisse a expectativa de que a revista reservasse a ele um tratamento diferenciado. “Assim, busca-se construir uma rotina que equacione os atritos entre as razões do anunciante e o direito à informação representado pelos jornalistas” (BUCCI, 2000, p. 61). Como pontuado por Bucci, o modelo não aniquila os conflitos de interesse, na verdade, o que ocorre é o distanciamento de repórteres e editores de tais conflitos, ficando a cargo do comando das redações resolvê-los.

No modelo “igreja-estado”, a credibilidade é o alicerce de veículos jornalísticos de qualquer natureza:

A credibilidade é produzida com qualidade editorial, que pressupõe conhecer o leitor, atender suas necessidades e antecipar-se a elas, fazer valer seus direitos, defendê-lo, informá-lo com exclusividade e em primeira mão,

escrever numa linguagem que ele entenda e goste, com a qual ele aprenda e se divirta (BUCCI, 2000, p. 66).

Vale ressaltar que, como observado pelo autor, o modelo encontra barreiras como, por exemplo, a oligopolização da mídia mundial. Para preservar a independência da empresa jornalística no modelo de mercado clássico no que se refere aos anunciantes e governos é necessário que a empresa não se mantenha totalmente dependente das “forças econômicas”, possibilitando aos jornalistas a liberdade para apurar e divulgar informações de interesse público.

Observa ainda que a atividade jornalística vinculada a conglomerados tem como maior desafio manter a reportagem distante de “tudo o que seja estranho ao direito à informação” (BUCCI, 2000, p. 119). Porém, como se sabe, os conglomerados não têm o jornalismo como negócio exclusivo, exploram outras vertentes, a exemplo do entretenimento. Ressalta-se ainda que a lógica particular dos conglomerados com atuação em diferentes ramos da economia faz com que se torne difícil atender ao interesse público, caso este interfira negativamente e possa acarretar problemas financeiros ou ideológicos (KARAM, 2004). Nessa realidade vivenciada já há alguns anos, novas regras precisam ser criadas para resguardar a independência editorial. Existem, como se sabe, contradições entre os interesses do capital e os interesses da cidadania.

A despeito das contradições, é necessário ter em mente que o jornalismo enquanto profissão não se restringe apenas a uma atividade do mercado, ele se diferencia, se assim é possível afirmar, por sua função social voltada para o atendimento de um direito fundamental, “[...] é uma profissão cujo alcance vai além da empresa e do próprio mercado” (BUCCI, 2000, p. 70).

Ainda sobre a discussão sobre o jornalismo enquanto profissão, nos últimos anos, com a maior presença da internet, pesquisadores jogaram luz sobre a questão do papel do jornalista na contemporaneidade:

O novo jornalista não decide mais o que o público deve saber. Ele ajuda o público a pôr ordem nas coisas. Isso não significa simplesmente acrescentar interpretação ou análise a uma reportagem. A primeira tarefa dessa mistura de jornalista e “explicador” é checar se a informação é confiável e ordená-la de forma que o leitor possa entendê-la (KOVACH; ROSENTIEL, 2003, p. 41).

Tratando da questão da internet, Bucci (2000, p. 128) a considera mais do que um meio de comunicação. Para ele, é um “paradigma de mobilidade a serviço da cidadania”. No meio

digital, o direito do cidadão de se informar bem ainda existe. Na realidade, a internet pode atendê-lo de maneira mais eficiente. Porém, para tanto, é necessário que o profissional tenha como princípio motivador a oferta de informação de qualidade e confiável e não se coloque como um mediador de interesses privados no espaço público oferecendo aos cidadãos conteúdos superficiais e de reduzida funcionalidade.

4.3 Jornalismo público e a cidadania

Para superar a superficialidade e fragmentação presentes no jornalismo comercial, seja ele praticado em mídias massivas tradicionais (rádio e televisão) ou em ambientes digitais, é enfatizado como alternativa o jornalismo público (ROTHBERG, 2011).

Autores como Rothberg chamavam a atenção para o fato de que diferentes aspectos verificados no jornalismo comercial, como a prevalência de determinadas visões e a exclusão de outras que possivelmente não correspondiam aos interesses comerciais da empresa jornalística, o apelo aos aspectos sensacionais do acontecimento, a fragmentação e superficialidade eram responsáveis por fomentar o desinteresse político e desestimular o engajamento cívico:

Os jornalistas e seus critérios de produção da notícia começaram a ser responsabilizados pela intensidade com que interesses particulares orientavam de maneira subterrânea a formação do cenário oferecido pelos meios de comunicação aos seus públicos. Ao mesmo tempo que determinadas visões eram sumariamente excluídas e certas evidências eram manipuladas de maneira consciente ou não, a própria substância das ideias perdia-se em meio aos apelos pelo espetáculo, sensacionalismo, fragmentação, superficialidade e tendência ao entretenimento que comprometiam a legitimidade do jornalismo comercial. Essa deturpação, inclusive, passou a figurar como algo especialmente nocivo à realização da democracia, posto que alimentava o cinismo e o desinteresse em relação à política, desestimulando o engajamento cívico (ROTHBERG, 2011, p. 2).

Em consonância com a ideia de que algumas características predominantes no jornalismo comercial são prejudiciais para a democracia e a cidadania, Rothberg (2011, p. 2) cita o que denomina como fatores responsáveis por distorcer o campo das ideias.

Entre tais aspectos deformadores destacam-se a influência do poder econômico, a influência política, a influência cultural e a influência dos jornalistas. A primeira diz respeito à propriedade privada dos meios de comunicação e seus mecanismos insuficientes de

responsabilização diante do público. Já a influência política se manifesta no “acesso privilegiado aos centros de decisão para os detentores dos veículos de mídia” (ROTHBERG, 2011, p. 2). A influência cultural diz respeito às “visões hegemônicas que adquirem o *status* de verdades universais” (ROTHBERG, 2011, p. 2). Por último, tem-se a influência da categoria profissional dos jornalistas, que “com seu saber técnico convenientemente revestido por uma imagem de autoridade dissimula a existência de outras restrições ao exercício do direito à informação”.

A solução para os problemas apontados partiu, segundo o pesquisador, do aparato estatal:

Diante desses problemas, muitos países pensaram e implementaram diversas correções de rumo na atuação das mídias de massa, com maior ou menor alcance e sucesso. Na maioria das vezes, as respostas vieram do próprio Estado, expressas em leis e instituições regulatórias. O aparato estatal também foi a saída encontrada quando se avaliou que a criação de serviços públicos de radiodifusão era o principal meio de reafirmar o papel do jornalismo na manutenção da vitalidade de uma democracia [...] (ROTHBERG, 2011, p. 3).

Como alerta Rothberg, o desempenho de cada solução está diretamente relacionado à qualidade do próprio sistema político que a abriga. Sendo assim, se um determinado país valoriza o interesse público em suas instituições políticas, a atuação estatal tem maiores chances de sucesso na preservação de “mídias jornalísticas sérias, responsáveis e acessíveis” (ROTHBERG, 2011, p. 3). Tal realidade é observada nos países da Europa Ocidental, que cientes dos problemas ocasionados pelos mercados de comunicação de massa, estabeleceram ainda no início do século XX, um contexto com diferenças profundas em comparação com nações como o Brasil, que, de acordo com autor, ainda não possuem uma noção clara do que venha a ser interesse público. Aqui vale registro as ideias de Soares (2009) baseadas nas concepções de Martins (2006) sobre interesse público. De acordo com o primeiro, ao analisar a questão do interesse público é necessário diferenciar o direito de saber, a necessidade de saber e o desejo de saber. O direito e a necessidade de saber se referem ao interesse público, já o último ao interesse do público.

Voltando à realidade dos países europeus em relação ao jornalismo, o Estado tomou para si a responsabilidade de resguardar a qualidade dos conteúdos dos meios de comunicação massivos, casos do rádio e da televisão:

O Estado entendeu que a aplicação irrestrita das leis de economia de escala aos negócios de mídia tende a comprometer, de maneira significativa, a

formação de cidadãos emancipados o suficiente para a manutenção da vitalidade de uma democracia plural (ROTHBERG, 2011, p. 8).

Outra ideia desenvolvida pelo pesquisador e que aqui vale nota é a importância atribuída à audiência pela imprensa comercial. Para cobrir os custos iniciais de um programa jornalístico veiculado na rádio ou na televisão é essencial contar com grandes audiências. A busca pelo consumo incide negativamente na qualidade da informação e a profundidade e pluralidade dos assuntos são deixados em segundo plano ou, frequentemente, relegados.

Inegável é o fato de que a lógica da produção industrial trouxe benefícios para a sociedade, porém inevitável é também o reconhecimento de suas consequências. Como nos alerta Rothberg, tais consequências são observadas sobretudo no jornalismo:

A lógica da produção industrial é certamente benéfica e viabilizou um elevado modo de sobrevivência nos últimos cinco séculos, trazendo níveis de conforto inimagináveis para as pessoas que experimentaram as condições anteriores. Mas isso não se deu sem consequências que se mostraram bastante indesejáveis, especialmente no campo do jornalismo. E, embora esse setor não seja o único a ser acometido por desigualdades de acesso em virtude da natureza das forças econômicas, talvez seja o único que pode afetar todos os outros, uma vez que é o responsável por informar as pessoas sobre como reverter as iniquidades das diversas esferas da vida em sociedade (ROTHBERG, 2011, p. 9).

Como solução para os aspectos negativos observados tem-se o jornalismo público. Um exemplo a ser seguido é a atuação da BBC no campo do telejornalismo diário (ROTHBERG, 2011). Pluralidade e equilíbrio, componentes essenciais da atividade jornalística comprometida com a cidadania, são observados na prática jornalística da emissora britânica. Com o desenvolvimento da presente pesquisa, objetiva-se verificar se o mesmo ocorre em seu canal do YouTube voltado ao público brasileiro, ou seja, se a plataforma é uma alternativa bem-vinda à cobertura, aparentemente, superficial de assuntos relacionados ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo telejornalismo brasileiro comercial e público. Como bem pontuado por Rothberg, no Brasil, a predominância da mídia comercial e a corrida, ou guerra, como preferiu o autor, pela audiência, geram consequências negativas.

Como já mencionado, a presente dissertação parte da premissa de que a BBC Brasil investe no Jornalismo Contextual trazendo benefícios, em alguma medida, para a cidadania e a democracia:

O jornalismo contextualizado pode trazer uma variedade de potenciais benefícios à cidadania e à democracia, incluindo reportagens mais engajadas, informações mais completas, e notícias que refletem de uma maneira melhor as complexidades e nuances de uma sociedade cada vez mais diversa e plural. A democracia depende em uma sociedade informada – tradução dos autores¹⁵ (PAVLIK, 2001, p.23 *apud* BRUCK; MARQUES; PIMENTA, 2021, p. 7).

A análise dos vídeos procurará identificar se a BBC Brasil oferece reportagens engajadas e informações mais completas.

Foram apresentadas algumas considerações iniciais sobre a linha editorial da BBC, o capítulo seguinte será dedicado exclusivamente à apresentação do veículo desde a sua fundação até a sua atuação nos dias atuais.

¹⁵ Tradução dos autores para: “Contextualized journalism can bring a variety of potential benefits to the citizenry and to democracy, including more engaging reporting, more complete information, and news that better reflects the complexities and nuances of an increasingly diverse and pluralistic society”. (PAVLIK, 2001, p.23)

5 BBC BRASIL: DA FUNDAÇÃO ATÉ OS DIAS ATUAIS

Em 2023, a BBC Brasil completa 85 anos de existência. Criada em 1938, a subsidiária da *British Broadcasting Corporation* (BBC) iniciou suas transmissões no rádio, no Brasil, em ondas curtas, em meio ao clima de tensão que antecedeu a Segunda Guerra Mundial.

A história da BBC por vezes se confunde com a própria história da radiodifusão pública mundial. Seu papel de destaque é explicado, sobretudo, pelo modelo adotado que se contrapõe a outras experiências, como a americana, por exemplo. Entre as diferenças apontadas está a ideia de que a radiodifusão não deveria sofrer interferências políticas ou comerciais. Atualmente, a BBC é a principal emissora de serviço público do mundo e reconhecida internacionalmente pela qualidade de suas produções, fato que evidencia sua relevância.

Para entender a atuação da BBC Brasil e verificar se características do modelo de mídia pública implementado originalmente se fazem presentes nos dias atuais, principalmente em meio à expansão digital, com destaque para a presença na plataforma YouTube, o presente capítulo discorrerá sobre a história da BBC. Em seguida, se concentrará no surgimento da subsidiária brasileira, enfatizando as transformações ocorridas nos últimos anos.

5.1 A origem da BBC

5.1.1 A radiodifusão pública na Europa Ocidental

A fundação da *British Broadcasting Corporation* (BBC) está intimamente relacionada à história do desenvolvimento da radiodifusão pública na Europa Ocidental. Por isso, inicialmente será realizado um apanhado sobre o serviço público de rádio e televisão na região. Como ressalta Rothberg (2011, p. 7), “[...] o Estado assumiu, nos países europeus, a função de zelar pela qualidade do conteúdo veiculado por meios das tecnologias que tornaram realidade a comunicação de massa, em especial a televisão e o rádio”.

Diferentes autores atribuem justificativas diversas para o surgimento da radiodifusão pública na Europa Ocidental (LEAL, 1997). Enfatiza-se, por exemplo, que a radiodifusão pública surgiu por motivações culturais, políticas e técnicas.

A justificativa baseada na questão cultural apoia-se nos primeiros discursos do primeiro diretor geral da BBC, John Reith. Em diferentes oportunidades, Reith ressaltou que o objetivo do rádio, ao contrário do que se pensava, não era fazer dinheiro e que ele deveria ser

independente do “governo do dia”. “O rádio e a televisão vinham somar-se aos empreendimentos culturais responsáveis por gerar e disseminar a riqueza linguística, espiritual, estética e ética dos povos e nações” (LEAL, 1997, p. 18). Desse modo, a radiodifusão pública se distanciava dos negócios e da política e resguardava significativas diferenças em relação aos modelos estatal e comercial, o primeiro adotado na antiga União Soviética e o segundo nos Estados Unidos.

Com vistas a entender o que caracteriza um serviço público e, por consequência, o modelo adotado na Europa Ocidental, Leal (1997, p. 18) esclarece que:

Trata-se, em primeiro lugar, de um serviço, o que indica a existência de uma necessidade da população que precisa ser atendida. É público porque, segundo os idealizadores do modelo, é um atendimento especial que não pode ser feito por empresas comerciais ou órgãos estatais. Os veículos prestadores desse serviço devem ser públicos e por isso mantidos total ou parcialmente pelo próprio público.

Feito o esclarecimento, em relação à motivação de natureza técnica, como se sabe, os Estados nacionais são os responsáveis por controlarem o espaço “por onde transitam as ondas de comunicação” com o objetivo de evitar a “sobreposição de frequências”. Para resolver a questão do ordenamento do uso, a Grã-Bretanha, por exemplo, decidiu aplicar ao rádio a mesma legislação que concedia aos Correios “o poder de controlar as comunicações no país” (LEAL, 1997, p. 18). Nesse sentido, a BBC surgiu, em 1922, por meio da formação de um conglomerado formado por seis empresas como forma de solucionar um problema de ordem técnica. Somada à questão técnica, a BBC foi criada também para controlar a produção de equipamentos de rádio e “garantir o mercado aos produtores britânicos”. Anos mais tarde, em 1927, a BBC foi transformada em uma corporação pública.

No que refere à motivação política, a criação do sistema público de radiodifusão na Europa Ocidental coincide com o desenrolar de eventos históricos que mudaram o rumo da história mundial, como o crescimento do fascismo e do nazismo, a crise econômica mundial e o surgimento da União Soviética. Na esteira desses eventos, a Grã-Bretanha criou uma estrutura para proteger a BBC e torná-la uma instituição ao invés de “um canal das visões e pressões populares”. Vale ressaltar ainda que, a intervenção estatal no que diz respeito à criação e manutenção de canais públicos tem como justificativa também a percepção, por parte do Estado, de que não seria viável, principalmente para a “formação de cidadãos emancipados”, aplicar “as leis de economia de escala” à mídia:

A criação de instituições de regulação da mídia em cada país é consequência, de fato, de um conjunto abrangente de desenvolvimentos sócio-históricos que se encontram na raiz do sucesso daquela nação em lograr meios para o equilíbrio entre objetivos privados e anseios coletivos, tornando o Estado um instrumento de fortalecimento do interesse público, para além de mero refém da atuação corporativa (ROTHBERG, 2011, p. 8).

Leal (1997) enfatiza que, apesar de se distinguir do modelo estatal implantado no Leste Europeu, não existe autonomia absoluta das emissoras em relação aos governos. O que ocorre é uma variação de interferência. As emissoras, em sua maioria, são dirigidas por conselhos diretores, modelo implantado inicialmente pela BBC.

Apesar das variações em relação ao relacionamento com os governos e às vinculações com o mercado, segundo o teórico, os sistemas públicos europeus compartilham características em comum. Apoiado nas ideias de Blumer (1992 *apud* Leal, 1997), Leal cita como uma delas a “ética da abrangência” que se refere, resumidamente “ao propósito firme de procurar atender às expectativas de todo o tipo de público existente no raio de sua atuação”. Para tal, “a sustentação da ‘ética da abrangência’ se dá pela forma de financiamento do serviço público, que é mantido pela ‘licença paga’, cobrada de cada possuidor de aparelho de rádio ou televisão” (LEAL, 1997, p. 23).

Outra característica em comum se refere “à generalidade dos termos dos seus documentos de ordenação jurídica” (LEAL, 1997, p. 24). A utilização de termos amplos em seus documentos de concessões de funcionamento permite “grande flexibilidade de interpretação”. No caso da BBC, são enfatizados como objetivos norteadores informação, educação e entretenimento.

A pluralidade é outra característica em comum identificada, que pode ser definida em diferentes níveis, como a “multiplicidade dos tipos de audiência atendida”, a composição dos conselhos diretores e a ideia de que a sociedade é diversa, sendo necessário, desse modo, refletir publicamente suas identidades, seus diferentes interesses e valores. Basicamente, o objetivo é dar conta de múltiplas preferências e gostos, considerando o fato de que a audiência é formada por cidadãos e não meramente por consumidores. Tal característica, qual seja a pluralidade, norteou e parece ainda nortear a BBC.

Nas palavras de Rothberg (2011, p. 5), “a performance da BBC no campo do telejornalismo diário deve ser compreendida nos termos da pluralidade e do equilíbrio, características centrais da atividade jornalística comprometida com a cidadania”. Essa parece ser uma das principais diferenças entre a BBC, e, em larga medida, a radiodifusão pública, e a

exploração comercial da atividade. No caso desta última, a audiência é um componente essencial para sua sobrevivência, fazendo com que “os jornalistas simplifiquem os enfoques segundo as fórmulas de produção da informação como entretenimento, negligenciando a profundidade de assuntos e a pluralidade de perspectivas” (ROTHBERG, 2011, p. 8).

A quarta característica enfatizada por Leal (1997, p. 24) diz respeito ao papel cultural das emissoras. “Seus fundadores as conceberam como instrumentos responsáveis por sustentar e renovar as características culturais básicas da sociedade [...]” (LEAL, 1997, p. 24). Além de ampliar o horizonte cultural dos cidadãos.

É identificada como quinta característica em comum o “lado positivo da alta politização”, que é vista como responsável por elevar o grau de participação dos cidadãos na política de seus países.

Por fim, a sexta característica diz respeito ao fato de que o serviço de radiodifusão na Europa foi concebido levando em consideração que “estaria situado numa zona de tensões entre a cultura e o comércio. E teria condições para deixar as forças do mercado à distância, garantindo que elas não interfeririam na produção dos programas” (LEAL, 1997, p. 25).

Feito o esclarecimento sobre as características do serviço público de radiodifusão, parte-se para a apresentação do desenvolvimento histórico da BBC.

5.1.2 As fases históricas da BBC

Divide-se o sistema público de rádio e televisão implementado pela Grã-Bretanha em cinco fases históricas: “a empresa, a corporação monopolista, a emissora de guerra, o confortável duopólio e a vida sob a concorrência ampliada” (LEAL, 1997, p. 59).

Sobre a fase caracterizada como “a empresa”, ressalta-se que a BBC, como já mencionado, surgiu para resolver dois problemas, um de ordem técnica e outro de caráter político. No que diz respeito à ordem técnica, a BBC foi fundada com o objetivo de evitar a proliferação de frequências, algo que estava ocorrendo nos Estados Unidos. Já o caráter político se relaciona à vontade da Grã-Bretanha de definir um interlocutor único “da área de radiodifusão com o governo”. Potter (2022) também destaca como fatores motivadores para a criação da BBC, o desejo manifestado por seus criadores de que todos tivessem acesso ao rádio, que a Companhia agisse no sentido de controlar e disciplinar o meio de comunicação, além de evitar a concorrência com outras formas existentes de comunicação de massa.

Nesse sentido, seis empresas que manifestaram interesse na comercialização de equipamentos radiofônicos formaram a *British Broadcasting Company* em 18 de outubro de 1922, a constituição legal ocorreu em 15 de dezembro do mesmo ano.

O conselho diretor da nova empresa era composto por um representante de cada companhia e por um coordenador “neutro” escolhido pelo governo. A nova emissora, de acordo com Potter, foi inicialmente licenciada pelo *General Post Office (GPO)* – instituição nacional dos Correios do Reino Unido – para operar por dois anos e seria financiada pelos *royalties* pagos pelas vendas de aparelhos receptores de rádio. Apesar das dúvidas que rondavam a Companhia principalmente por ser uma novidade, John Reith, o primeiro diretor geral da BBC, defendia a posição monopolista da empresa.

A visão manifestada por Reith foi reiterada em 1923 por um comitê parlamentar que elaborou o relatório *Skykes*. Tal documento salientava que a BBC deveria continuar operando como um serviço público acessível a todos a despeito de onde viviam ou quando ganhavam (POTTER, 2022).

Uma curiosidade sobre a história da BBC é que ao receber licença para funcionar foi definida uma cláusula que a proibia de transmitir notícias ou informações, com exceção feita àquelas compradas das agências de notícias. A restrição à transmissão de notícia foi retirada apenas quando a Companhia se tornou uma corporação pública. Além da possibilidade de editar seus próprios boletins de notícias, a BBC também passou a transmitir relatos de testemunhas oculares de grandes eventos (POTTER, 2022).

A dissolução da Companhia e sua posterior transformação em corporação pública ocorreu devido à pressão que a empresa vinha sofrendo dos donos de jornais, alarmados com a concorrência, e às disputas internas entre as seis empresas que a formavam “em torno dos direitos sobre as patentes do rádio”. Em 1925, uma comissão formada por iniciativa do governo ressaltou a necessidade de manter o monopólio do setor, porém realizando a transformação da *British Broadcasting Company* em uma corporação pública. Assim, em 1926, a recomendação foi aceita e criou-se a *British Broadcasting Corporation* (LEAL, 1997).

O modelo público foi implementado oficialmente em 1º de janeiro de 1927, data de emissão da primeira Carta Real que criou a *British Broadcasting Corporation* e permitiu o seu funcionamento por dez anos. Ressalta-se que a Carta Real é o documento legal básico que orienta o funcionamento da BBC, além de estabelecer sua relação com o Estado. Em relação às questões legais, essas são tratadas no documento “Licença e Contrato”, “firmado entre a emissora e o ministério responsável pelo setor”. Neste documento, foram estabelecidas

proibições como a impossibilidade da BBC “dar sua própria opinião sobre a atualidade política ou sobre questões sociais e de receber recursos de publicidade ou de apoios comerciais” (LEAL, 1997, p. 66).

Com o intuito de caracterizar a primeira fase, Leal cita o documento elaborado por intelectuais, jornalistas, produtores e diretores de rádio e televisão encomendado em 1985 pela *Broadcasting Research Unit* – órgão independente mantido pela BBC – o *British Film Institute* e a Fundação Markle de Nova York. O objetivo era “tentar estabelecer um consenso em torno do que seriam os princípios do serviço público de rádio e televisão” (LEAL, 1997, p. 59). Apesar da dificuldade da proposta, os autores identificaram oito normas básicas, que, de alguma forma, ainda norteiam o trabalho da BBC. “Elas vigoram na prática, aparecem esparsas em vários documentos e continuam balizando o serviço britânico até hoje, tanto aquele mantido pela licença paga pelos telespectadores como o financiado pela propaganda” (LEAL, 1997, p. 60).

Universalidade geográfica, ou seja, a ideia de que todo o conjunto da população deveria receber os serviços oferecidos pelo rádio e televisão com ênfase para a ideia de que os membros da sociedade são cidadãos e não meramente consumidores é o primeiro princípio especificado.

Já o segundo diz respeito ao apelo universal, caracterizado pelo entendimento de que todos os gostos e interesses deveriam ser cobertos pelos serviços de radiodifusão.

O terceiro princípio é definido como “universalidade de pagamento”. Em linhas gerais, diz respeito à ideia de que pelo menos a principal organização de radiodifusão deve ser mantida financeiramente por todos os usuários.

A independência é o quarto princípio identificado. O objetivo é manter distantes interesses do governo e interesses particulares. No caso da Grã-Bretanha, existe uma longa tradição de formação de conselhos públicos compostos por pessoas que não tenham vínculos partidários. O intuito de tais conselhos é impedir que produtores de rádio e televisão sejam submetidos a interferências políticas e comerciais. Por isso, existem muitos órgãos e comissões estabelecidos para “dirigir e supervisionar o *broadcasting* britânico”. Especificamente em relação ao campo da comunicação e do jornalismo, Rothberg (2011) destaca que as influências comerciais e dos governos são ainda mais prejudiciais. Isso se deve, principalmente, pelo fato de que o jornalismo, na visão do autor, provavelmente é o único setor que pode afetar todos os outros.

Para poder fornecer a informação e o conhecimento necessários à afirmação da vida democrática, os meios de comunicação precisam estar livres de outros compromissos – sejam eles com governos ou mercados – que não sejam

exatamente aqueles firmados e continuamente renovados com o público (ROTHBERG, 2011, p. 9).

Vale ressaltar as considerações de Barendt, autor referenciado por Leal. Para o primeiro, apesar da ideia de isenção aparecer em diferentes documentos e ser considerada uma marca da BBC, alguns fatos fragilizam o argumento de que os conselhos públicos resistem à interferência direta do governo. Entre eles, o autor faz menção ao “banimento da voz dos representantes dos membros do braço político IRA, o Sin Fein, nos programas de rádio e televisão entre 1989 e 1994” e “a apreensão de fitas do programa A Sociedade Secreta, em 1987, nos estúdios da BBC na Escócia [...]” (LEAL, 1997, p. 62).

O quinto princípio diz respeito à identidade nacional e comunidade. Resumidamente, enfatiza-se que a programação deve preocupar-se com “os sentimentos de identidade nacional e de comunidade” e, para isso, parte da transmissão das emissoras deveria ser reservada para programas com enfoque comunitário.

A atenção dedicada às minorias, em especial os menos favorecidos é o sexto principal ressaltado.

Em seguida, tem-se a competição. Aqui é enfatizado que, diferentemente das emissoras comerciais que se orientam por números, a radiodifusão pública deveria incentivar a competição entre bons programas. Além disso, Leal destaca que existe concordância entre analistas no sentido de reconhecer que o sistema público deve utilizar também dados da audiência. Porém, o sistema público não deve ficar preso somente a eles. A ideia é que a concorrência ocorra entre produtores e emissoras com o objetivo de incentivar “a confiança profissional, promover o interesse na busca de melhores formatos e estilos, além de estimular a consciência e a reação do público a respeito dos programas recebidos” (LEAL, 1997, p. 63).

Por fim, a criação é identificada como o oitavo princípio e enfatiza, em linhas gerais, que “as orientações públicas para a radiodifusão devem servir mais para dar liberdade aos projetos dos produtores, do que para restringi-los” (LEAL, 1999, p. 63).

De acordo com o teórico, os princípios acima especificados orientaram o projeto oriundo da década de 1920 e se mantêm “de pé” até hoje.

Como já enfatizado, a fase denominada “empresa” se refere à fundação de uma companhia com o objetivo de “operar comercialmente” o rádio, “na forma de monopólio”, responsabilidade assumida por seis empresas que formaram a *British Broadcasting Company*, transformada, posteriormente, em corporação pública.

Em relação à fase definida como “corporação” é evidenciado, sobretudo, o modelo público implementado oficialmente em 1º de janeiro de 1927, data da emissão da primeira Carta Real que criou a *British Broadcasting Corporation*. Como salientado por Potter (2022, p. 40, tradução minha¹⁶):

Em 1º de janeiro de 1927, a British Broadcasting Company tornou-se a British Broadcasting Corporation, operando sob uma carta real, bem como uma licença GPO. A ligação residual com os patrocinadores originais da Companhia, os fabricantes de rádios, foi eliminada: os acionistas foram comprados. A corporação seria de propriedade da nação. Cada carta régia duraria um período determinado: a primeira seria válida por dez anos. Antes era renovado por uma comissão parlamentar. Os parlamentares responsabilizariam a Corporação em nome da nação e decidiriam se emitiriam um novo estatuto e, em caso afirmativo, em quais termos. Essa abordagem básica perdurou por quase um século.

De acordo com Leal (1997, p. 67), a criação de uma corporação pública com o objetivo de administrar os serviços de radiodifusão “é resultado de um momento particular da história britânica”. Durante a Primeira Guerra Mundial, “a gestão dos recursos essenciais [...] foi centralizada pelo governo”. Tal fato foi responsável por criar “uma geração de servidores públicos” com significativa experiência “nessa forma de administração”.

Como é possível notar, a guerra teve considerável influência na história da BBC. Nesse sentido, “a emissora da guerra” é identificada como a terceira fase da vida da Corporação.

Inicialmente, a população britânica mostrou-se insatisfeita em relação à cobertura da BBC sobre a guerra. O público, nas palavras de Leal, considerava que o rádio estava totalmente submetido às pressões do governo. Isso levou à uma reação da BBC que percebeu que era preciso investir em uma programação que conquistasse os ouvintes. Nesse sentido, em 1939, a corporação realizou algumas mudanças, como o alargamento do quadro de funcionários e o maior investimento em programas de entretenimento, de humor e debates sobre filosofia, arte e ciências.

As mudanças realizadas em 1939 parecem, em uma análise preliminar, perdurar até os dias atuais. Em relação ao seu canal no YouTube, tanto no caso da corporação britânica, quanto no caso da subsidiária brasileira, percebe-se que, apesar do conteúdo jornalístico se sobressair,

¹⁶ Texto original: On 1 January 1927, the British Broadcasting Company became the British Broadcasting Corporation, operating under a royal charter as well as a GPO licence. The vestigial link with the Company's original backers, the radio manufacturers, was eliminated: the shareholders were bought out. The Corporation would be owned by the nation. Each royal charter would last for a fixed period: the first would valid for ten years. Before it was renewed by a parliamentary committee. MPs would hold the Corporation to account on behalf of the nation and decide whether to issue a new charter and, if so, upon what terms. This basic approach has endured for almost a century

há espaço também para o entretenimento. Exemplos disso são os vídeos “*Celebrities show off lavish outfits at 2022 Met Gala*” (celebridades exibem roupas luxuosas no Met Gala 2022, em tradução livre), publicado em 3 de maio de 2022 pela BBC News, e “Johnny Depp X Amber Heard: um novo capítulo de um dos divórcios mais ruidosos de Hollywood”, publicado em 12 de abril de 2022 pela BBC News Brasil.

As transformações realizadas na programação da BBC, motivadas pela guerra em curso, foram positivas para a corporação, que assistiu ao crescimento de sua audiência e uma maior identificação da população com o rádio. Estima-se, segundo Leal, que em 1941, 50% da população adulta ouvia o jornal “*Nine O’clock News*”, noticiário que não se restringia apenas a emitir boletins oficiais ou propaganda militar.

Somada à diversificação da programação e à produção de um noticiário, o terceiro fator determinante para o sucesso da BBC durante a guerra foi o fato de que ela “não havia perdido a sua condição de ‘serviço público monopolista’, operando num ambiente democrático, mesmo estando obrigada a atender à censura imposta ao noticiário pelo governo” (LEAL, 1997, p. 70).

Em seguida, tem-se a quarta fase, denominada “o confortável duopólio”, iniciada em 1954. Nesta etapa da história da BBC, um fato se destaca: a chegada da televisão comercial, mais especificamente, a criação do primeiro canal independente de televisão, que era financiado pela propaganda e operado pela ITV (*Independent Television*). Tal acontecimento pôs fim ao monopólio da BBC e a abalou não só economicamente e politicamente, mas também em relação ao relacionamento especial que nutria com a nação (LEAL, 1997). Vale pontuar, no entanto, que apesar da chegada da ITV ter significado o fim de um monopólio exercido por quase vinte anos, como pontuado por Rothberg (2011), a competição exercida pela TV comercial era monitorada de perto e gerou diversos debates no Parlamento.

Além disso, como salientou Potter (2022), embora a BBC tivesse que competir com a ITV por telespectadores, manteve-se o monopólio de todas as transmissões de rádio no Reino Unido. O autor enfatiza também que as empresas de televisão comercial não estavam informando ou educando os telespectadores. Na verdade, diversamente da BBC, o objetivo maior era fazer dinheiro.

Diferentemente do que se possa imaginar, a concorrência protagonizada pela ITV motivou a BBC a se renovar:

Produtores seriam encorajados a serem pioneiros nas técnicas e materiais para derrotar a ITV no seu próprio jogo. Eles também teriam a liberdade para produzir tipos de programas que a ITV não produz, e olhar de maneira mais

crítica para a política, cultura e sociedade britânica. (POTTER, 2022, p. 151, tradução minha)¹⁷.

Destaca-se também nesta fase caracterizada por Leal (1997, p. 72) como “o confortável duopólio” o fato de que havia um limite para a competição, principalmente, com a criação de normas reguladoras em 1980 que tinham como objetivo “impedir que a competição por audiência ultrapassasse os limites do serviço público”. Apesar disso, a BBC sofria com as pressões no sentido de aceitar propaganda. Além de políticas e comerciais, as pressões, agora mais acentuadas, passaram a ter, de acordo com o teórico, “um forte respaldo tecnológico”. Em paralelo, o *broadcasting* de vários países da Europa Ocidental passou por significativas mudanças, como a criação de novos canais e o aumento do número de horas de transmissão.

A quinta fase do modelo de *broadcasting* da Grã-Bretanha, vivenciada na década de 1980 e denominada “concorrência ampliada” é marcada por um aumento do número de canais; maior competição por audiência; competição acentuada entre programas; queda no número de programas sérios no horário nobre; competição por personalidades talentosas e com salários altos; crescimento de programas importados; crescimento do número de horas de programação (24 horas por dia); e crescimento no número de produtos, como novelas (TUNSTAL, PALMER, 1991 *apud* LEAL, 1997). Entre os concorrentes da BBC, destaca-se o Channel 4, que também tomou para si a missão de educar, algo que era de exclusividade da BBC (POTTER, 2022).

O cenário acima especificado motivou a elaboração de relatórios solicitados pelo governo para impelir a BBC a aceitar propaganda. De acordo com Potter (2022, p. 207):

Enquanto a BBC tentava competir com a ITV e, assim, justificar seu papel de serviço público, a transmissão britânica estava passando por sua maior reformulação desde o início da televisão comercial na década de 1950. As reformas das políticas de mídia introduzidas pelos governos durante as décadas de 1980 e 1990 refletiram uma convicção ideológica mais ampla de que a concorrência capitalista desregulada e de livre mercado era a melhor para fornecer todos os tipos de bens e serviços (tradução minha)¹⁸.

¹⁷ Texto original: Producers would be encouraged to pioneer new approaches techniques, and material, in order to beat ITV as its own game. They would also be liberated to produce programmes of a kind that ITV did not, and to shine a critical light on British society, culture, and politics.

¹⁸ Texto original: While the BBC was trying to compete with ITV and thus to justify its public service role, British broadcasting was undergoing its biggest shake up since the start of commercial television in the 1950s. The media policy reforms introduced by governments during the 1980s and 1990s reflected a wider ideological conviction that free-market, deregulated capitalist competition was the best to provide all types of goods and services.

Porém, as conclusões não foram as esperadas, recomendava-se a manutenção da licença paga com a possibilidade de comercialização de outras áreas.

Outros fatores também marcaram essa fase da história, como a emissão do documento “*The future of the BBC: a Consultation Document*”, que ressaltava o “alto padrão e a competência da corporação” ao mesmo tempo que apontava a necessidade de mudanças. Além disso, são feitos outros apontamentos principalmente no que diz respeito à licença paga e à programação da BBC. Como é possível notar, em diferentes momentos, a viabilidade da BBC enquanto serviço público foi questionada. Sua história é marcada por fortes pressões no sentido de fazer com que a corporação renunciasse à sua independência financeira.

Atualmente, como se sabe, a BBC possui receitas comerciais advindas de contratos com parceiros e publicidade. Em seu *site*, a corporação esclarece que o Serviço Mundial da BBC está disponível no Brasil (concentrado em seu site [bbc.com/portuguese](https://www.bbc.com/portuguese)), assim como também em diversos outros veículos de internet e outras mídias. O objetivo, de acordo a BBC, é oferecer uma seleção de seu conteúdo para um público mais amplo.

São parceiros comerciais no Brasil na internet: Correio Braziliense; Época Negócios; Estado de Minas; Flipboard; Folha Online; G1; MSN Brasil; Terra; UOL; Yahoo; e YouTube. Os aplicativos de notícia Squid e Start também possuem parcerias com a corporação. Em relação à mídia OOH (*out of home*: fora de casa, em tradução livre; ou seja, veiculações publicitárias em ambiente urbano), foram firmadas parcerias com a Eletromídia e a Wide.

Vale ressaltar, no entanto, que em seu Relatório Anual 2020/2021¹⁹, a BBC salienta que a licença paga permanece sendo sua maior fonte de renda.

No que diz respeito ao jornalismo, como pontuado por Potter, na década de 1990, a BBC conseguiu aproveitar o enfraquecimento de outros veículos, assim como também, foi beneficiada pelas dificuldades pelas quais o impresso estava passando. Dessa forma, a BBC passou a se apresentar como um dos poucos lugares onde se praticava jornalismo investigativo crítico. “Afastando-se de uma antiga ênfase em reportagens objetivas e factuais, os correspondentes da BBC tornaram-se comentaristas, fornecendo conteúdo editorial, bem como reportagens factuais” (POTTER, 2022, p. 207, tradução minha)²⁰.

Outro marco para a história da BBC foi a renomeação dos serviços externos, em 1988, para *BBC World Service*. Essa era uma forma de aproveitar melhor a marca britânica, reconhecida mundialmente.

¹⁹ Disponível em: <https://www.bbc.com/aboutthebbc/reports/annualreport>

²⁰ Texto original: Moving away from an older emphasis on objective, factual reporting, BBC correspondents became commentators, providing editorial content as well as factual reporting.

No final dos anos 1990, época marcada por transformações digitais, a BBC se sentiu pressionada a se modernizar, assim como também, viu uma oportunidade de negócio nesse novo cenário.

Segundo Potter, os gerentes seniores reconheceram a necessidade de tomar uma atitude para a BBC não ser deixada para trás em relação às tecnologias digitais. Além disso, a transição digital foi encarada como uma forma de “persuadir o governo da relevância contínua do serviço público de radiodifusão” (POTTER, 2022, p. 230, tradução minha)²¹. Segundo a visão dos gerentes, “a BBC poderia exercer liderança assumindo a responsabilidade de gerenciar a transição”. (POTTER, 2022, p. 230, tradução minha)²².

Dessa forma, em 1997, foi lançado o site “bbc.co.uk”, que rapidamente se expandiu passando a ter conteúdo interativo, informações, incluindo o *site* BBC News, divisão da BBC responsável por coletar e produzir notícias. Em pouco tempo, ele se tonou um dos *sites* mais visitados na Europa. Para além do continente europeu, a BBC atraiu para o seu *site* audiência em todo o mundo:

Enquanto isso, o site *bbc.co.uk* continuou a fornecer uma grande quantidade de conteúdo gratuito e não comercial em uma gama extremamente ampla de tópicos, incluindo notícias. Em 2004, dez milhões de adultos o acessavam todos os meses. Os críticos argumentaram que o site era muito grande e continha muitas informações não relacionadas a qualquer aspecto do trabalho da BBC como emissora. No entanto, seus apoiadores o viam como um importante contrapeso ao domínio americano do conteúdo da Internet (POTTER, 2022, p. 240-241, tradução minha)²³.

Além de adentrar o mundo digital, de acordo com analistas como Potter, a BBC também passou por outra grande mudança. A empresa começou a se esforçar para parecer menos uma empresa orientada para o público classe média, principalmente homens brancos heterossexuais. Ela “parecia e soava menos como a voz de uma elite cultural e socioeconômica” (POTTER, 2022, p. 232, tradução minha)²⁴. Tal mudança se deve ao objetivo de reter a audiência, além, é claro, de garantir a sua sobrevivência.

²¹ Texto original: to persuade the government of the continued relevance of public service broadcasting

²² Texto original: the BBC could exert leadership by taking responsibility for managing the transition.

²³ Texto original: The *bbc.co.uk* website meanwhile continued to provide a huge amount of free, non-commercial content on a extremely wide range of topics, including news. By 2004, ten million adults were accessing it every month. Critics argued that the website was too big and carried too much information unrelated to any aspect of the BBC's work as broadcaster. However, its supporters saw it as an important counterweight to US dominance of Internet content.

²⁴ Texto original: It looked and sounded less like the voice of a cultural and socio-economic elite.

Atualmente, além do site “bbc.co.uk”, e mais especificamente a divisão BBC News, a emissora possui outros serviços digitais, como *BBC Sport*, *Weather CBBC*, *BBC Sounds*, *BBC Red Button* (serviço de tv digital interativo), entre outros.

5.1.3 A BBC Brasil na internet

Em 1999, a BBC Brasil adentrou o mundo digital com a criação de seu *site*. Primeiramente, ele era voltado apenas para a divulgação do serviço de rádio, a difusão de notícias ocorreu em um segundo momento:

O pioneirismo da iniciativa permitiu que a seção se lançasse na vanguarda da produção online dentro do Serviço Mundial e desenvolvesse uma capacitação profissional específica para web com o domínio gradual da linguagem, bem como da técnica de diagramação, utilização de imagem e dos softwares por toda a equipe. Desde então, a seção se firmou entre as mais bem sucedidas do Serviço Mundial e é sempre apontada como a mais inovadora e ousada (LEAL, 2008, p. 96).

Além da iniciativa de criação da página BBC Brasil, outras transformações ocorreram no Serviço Brasileiro como o fato de que a BBC passou a contar com correspondentes brasileiros no Brasil de maneira regular, ocorreu um aumento dos recursos financeiros e a expansão da equipe, assim como também, a criação de uma redação “moderna e funcional” e gravações de boletins em vídeo.

A consolidação dos serviços para internet aconteceu nos anos 2000 com a criação da marca BBC Brasil.com, assim como também o registro do domínio. Na época, destacam-se também os acordos firmados entre a BBC e portais com o objetivo de reproduzir ou retransmitir as informações em português produzidas pela BBC.

Apesar da BBC Brasil ter vivenciado um período de grandes acontecimentos positivos, a empresa se deparou com um problema: as agências internacionais começaram a pressioná-la no sentido de proibir que outros *sites* de notícias utilizassem o material que havia sido produzido por elas. Nas palavras de Leal (2008, p. 98), tal atitude “quase inviabilizou as parcerias da BBC no Brasil, uma vez que nenhum dos portais se interessava em publicar apenas as três linhas de texto que legalmente era possível oferecer”.

Como solução, expandiram-se os investimentos em produção de material próprio, possibilitando a presença de enviados especiais da BBC Brasil para cobrir acontecimentos

considerados importantes, a exemplo da invasão do Afeganistão. Outra iniciativa que se destaca foi a criação da Central de Produção composta por repórteres e redatores responsáveis por produzir matérias tanto para o rádio quanto para a internet. Segundo Leal (2008, p. 98), “o serviço torna-se mais eficiente, não só no conteúdo, mas também administrativa e financeiramente”. Outras seções do Serviço Mundial seguiram o exemplo brasileiro.

Em 2002, houve aumento do quadro de funcionários no Brasil, a seção brasileira chegou a contar com 42 jornalistas. Além disso, a cobertura de grandes acontecimentos internacionais foi ampliada e criaram-se postos fixos de correspondentes brasileiros no Cairo e em Washington. A partir de então, “as emissoras de rádio e os portais de notícias no Brasil recebem informações formuladas segundo uma visão editorial brasileira” (LEAL, 2008, p. 99). Com isso, as notícias produzidas pela BBC são utilizadas com maior regularidade por portais, que passam a destacar, com frequência, as manchetes da BBC News Brasil “em suas páginas de abertura”. Em maio de 2006, o *site* alcançou a segunda colocação em audiência no Serviço Mundial, perdendo apenas para o inglês.

Faz-se necessário também destacar a interrupção da programação de ondas curtas para o Brasil em março de 2005, após quase 67 anos de transmissões.

Na esteira das reformulações nos serviços de rádio e “da consolidação da internet”, outro marco é a produção de matérias para a televisão brasileira com destaque para o acordo firmado entre a BBC Brasil e a Rede Bandeirantes de Televisão:

Consolida-se, dessa forma, aquela que pode ser considerada a terceira grande fase da BBC Brasil. A primeira trouxe para o Brasil as informações atuais e precisas da Segunda Guerra Mundial, a segunda furou o bloqueio informativo imposto ao país pela ditadura militar e a terceira, agora, acompanha as transformações tecnológicas, para manter no Brasil o padrão BBC de informação e cultura (LEAL, 2008, p. 102).

Entre as transformações tecnológicas ressalta-se a presença da BBC no YouTube, maior plataforma de compartilhamento de vídeos.

5.1.4 Canal do YouTube da BBC News Brasil

O canal da BBC News Brasil no YouTube foi lançado em 6 de julho de 2007. Ao longo dos anos, foram publicados documentários; entrevistas; séries como “Que história!”, “BBC Lê”, “Oficina da BBC para escolas”, “BBC no ponto”, “BBC Ciência”; reportagens especiais; vídeos sobre curiosidades; notícias nacionais focadas em temas como política e notícias internacionais.

De acordo com informações obtidas no *site* Social Blade21, em junho de 2022, o canal BBC News Brasil no YouTube contava com 5.800 vídeos publicados, mais de 663 milhões de visualizações e 2.91 milhões de inscritos.

Em relação à linha editorial seguida na plataforma, a empresa esclarece que os princípios permanecem os mesmos desde a criação do Serviço Brasileiro da BBC, em 1938, “mas hoje, com o desenvolvimento de novas tecnologias, são aplicados de formas diferentes, dependendo da plataforma em que o conteúdo é oferecido (texto *online*, áudio ou vídeo)” (BBC, 2009). Nesse sentido, é pontuado também que, em relação à produção em vídeo, a BBC segue as regras de imparcialidade, objetividade e simplificação que permeiam a produção em texto:

Ao contrário do espectador de televisão, que assiste a reportagens no conforto da sua casa, vídeos na internet são geralmente vistos por pessoas com pouco tempo, entre uma atividade e outra. Portanto o texto de um vídeo *online* deve também seguir os princípios de simplicidade e fácil compreensão que regem o noticiário (BBC, 2009).

Ainda em relação à sua linha editorial, a BBC esclarece que tem a preocupação em distinguir claramente uma reportagem factual e uma opinião. Para isso, utiliza seis “rótulos”, sendo eles:

- Notícias: jornalismo que se baseia em fatos apurados diretamente pelo repórter ou que provenham de fontes consideradas capazes e confiáveis;
- Análise: conteúdo oriundo do conhecimento especializado do autor do texto, no caso, um jornalista da BBC ou um especialista externo, com o objetivo de auxiliar na “compressão de uma tendência ou assunto complexo”;
- Pergunte ao público: conteúdo criado com o objetivo de estimular uma resposta da audiência;

- Explicação: conteúdo que tem como foco o oferecimento de uma “explicação factual clara das causas ou do contexto de uma determinada notícia”;
- Opinião: neste ponto, o veículo esclarece que é imparcial e que “seu conteúdo não é de nenhum modo opinativo”, porém em alguns casos pontos de vista pessoais de especialistas externos são publicados, “defendendo ideais e apresentando conclusões baseadas na interpretação dos fatos e dos dados feita pelo próprio autor”;
- Análise: conteúdos focados na “avaliação crítica de um evento, de uma obra de arte, etc, que carrega opiniões de fonte primária”.

Na Carta Real de 2016, é ressaltado que a BBC tem como missão atuar no interesse público, “atendendo a todos os públicos por meio do fornecimento de produtos e serviços imparciais, de alta qualidade e diferenciados que informam, educam e entretêm” (CARTA REAL, 2016).

6 O POPULISMO DE BOLSONARO

O embate entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e o Supremo Tribunal Federal (STF) foi um dos pontos marcantes de seu mandato. No período em que esteve à frente da presidência do país, Bolsonaro se mostrou hostil às instituições democráticas. Além de acusar a Corte de impedir de governar, demonstrando total desconhecimento sobre o sistema de pesos e contrapesos, ele ameaçou aparelhar o tribunal e até mesmo fechá-lo.

Para entender a atuação do ex-presidente é necessário retroceder um pouco e analisar os motivos que o levaram a alcançar o mais alto cargo do Executivo. Para isso, será apresentada, inicialmente, uma análise sobre o populismo de Bolsonaro. No entanto, trabalha-se aqui com uma abordagem política considerando, principalmente, as ideias de Laclau (2013), analisadas por Barros e Lago (2022). O teórico argentino se notabilizou, entre outras coisas, por estudar o populismo a partir de suas marcas discursivas alongando o entendimento sobre “povo” e “elite”. Avesso às interpretações que associam essas duas noções exclusivamente à renda e à classe social, Laclau, assim como Mouffe, tem uma visão mais atual sobre o que é populismo.

Em seguida, parte-se para a análise de Vieira, Glezer e Barbosa (2023) sobre as ações da Corte em relação ao ex-presidente. Para eles, diferentemente do que Bolsonaro e seus apoiadores afirmavam, o STF apenas cumpriu o papel esperado, tendo tido a incumbência de frear os excessos inconstitucionais do ex-presidente. Por ter se tornado um líder populista autocrático, foi demandada a adoção de uma postura mais combativa por parte do STF.

6.1 Um olhar político sobre o populismo

Durante o mandato de Jair Messias Bolsonaro muito se conjecturou sobre o que levou uma figura como ele, alheio a tudo o que importa a uma democracia, a alcançar o mais alto cargo do Executivo.

Uma das explicações que aqui será melhor trabalhada é a de que Bolsonaro usou estratégias que o aproximam do populismo. No entanto, é essencial pontuar que existem diversas interpretações sobre o que é o populismo. Por isso, optou-se por seguir a análise com a definição proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

Diferentemente da ideia de populismo da Ciência Política, a interpretação de Laclau “não reforça a compreensão clássica e pejorativa historicamente dada ao termo” (PARZIANELLO, 2020, p. 52). O teórico argentino centra a sua análise nas marcas discursivas e nos anseios da população. Para ele, populista não tem a ver com o emprego de práticas demagógicas. Além disso, vale ressaltar que não existe equivalência entre os termos popular e populista.

Ao discorrer sobre o populismo de Bolsonaro, Barros e Lago (2023) tomando emprestadas as ideias de Laclau e Mouffe ressaltam que o grau de populismo varia. Ou seja, os estudiosos não têm uma visão binária sobre se um discurso é populista ou não. Para eles, existem variações de intensidade em discursos, “que adquirem mais ou menos traços daquilo que se define como populismo” (BARROS, LAGO; 2023, p. 87). Desse modo, os autores identificam três traços, sendo eles: “(1) o populismo se baseia na oposição discursiva entre o ‘povo’ e as ‘elites’ (2) o populismo é transgressivo; e (3) o populismo transforma instituições” (BARROS, LAGO; 2023, p. 87). Os autores reconhecem a possibilidade de tais traços se sobrepossem, porém acreditam que eles devem ser considerados separadamente. Dessa forma, fica evidente a impossibilidade de haver apenas um populismo.

Em relação ao primeiro traço, ou seja, à oposição discursiva entre “povo” e “elite”, Laclau e Mouffe entendem que as identidades coletivas são construídas a partir de uma lógica política antagônica de “nós” contra “eles”. Diferentemente do que se possa imaginar à primeira vista, “povo” e “elite” não são definições acabadas, tratam-se de construções discursivas, “que se definem mutuamente”:

A linguística moderna ensina que o significado das palavras é relacional. Uma palavra só tem sentido porque está em uma teia de relações com as outras palavras. Da mesma forma, identidades políticas também são sempre relacionais. Só sabemos o que somos “nós” porque existe algo exterior a esse “nós” – no caso, os “outros”. Só existe “povo”, portanto, porque existe “elite” (BARROS, LAGO; 2023, p. 88).

Porém, a palavra “povo” pode ser usada para se referir a uma gama variada de coisas. Os estudiosos reconhecem que o populismo não precisa se basear nesses dois termos, havendo apenas a necessidade de construção de uma identidade coletiva que rivalize os “de baixo” e os de “cima”. O problema dessa relação não está na questão do conflito, mas sim quando existe o desejo de liquidar o conflito, algo que colocaria fim à democracia liberal. Em situações assim,

como reconhecem os autores, o antagonista é encarado como um inimigo a ser eliminado para que possa surgir uma sociedade pacificada. Essa é justamente a lógica que parece sustentar o bolsonarismo.

Em oposição ao antagonismo que enxerga o outro como inimigo está o agonismo, termo utilizado por Chantal Mouffe. Para a autora, “agonismo” faz referência à relação entre adversários, não entre inimigos. “No agonismo, os sujeitos não se movem por fantasias de superação do conflito através da eliminação do outro” (BARROS, LAGO; 2023, p. 90). O que ocorre é a valorização do conflito, visto como essencial para questionar as desigualdades e ampliar os direitos.

Outro ponto que merece ser destacado na análise de Barros e Lago é o fato de que eles vão além da definição proposta por Laclau e Mouffe e ressaltam também a dimensão transgressiva do populismo, algo caro às teorias performativas. De acordo com essa visão, o populismo “está sempre ligado a crises”. Porém, tal análise não se restringe à ideia de que o populismo é fruto de uma crise (econômica, por exemplo), também reconhece a possibilidade de ele ser o gerador de crises.

Como apontado pelos autores, a transgressão assume diversas formas. “O dissenso populista pode ser problemático quando as crises que gera são fantasiosas, conspiracionistas, destinadas a criar pânico moral [...]” (BARROS, LAGO; 2022, p. 92). Desse modo, parte-se do pressuposto de que o outro, ou seja, o “povo” é tudo o que é diferente, sendo necessário eliminá-lo. Observa-se, portanto, o reforço das estruturas de dominação. No entanto, existe a possibilidade de o discurso populista ser emancipador, isso ocorre quando ele questiona as estruturas de dominação e dá voz aos “subalternizados”. Ou seja, existem populismos de direita e de esquerda:

Do ponto de vista ideológico, o populismo é de esquerda ou de direita. O populismo é de esquerda quando, orientado pelo imperativo de redução das desigualdades pelo recurso à revolução, descreve o “povo” como o conjunto de trabalhadores explorados por uma minoria de capitalistas, que dirigiam o Estado conforme seus exclusivos interesses [...]. O populismo é de direita, por sua vez, quando, orientado pelo imperativo de preservação da ordem pelo recurso à autoridade, descreve o “povo” como um conjunto de empresários e famílias ameaçados em sua moral tradicional por uma minoria de subversivos que atacam a propriedade privada e atentam contra os bons costumes (CYRIL-LYNCH; PASCHOETO-CASSIMIRO, 2021, p. 225).

Chegando ao último traço, ou seja, à ideia de que populismo transforma as instituições, os pesquisadores ressaltam que trabalham com uma interpretação de instituições que não diz

respeito apenas às regras escritas, mas sim, às regras de vida em uma comunidade. Pontuam também a existência de instituições que não são de fato liberais democráticas, algumas atuam para preservar estruturas de dominação hegemônicas. Claro exemplo foi o que ocorreu durante a ditadura militar, em que algumas instituições da democracia liberal foram preservadas, porém seus propósitos foram esvaziados.

Além da existência de instituições que não estão de acordo com uma democracia liberal, os autores reconhecem a possibilidade de o populismo criar novas instituições:

Por um lado, um populismo reacionário destrói a divisão de poderes, concentra o poder nas mãos de uma liderança única e pode consolidar instituições que reafirmem hierarquias sociais e discriminam setores subalternizados. Por outro lado, um populismo de cunho emancipador e pluralista participa do que Hannah Arendt definia como momento da fundação, de “novos começos” (BARROS, LAGO; 2023, p. 96).

Além de considerar a existência de vários tipos de populismo, com destaque para um que propõe construção e outro de caráter reacionário, Barros e Lago discordam, ou melhor, apontam falhas em análises que tendem ao determinismo ao considerar apenas fatores econômicos, tecnológicos ou sociológicos para o surgimento do populismo. Para eles, não há um fator que explique a existência do populismo, sendo o conceito de vulnerabilidade o que melhor ajuda a orientar a reflexão. Desse modo, do ponto de vista dos autores, “o populismo oferece uma resposta à vulnerabilidade” (BARROS, LAGO; 2023, p. 98).

Tal vulnerabilidade da qual falam os autores é do tipo “ontológica”. Ou seja, se baseia na ideia de que a modernidade dissolveu as referências de certeza. A distinção entre os tipos de populismo se dá, justamente, às diferentes respostas a essa vulnerabilidade:

É compreensível que, diante da vulnerabilidade, as pessoas sejam seduzidas por discursos que prometam certezas, seguranças. O populismo reacionário oferece isso. Atribui a causa de nossa angústia a um bode expiatório ameaçador, desviando nossa atenção do fato de que somos irremediavelmente vulneráveis. Nesse esforço vão, reproduz a lógica de um condomínio: busca construir o “povo” como uma comunidade fechada, murada, protegida de tudo o que é diferente (BARROS, LAGO; 2023, p. 99).

O discurso e as ideias que fizeram Bolsonaro a ocupar a presidência da República estão permeados pela lógica da vulnerabilidade onde o outro é encarado como inimigo que deve ser liquidado por colocar em risco os “cidadãos de bem”, o povo. Porém, como já pontuado ao longo do capítulo, existem diferentes definições de povo. A definição adotada aqui é a de caráter

político e não sociológico. Ou seja, as ideias de “povo” e “elite” não se diferenciam pela classe social, pela diferenciação de renda.

Já a elite que o discurso bolsonarista pretende combater “é essencialmente a administrativa, a cívica e a intelectual” (BARROS, LAGO; 2023, p. 103). Ele não se opôs durante os anos em que chefiou o Brasil aos empresários e às várias burguesias que dominam o país, como a agrícola, a financeira e a industrial. Os empresários, na visão do ex-presidente, seriam os responsáveis por gerar empregos no Brasil, seriam os verdadeiros trabalhadores, o “povo”. Além dos empresários, grandes ou pequenos, o “povo” de Bolsonaro é formado também por especuladores do mercado financeiro, “os idosos, os brancos, os homens e heterossexuais, organizados em igrejas e associações militares” (CYRIL-LYNCH; PASCHOETO-CASSIMIRO, 2021, p. 230).

Em oposição estariam aqueles que ocupam cargos da burocracia estatal, da imprensa, de organizações da sociedade civil e da classe artística, vistos como os culpados por impedir o progresso do Brasil. Apenas um setor do funcionalismo público estaria abarcado pela definição de “povo de Bolsonaro”, “aquele encarregado de representar a ordem, ou seja, o aparato repressivo identificado com as forças armadas e as polícias, militares e civis” (CYRIL-LYNCH; PASCHOETO-CASSIMIRO, 2021, p. 230-231).

Em relação à mídia tradicional, como se sabe, Bolsonaro e seus apoiadores voltaram sua atenção ao Grupo Globo. Por evidenciar em parte da sua programação valores liberais e progressistas, a empresa, na visão bolsonarista, atuaria como “porta-voz de interesses globalistas e de esquerda”, este último responsável pela corrupção política e moral. Esse ponto de vista é baseado na ideia de que “de posse dos aparelhos do Estado e dos meios de comunicação, ‘o comunismo cultural’ viria nas últimas décadas estimulando o ateísmo, a homossexualidade [...]” (CYRIL-LYNCH; PASCHOETO-CASSIMIRO, 2021, p. 227).

Na lógica bolsonarista, existiriam outros inimigos a serem combatidos, como aqueles que supostamente colocam em risco a família brasileira por meio de uma “ideologia de gênero”. Na verdade, essa crítica, ou melhor, ferrenha oposição do ex-presidente acontece desde a época em que era deputado. Entre 2014 e 2015, houve uma intensa campanha por parte de diversas figuras como deputados, senadores, vereadores evangélicos e católicos e a bancada evangélica para vetar o termo “gênero” do Plano Nacional de Educação (PNE). Entre eles, estava o ex-presidente que chegou a divulgar vídeos em suas redes sociais se posicionando contra a “ideologia de gênero”.

Além da identificação de inimigos, outra característica do populismo de Bolsonaro é o espalhamento do pânico moral baseado em teorias conspiratórias, como a do “globalismo”. De acordo com essa visão deturpada da realidade, as elites intelectuais destruiriam o Estado-nação com o objetivo de implementar uma globalização que as favoreça (BARROS, LAGO; 2023).

Assim como especificar as características acima, ao analisar o mandato do ex-presidente, torna-se necessário pontuar a sua relação com as instituições. A vontade manifestada por Bolsonaro de enfraquecer as instituições era nítida e abertamente declarada. Desde a posse, o ex-presidente atuou no sentido de “enfraquecer todas as instituições autônomas da administração federal – ao mesmo tempo que permite a perpetuação e o aprofundamento de práticas corruptas” (BARROS, LAGO; 2023, p. 132).

O ex-chefe do Executivo já havia expressado seu desejo de desconstruir muita coisa. Claros exemplos desse processo de destruição foram o fechamento de ministérios essenciais do ponto de vista administrativo; as nomeações de ministros que atuaram no sentido contrário aos objetivos de suas pastas, como o ex-ministro do Meio Ambiente, que chegou a afirmar em uma reunião ministerial que passaria a boiada, aproveitando-se de um momento de instabilidade do país, no caso, a pandemia; o estancamento do financiamento público de atividades culturais e científicas; entre diversas situações. Houve também o enfraquecimento da pesquisa científica, da educação universitária, da imprensa e da produção artística. “Nesse sentido, se Bolsonaro fez alguma coisa, foi justamente combater aquilo que entende como sendo essa ‘elite’ superpoderosa” (BARROS, LAGO; 2023, p. 133).

Foram alvos do ex-presidente também as instituições democráticas liberais, como os poderes Legislativo e Judiciário. Sobre esse último, tema de interesse dessa dissertação, Bolsonaro ameaçou em diversas oportunidades descumprir decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), manifestou também o interesse de aparelhar a Corte com a indicação de juízes simpáticos a seus interesses e chegou até mesmo a ameaçar fechar o tribunal.

Entre as possíveis explicações para a aversão de Bolsonaro em relação ao STF estão o seu interesse de implementar um projeto contrário à democracia liberal além, é claro, de proteger a si e a sua família de investigações judiciais.

Seus ataques mais virulentos ao STF ocorreram quando a Corte avançava em inquéritos que ligavam seus familiares e aliados próximos às práticas ilegais do ‘gabinete do ódio’, além das acusações de corrupção que os envolveriam (BARROS, LAGO; 2023, p. 134).

A seguir será analisada de maneira mais detalhada a relação entre Bolsonaro e o Supremo Tribunal Federal, temática dos vídeos que serão analisados ao longo dessa pesquisa.

6.2 A atuação do Supremo Tribunal Federal durante o governo Bolsonaro (2019-2022)

É inegável o fato de que durante o mandato de Jair Messias Bolsonaro, as atenções, sejam elas da imprensa ou de sua base aliada se voltaram para o Supremo Tribunal Federal. Em diferentes momentos, o ex-presidente jogou luz e questionou as ações do STF, chegando até mesmo a atacar seus ministros. Tal postura, na análise de alguns especialistas, está relacionada à falta de preparo do mandatário em atuar em um Estado Democrático de Direito, desconhecendo o fato de que em uma democracia, regime que vigora no Brasil, cabe aos poderes controlarem uns aos outros, é o que se denomina como sistema de freios e contrapesos.

Entre os pesquisadores que concordam com a tese de que, diferentemente do que Bolsonaro apregoava durante o seu mandato, o Supremo apenas cumpriu a função que lhe cabia, no caso, garantir a aplicação da Constituição, destacam-se Vieira, Glezer e Barbosa (2023). Os autores reconhecem que a postura do ex-presidente, principalmente no que diz respeito a ter se tornado um líder populista autocrático, demandou a adoção de uma postura mais combativa por parte da Corte.

Assim como outros populistas, de acordo com os autores, Bolsonaro também agiu no sentido de hostilizar os valores e as instituições da democracia liberal. No entanto, o método do ex-presidente tem uma particularidade: ele não se encaixa na definição de legalismo autocrático e nem na definição de constitucionalismo abusivo. Na verdade, os autores acreditam que as ações do ex-presidente o aproximam da definição de infralegalismo autoritário:

Esse método privilegiou a implementação de uma agenda populista e autoritária por meio da edição de decretos, nomeações e ações no âmbito administrativo, orçamentário e burocrático, amparadas por pressões parainstitucionais sobre agentes públicos e voltadas para a erosão ou neutralização de diversos direitos e valores estabelecidos pela Constituição de 1988 (VIEIRA; GLEZER; BARBOSA, 2023, p. 592).

Isso posto, na análise dos pesquisadores, as ações de Bolsonaro conseguiram fugir do controle do Legislativo, cabendo, dessa forma, ao STF a incumbência de frear seus excessos inconstitucionais.

Ao analisar a reação da Corte às ações do ex-presidente, os pesquisadores identificaram que houve uma mudança de postura. Em um primeiro momento, a interferência do STF era reduzida, porém esse cenário mudou a partir de dezembro de 2019, quando a Corte passou a atuar de maneira mais expressiva. Tal mudança de postura foi motivada pela “escalada de ameaças e acusações do presidente contra os demais poderes, a instauração de inquéritos para investigar denúncias do então ministro da Justiça [Sergio Moro] contra Bolsonaro e a atitude negacionista e negligente de Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19” (VIEIRA; GLEZER; BARBOSA, 2023, p. 593).

Para comprovar seu ponto de vista, os autores analisaram estatisticamente as ações do STF. Suas análises chegaram à seguinte conclusão: em 2019, apenas 33,9% (18 de 53) “das ações ajuizadas contra o governo tiveram uma primeira decisão proferida no mesmo ano”. Em 2020, houve um aumento para 68,5% (107 das 156). Outro dado que dá sustentação à tese dos autores é a questão temporal, “o tempo médio entre a autuação do processo e a primeira decisão diminuiu a partir de 2020: de 70,72 dias em 2019 passou para 23,5 em 2020” (VIEIRA; GLEZER; BARBOSA, 2023, p. 593).

A união dos ministros da Corte também é outro componente considerado. Em 2020, um número maior de decisões colegiadas foi proferido (de 41,67% em 2019 para 73,69% em 2020). O percentual teve uma significativa queda em 2021 e chegou a 49,12%.

Como pontuado pelos pesquisadores, algumas ações explicam a mudança de postura do STF, uma delas ainda em 2019 foi a sugestão por parte do deputado federal e filho do ex-presidente, Eduardo Bolsonaro, do governo decretar um novo Ato Institucional nº5. Baixado no contexto da ditadura civil-militar, mais precisamente em 1968 pelo governo do general Costa e Silva, a medida representou o momento de maior endurecimento do regime militar, aumentando consideravelmente a repressão e o autoritarismo com ações como o fechamento do Congresso Nacional.

Outro acontecimento que marcou e deu o tom da relação Bolsonaro e STF foi a convocação por parte do ex-presidente, no início de 2020, de uma manifestação contra o Congresso Nacional e a Corte. É citada também pelos pesquisadores a reunião ministerial ocorrida em 22 de abril de 2020 e divulgada pelo Supremo em 22 de maio, em que o ex-mandatário e seus ministros proferiram ameaças diretas aos governadores e aos juízes do STF.

Durante o período em que esteve à frente da presidência da República, o STF respondeu em diferentes oportunidades às investidas de Bolsonaro em diversos campos da administração pública. Entre elas, destacam-se a imposição de limites pelo STF à iniciativa do ex-presidente

de extinguir todos os colegiados (órgãos consultivos que permitem a participação da sociedade civil) da administração pública federal por meio de decreto; e o impedimento em 2020 de modificações no Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente, do Conselho Nacional da Amazônia Legal e do Comitê Orientador do Fundo Amazônia.

O ex-presidente também atuou no sentido de descaracterizar políticas públicas, exigindo, dessa forma, uma reação por parte do STF. De acordo com os pesquisadores, a edição de decretos que contrariavam a lei regulamentada e descaracterizam políticas públicas a pretexto de regulamentar leis era um dos pilares do método de Bolsonaro. O STF, como mencionado, reagiu a tais ações em áreas como política de armas, educacional, trabalhista e ambiental. No entanto, os autores pontuam que “a judicialização desses decretos e atos infralegais foi dificultada pela estratégia bolsonarista de revogar com frequência seus atos e publicar em seguida atos semelhantes” (VIEIRA; GLEZER; BARBOSA, 2023, p. 597). Tal estratégia foi adotada em diferentes decretos que tinham como conteúdo a flexibilização da política de armas.

No âmbito da política de armas, uma das ações do STF que se destaca é a decisão liminar da ministra Rosa Weber de suspender a eficácia de decretos que facilitavam o registro e o porte de armas. Em setembro de 2022, a Corte referendou as liminares deferidas pelo ministro Edson Fachin, em três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), que suspenderam trechos de decretos da Presidência da República que regulamentam o Estatuto do Desarmamento e flexibilizam a compra e o porte de armas. De maneira geral, segundo a decisão do ministro, a posse deve ser autorizada apenas em casos que houver efetiva necessidade.

Já no que diz respeito à política de educação, o ministro Dias Toffoli deferiu medida cautelar, em dezembro de 2020, suspendendo a eficácia do decreto que segregava alunos com deficiência em escolas e classes especializadas. Na argumentação do ministro, ele ressaltou que o decreto descaracterizava a política educacional estabelecida na Lei 9.394/1.996.

Por fim, em relação ao meio ambiente, “há decisões que barraram decretos ou atos infralegais em contrariedade com o art. 225 da Constituição Federal ou com os valores da política de proteção do meio ambiente” (VIEIRA; GLEZER; BARBOSA, 2023, p. 598).

Outra estratégia no âmbito do que os autores definiram como infralegalismo autoritário de Bolsonaro foi a omissão, com destaque para a pandemia da Covid-19. A atitude do ex-presidente demandou ação do STF, que foi provocado a se manifestar. Entre as reações da Corte, destacam-se a decisão de que “medidas federais de combate à Covid-19 não poderiam afastar a competência concorrente de estados e municípios de legislar sobre o tema” (VIEIRA;

GLEZER; BARBOSA, 2023, p. 599). Além disso, a Corte também teve um papel de destaque ao emitir decisões que iam de encontro ao negacionismo do ex-presidente.²⁵

Os desvios na atuação de órgãos de investigação é o último componente do método de Bolsonaro, segundo os pesquisadores. Neste âmbito, são destacadas decisões do STF que “impediram a apropriação de instituições de controle para fins particulares ou a fragilização dessas instituições de controle” (VIEIRA; GLEZER; BARBOSA, 2023, p. 600). Neste ponto, são destacadas decisões da Corte como o impedimento de abertura de inquérito contra o fundador do *Intercept* Glenn Greenwald; o impedimento por parte do ministro Alexandre de Moraes da nomeação de Alexandre Ramagem para a diretoria da Polícia Federal; decisões do STF que impediram o monitoramento de informações relacionadas a servidores públicos ou outros cidadãos integrantes do poder público; e a suspensão de produção ou compartilhamento de informações de integrantes do movimento antifascista pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Em relação ao que ficou conhecido como “dossiê antifascista”, em agosto de 2020, a Corte formou maioria e declarou a inconstitucionalidade por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 722) da produção e do compartilhamento de informações. Constavam em tal “dossiê” mais de 400 páginas de informações pessoais de servidores federais e estaduais da área de segurança e professores universitários classificados pelos autores como “antifascistas” e identificados como opositores ao ex-presidente. Tal relatório havia sido produzido pela Secretaria de Operações Integradas (Seopi) e aprovado pelo então ministro da Justiça André Mendonça, atualmente ocupante de uma cadeira no Supremo. A ação que atestou a ilegalidade do dossiê foi movida pela Rede Sustentabilidade e nove dos onze ministros votaram pela suspensão da elaboração dos informes. De acordo com o partido, o governo a partir do dossiê promoveria o aparelhamento estatal com o objetivo de realizar perseguições políticas e ideológicas.

Em linhas gerais, a Corte freou em diversas oportunidades ações do projeto autoritário de Bolsonaro: Esse protagonismo do STF se contrapôs à resposta insuficiente de atores políticos e institucionais que compartilham a responsabilidade de controlar e fiscalizar os atos do governo, especialmente a

²⁵ O tema foi abordado em tese elaborada por Audrey do Nascimento Sabbatini Martins. Sob a orientação do Prof.Dr. Carlo José Napolitano, a pesquisadora abordou, entre outros aspectos, os entraves para a articulação entre os entes da federação frente ao processo de imunização contra a Covid-19. Além disso, analisou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que dispõe sobre medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6341/2020) que delinea as competências dos entes federados para legislar e adotarem medidas sanitárias de combate à

epidemia. Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/243296/martins_ans_dr_bauru.pdf?sequence=3&isAllowed=y

Procuradoria Geral da República e a própria Câmara dos Deputados (ALMEIDA, FERRARO; 2023 *apud* VIEIRA; GLEZER; BARBOSA, 2023, p. 602).

É importante pontuar que autores como Conrado Hübner Mendes não concordam com a utilização de termos como legalismo autocrático ou infralegalismo autoritário para se referir a estratégia vista durante o governo Bolsonaro de implementar medidas autoritárias ou contrárias a determinações constitucionais sem o apoio do Legislativo a partir da edição de decretos. Em artigo publicado na Folha de S.Paulo²⁶, Mendes pontua que tais terminologias supõem que em qualquer lugar dessa estratégia haja legalismo, interpretação, segundo ele, errônea. Ainda de acordo com o autor, o termo “legalismo” é utilizado para se referir a uma prática que não cumpre exigências formais elementares, como “publicidade e estabilidade das normas, o limite à discricionariedade manipulativa, ou a congruência entre o conteúdo da lei e o ato do agente público” (MENDES, 2022).

Como alternativas, são sugeridos os termos ilegalismo autoritário ou juritismo autoritário. No caso do primeiro, seria um processo que não se caracteriza pela instrumentalização do direito, mas sim pelo seu rompimento. Na verdade, o que ocorreria seria a instrumentalização de juristas (assim como também de procuradores, ministros da Justiça e advogados) que validam a violência jurídica ao elaborar pareceres. Já no caso do “juritismo”, esse se caracterizaria pela ação do “jurista servil e alpinista, barato e saltitante, que opera a máquina” (MENDES, 2022). Ou seja, para ele, trata-se de um problema de ética pessoal e profissional e não apenas da hermenêutica jurídica.

No que se refere a atuação do Supremo, vale destacar que medidas polêmicas e passíveis de críticas também foram adotadas pelo Tribunal. No entanto, como salientam autores como Vieira, Glezer e Barbosa (2023), os acontecimentos relatados corroboram com a constatação de que o Judiciário é um elemento indispensável para evitar rupturas no regime democrático.

²⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/conrado-hubner-mendes/2022/04/ilegalismo-autoritario-e-obra-de-juristas.shtml>

7 METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentado o percurso metodológico da pesquisa que objetivou verificar a qualidade da contextualização nos vídeos sobre o embate entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e o Supremo Tribunal Federal (STF) publicados pelo canal do YouTube da BBC News Brasil.

Em um primeiro momento, a pesquisa de caráter qualitativo se concentrou na revisão da literatura. Os capítulos desenvolvidos ao longo da dissertação têm como objetivo dar subsídios para a posterior análise empírica amparada na metodologia conhecida como análise de enquadramento.

É importante destacar a existência de diferentes conceituações e propostas de análises de enquadramento de coberturas jornalísticas. Após um estudo prévio sobre as diversas metodologias aplicadas no campo da Comunicação optou-se por seguir com as ideias apresentados por Rothberg (2014) e por Porto (2004), autores que se basearam em pesquisadores como Iyengar (1991), Entman (1993), entre outros. Tal proposta será especificada a seguir.

7.1 Análise de enquadramento

Para Porto (2004, p. 78), enquadramentos podem ser caracterizados como “marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem às pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais”.

Em consonância com Porto, Rothberg (2012, p. 28) destaca que, em relação ao jornalismo o enquadramento (*framing*):

é construído através de procedimentos como seleção, exclusão e ênfase de determinados aspectos e informações, de forma a compor perspectivas gerais através das quais fatos e circunstâncias são dados a conhecer. Trata-se de uma ideia central que organiza a realidade dentro de determinados eixos de apreciação e entendimento.

Dessa forma, a tarefa de identificar o enquadramento predominante exige, primeiramente, a identificação de três componentes, sendo eles: seleção, ênfase e exclusão de informações e interpretações dos assuntos apresentados.

Em relação ao primeiro componente, ou seja, à ênfase, são identificadas e descritas as principais temáticas abordadas tendo em mente que as escolhas feitas pelo veículo ocorreram dentro de uma variada possibilidade de opções. Além disso, é necessário atentar-se para o fato de que “a presença de certas temáticas em um texto é um indicador de tendências de valorização de certas questões [...]” (ROTHBERG, 2012, p. 29).

Já a ênfase de informações em um enquadramento é verificada por meio da “identificação e descrição dos significados presentes nos elementos de mais destaque, como título, introdução e pontos estratégicos salientados pelos elementos de progressão textual” (ROTHBERG, 2012, p. 29).

Por fim, o componente da exclusão diz respeito à identificação das informações que não foram apresentadas e que seriam essenciais para “uma compreensão abrangente, plural e contextualizada do assunto em questão” (ROTHBERG, 2012, p.29).

Após a verificação dos aspectos mencionados é possível apontar o enquadramento que se sobressai. De acordo com a literatura mobilizada por Rothberg (2010), considerando as ideias de outros teóricos, existem cinco tipos possíveis de enquadramento: de jogo ou corrida de cavalos, estratégico, episódico, de conflitos e temático.

No caso específico da atual pesquisa, entende-se que para verificar a qualidade da contextualização das matérias divulgadas pelo veículo objeto de estudo, será necessário observar exclusivamente a prevalência ou não de enquadramentos temáticos, que aqui receberá o nome de temáticos/contextuais.

Segundo Rothberg (2010, p. 57), “os enquadramentos temáticos são vistos pelos estudiosos da área como um meio de superar a fragmentação e a superficialidade promovidas pelos enquadramentos de jogo, estratégico, episódico e de conflito”. Ressalta-se também que “uma cobertura centrada em temas exige que os jornalistas saibam situar os diversos aspectos das políticas públicas em seu determinado contexto” (ROTHBERG, 2010, p. 57). Para isso, cabe aos profissionais:

explorar as relações entre antecedentes e consequências segundo diferentes perspectivas, considerando as expectativas das pessoas afetadas e os resultados previstos de acordo com visões diversas, além de examinar influências macroestruturais, tendências históricas, alternativas, possibilidades, exemplos de outras regiões ou países, possíveis obstáculos etc.

Em linhas gerais, enquadramentos temáticos se diferenciam por envolver pluralismo e equilíbrio. É importante destacar, porém, como pontuado pelo autor, que o pluralismo não diz

respeito ao senso comum dos jornalistas de “ouvir os vários lados”. Trata-se, na verdade, de “apurar a diversidade de perspectivas que importam para o fato em exame” (ROTHBERG, 2010, p. 58).

Em relação ao equilíbrio, critério de produção da pluralidade, este se faz presente de duas maneiras distintas:

primeiramente, é preciso identificar as visões que merecem expressão a respeito de um dado assunto, porquanto mais intimamente relacionadas a ele e representativas dos setores relevantes. Em segundo lugar, é preciso planejar como cada uma das perspectivas detectadas deve ser colocada, utilizando-se finalmente as possibilidades de linguagem do jornalismo em um tratamento sério, consistente e ponderado (ROTHBERG, 2010, p. 58).

Para verificar se a matéria jornalística é equilibrada e plural, ou seja, se adota uma versão com enquadramento temático/contextual, características como a profundidade de seu enfoque, o número e natureza das fontes consultadas, aspectos envolvidos e hipóteses apuradas devem ser observados.

Feitos os esclarecimentos, foram evidenciados no quadro abaixo os títulos, datas de publicação e duração dos vídeos que integram o *corpus* de análise da presente pesquisa:

Quadro 3 - Corpus de análise

TÍTULO	DURAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO
VÍDEO 1: O que acontece com investigação contra Flávio Bolsonaro após decisão do STF?	13' 38''	29 de novembro de 2019
VÍDEO 2: <i>Impeachment?</i> Condenação no STF? Qual poder o impacto da denúncia de Moro contra Bolsonaro	14'	26 de abril de 2020
VÍDEO 3: O que esperar do julgamento do STF sobre o inquérito das <i>fake news</i>	12'33''	9 de junho de 2020
VÍDEO 4: Kassio Nunes aprovado no STF: qual será seu papel em casos contra Bolsonaro, Flávio e Lula?	7'31''	21 de outubro de 2020
VÍDEO 5: Covaxin: o que acontece após senadores pedirem ao STF denúncia contra Bolsonaro	8'34''	29 de junho de 2021
VÍDEO 6: O surpreendente aceno de Bolsonaro ao STF, com participação de Temer	4'30''	9 de setembro de 2021
VÍDEO 7: Daniel Silveira: em 4 pontos, o que pode acontecer após indulto de Bolsonaro	7'33''	22 de abril de 2022

Fonte: Elaborado pela autora baseado na pesquisa empírica.

8 ANÁLISE EMPÍRICA

Transcrições disponíveis em:

<https://docs.google.com/document/d/1VKKODQPL6rd9bBCZnqYMzPA4h-5J7jJb/edit?usp=sharing&oid=107437133215002185723&rtpof=true&sd=true>

8.1 Vídeo 1: O que acontece com investigação contra Flávio Bolsonaro após decisão do STF?

ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO

Categoria de seleção (dados apresentados): a derrubada pelo STF da decisão individual do presidente da Corte que havia paralisado centenas de processos e investigações no Brasil desde julho; a possibilidade da volta da investigação contra o senador Flávio Bolsonaro no caso das “rachadinhas”; a informação de que o senador negou os desvios e a sua acusação de que o Ministério Público do Rio de Janeiro cometeu ilegalidades no andamento da investigação; detalhes sobre o julgamento que discutiu se a Receita Federal e o antigo Coaf (atual Unidade de Inteligência Financeira - UIF) poderiam passar dados sigilosos bancários e fiscais de brasileiros para o MPF e a PF para dar encaminhamento a investigações sem prévia autorização judicial; a informação de que a investigação contra Flávio Bolsonaro teve início a partir de relatórios do antigo Coaf; a acusação da defesa de Flávio de que o MP solicitou informações extras sem autorização judicial, alegando que a investigação deveria então ser anulada; o fato de que a investigação contra Flávio foi suspensa junto com centenas de outros casos a partir de uma ampla decisão do ministro Dias Toffoli; o sorteio do recurso para Gilmar Mendes; o que faltava definir sobre o Coaf, como a definição se deveria haver limites para que o MPF solicitasse informações extras ao órgão, essa é a justamente a crítica da defesa de Flávio que ressaltou que foram pedidos dados extras para além do que o Coaf poderia oferecer (o levantamento de informações bancárias sigilosas) e o pedido feito por e-mail fora do sistema oficial de comunicação do Coaf; a informação de que o MP do Rio de Janeiro negou que tivesse agido de forma ilegal e a alegação de que todos os pedidos foram feitos pelo sistema oficial do órgão, assim como, o fato de que não foram pedidas informações que não tivessem amparo legal; detalhamentos sobre o funcionamento do antigo Coaf, como o fato de que ele é

alimentado automaticamente por informações enviadas por bancos e outras instituições financeiras, joalherias concessionárias, etc; o fato de que as instituições devem informar transações consideradas suspeitas, como transações em valores altos pagas com dinheiro em espécie; a informação de que a suspeita contra Flávio Bolsonaro começou a partir de um assessor de seu gabinete de deputado estadual, Fabrício Queiroz, que realizou uma série de depósitos fracionados que movimentaram em um ano 1.2 milhão de reais; o fato de que o fracionamento de transações é visto como uma tentativa de burlar o Coaf, que prevê a comunicação de operações de alto valor; o esclarecimento de que informações financeiras ficam no banco de dados da UIF (antigo Coaf) e a partir delas técnicos do órgão elaboram relatórios; o dever da UIF de enviar esses relatórios para a polícia ou o MPF para dar início a investigações sobre eventuais crimes; o fato de que o Coaf é um órgão passivo que apenas recebe informações; o pronunciamento por parte de ministros do Supremo no sentido de que não consideram possível que o Coaf realize uma devassa na vida dos brasileiros, como argumenta a defesa de Flávio Bolsonaro, já que o órgão não pode solicitar dados aos bancos; o fato de que a maioria dos ministros considera totalmente legal que o Coaf envie esses relatórios para o MP sem autorização judicial; a opinião da repórter de que a tendência seria que o Supremo decidisse que não poderia de fato haver nenhum pedido fora do Coaf e que só poderiam ser usados dados que estivessem no banco de dados do órgão, ou seja, ele não poderia pedir ativamente informações; as possíveis implicações da decisão do Supremo para o caso de Flávio Bolsonaro, como a análise de um novo recurso sobre as alegações por parte de sua defesa de que o Coaf agiu de maneira ilegal; a análise feita pela repórter de que foi uma derrota para o senador Flávio Bolsonaro a decisão do STF que indica a volta das investigações (isso poderia desgastar a imagem do senador e respingar no governo de seu pai); a posição mais detalhada do senador negando as irregularidades e afirmando não ter controle sobre o que Fabrício Queiroz, seu ex- assessor, fazia; a alegação de Queiroz de que as movimentações de altos valores detectadas em sua conta se referiam a negócios que ele fazia fora do gabinete, como compra e venda de carros usados.

Categoria de exclusão: apesar do vídeo ter apresentado informações essenciais para a compreensão do acontecimento, alguns dados relevantes não foram retratados, como o caso específico da Receita Federal. Os ministros Celso de Mello e Marco Aurélio votaram contra a possibilidade de o órgão compartilhar qualquer informação por considerar que isso feriria o direito constitucional à privacidade. No entanto, o presidente da Corte à época, Dias Toffoli,

autorizou apenas o livre compartilhamento de informações globais, excluindo assim, a possibilidade o repasse de dados detalhados, como extratos bancários.

Categoria de ênfase: o título do vídeo dá pistas sobre qual seria a sua abordagem. Apesar da apresentação de dados factuais ocupar boa parte do vídeo, encaminhando-se para o final, a repórter analisa que a decisão do STF em relação ao compartilhamento de dados do antigo Coaf abriria a possibilidade da volta da investigação contra o senador Flávio Bolsonaro, algo que não apenas o prejudicaria, mas também abalaria a imagem do governo de seu pai. No entanto, como se sabe, em 2021, a 2ª turma do Supremo entendeu que houve ilegalidade no compartilhamento de dados fiscais sigilosos do senador entre o Coaf e o Ministério Público do Rio de Janeiro.

Profundidade de seu enfoque: o vídeo explicou detalhes sobre o funcionamento da Unidade de Inteligência Financeira (UIF), como o esclarecimento de que o órgão é alimentado automaticamente por informações enviadas por instituições financeiras. Ressaltou também a responsabilidade de seus técnicos de produzir relatórios sobre transações que pareçam suspeitas e o envio desses relatórios para a polícia ou o Ministério Público Federal para a instauração de investigação. Além disso, a repórter explicou as implicações do acontecimento, no caso, a possibilidade da volta da investigação do caso das “rachadinhas” envolvendo Flávio Bolsonaro e o seu possível impacto no governo Bolsonaro. De maneira geral, o vídeo não se limita à apresentação de informações, a jornalista interpretou os acontecimentos dando subsídios para que a audiência pudesse entender as implicações do acontecimento.

Aspectos envolvidos e hipóteses apuradas: a repórter apresenta a hipótese do retorno da investigação contra Flávio Bolsonaro e o seu possível impacto negativo no governo Bolsonaro. A formulação de hipóteses é um dos aspectos da interpretação causal da qual fala Cornu (1999 *apud* LÜCKMAN 2020).

Número e natureza das fontes consultadas: o vídeo não apresenta falas de fontes.

Enquadramento predominante (temático/contextual ou não-temático /não-contextual): temático/contextual.

8.2 Vídeo 2: *Impeachment?* Condenação no STF? Qual pode ser o impacto da denúncia de Moro contra Bolsonaro

ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO

Categoria de seleção (dados apresentados): a saída de Sergio Moro do Ministério da Justiça; as justificativas dadas por ele para ter tomado tal decisão (a alegação de que Jair Bolsonaro estava tentando intervir politicamente na Polícia Federal ao demitir seu diretor-geral Maurício Valeixo); as alegações de Moro de que Bolsonaro manifestou interesse em obter informações sobre inquéritos tocados pela PF sob supervisão do STF (inquéritos que poderiam atingir filhos do ex-presidente ou parlamentares no Congresso aliados de Bolsonaro, como o inquérito das *fake news* e o inquérito para apurar a convocação de protestos antidemocráticos no dia 19 de abril); a acusação de Moro em relação a uma possível fraude no Diário Oficial da União comunicando a saída de Maurício Valeixo do cargo de diretor-geral da PF (a exoneração foi assinada eletronicamente por Bolsonaro e por Moro e havia a informação de que a demissão foi realizada a pedido de Valeixo); a afirmação de Moro de que ao assumir o Ministério da Justiça, Bolsonaro havia lhe dado autorização para escolher o diretor-geral da PF, condição imposta por Moro, segundo ele, para combater a corrupção e a criminalidade; as respostas de Bolsonaro em relação às acusações de Moro durante o seu pronunciamento afirmando ser direito seu escolher o diretor da PF, além de alegar que praticamente teve que implorar para a PF investigar a facada da qual foi vítima na eleição de 2018 e para investigar o porteiro de seu condomínio no caso do assassinato da vereadora Marielle Franco; o ataque de Bolsonaro a Moro, afirmando que ele havia concordado com a troca de comando da PF desde que isso ocorresse após a sua indicação para uma vaga ao STF; a reação de Moro nas redes sociais; o envio por parte de Moro para o Jornal Nacional de uma troca de mensagens entre ele e a deputada Carla Zambelli; as alegações da deputada e o reconhecimento da troca de mensagens com Moro sobre a questão da troca de comando da PF; a divulgação por Moro de uma troca de mensagens entre ele e Bolsonaro em que o ex-presidente ressaltou a importância de trocar o diretor-geral da PF tendo em vista os possíveis desdobramentos do inquérito das *fake news*; detalhes sobre o inquérito das *fake news*, como sua abertura por Dias Toffoli e a escolha de Alexandre de Moraes para supervisionar a investigação; a opinião em “*off*” de juristas reconhecendo a ilegalidade do inquérito devido a não participação do Ministério Público Federal e a ausência de sorteio para definir o ministro do STF para supervisionar as investigações; a análise da gravidade da troca de mensagens entre Moro e Bolsonaro por mostrar uma tentativa do presidente de usar a troca de comando da PF

para influenciar investigações contra seus aliados no Congresso; os ataques de Bolsonaro a Moro, com destaque para a fala do ex-presidente ressaltando o seu apoio ao ex-ministro após o forte desgaste que ele sofreu no caso que ficou conhecido como Vaza Jato (vazamento de conversas entre Moro, Deltan Dellagnol e outros integrantes da Operação Lava Jato); as consequências concretas desse embate, como o pedido de abertura de inquérito enviado pelo Procurador-Geral da República Augusto Aras ao STF para investigar as acusações de Moro contra Bolsonaro; os possíveis crimes cometidos por Bolsonaro, como falsificação ideológica (fraude no Diário Oficial da União), crime de obstrução de justiça (tentativa de intervir em investigações da PF) e crimes de prevaricação e advocacia administrativa (uso do cargo de autoridade pública para obter vantagens pessoais); os possíveis crimes de Moro, como crime contra honra de Bolsonaro ou denúncia caluniosa; o sorteio do inquérito para o ministro Celso de Mello, responsável por decidir se autorizaria a abertura de investigação; os possíveis desdobramentos para Bolsonaro caso as acusações fossem confirmadas (apresentação de denúncia contra o presidente pelo PGR para o Supremo); a informação de que Aras foi nomeado por Bolsonaro e que ele se mostra leal ao presidente; a informação de que o PGR havia recebido forte pressão dentro do Ministério Público e de ministros do STF para prosseguir com a denúncia contra Bolsonaro; o esclarecimento de que caso Aras denunciasse Bolsonaro aconteceria o mesmo que ocorreu com Michel Temer, ou seja, a denúncia seria encaminhada para a análise da Câmara dos Deputados, já que o presidente só pode ser processado no STF após autorização de dois terços da Câmara; os possíveis desdobramentos caso Bolsonaro fosse condenado, como o seu afastamento por 180 dias durante o julgamento pelo STF e a sua perda de mandato; a apresentação de pedidos de *impeachment* contra Bolsonaro baseados nas acusações de Moro; detalhes do artigo 86 da CF, que prevê crimes de responsabilidades, como o de improbidade administrativa (ocorre quando o presidente age sem honestidade e quando usa o seu cargo em proveito pessoal); pedidos de *impeachment* relacionados a outras acusações, como o seu comparecimento ao ato com caráter autoritário no dia 19 de abril em que os manifestantes pediram o fechamento do Congresso e do STF; o esclarecimento de que o *impeachment* é um processo político, ou seja, depende do apoio do presidente no Congresso; a explicação de que para a abertura do processo seria necessário primeiramente o presidente do Congresso, Rodrigo Maia, aceitar a denúncia e, em um segundo momento, a aprovação por dois terços dos deputados; os obstáculos do ponto de vista político para a abertura de um processo de *impeachment* (crise da pandemia do coronavírus; a aproximação de Bolsonaro com o centrão, bloco de partidos com maioria na Câmara; e a aprovação de Bolsonaro por parte de um

terço da população); a expectativa de perda de apoio do ex-presidente por lavajatistas após a saída de Moro do governo; a possibilidade de que caso as pesquisas de opinião mostrassem uma forte queda da aprovação de Bolsonaro, o centrão apoiasse o processo de *impeachment*.

Categoria de exclusão: no que diz respeito ao equilíbrio, ou seja, à apresentação dos pontos de vistas dos principais personagens, o vídeo apresentou indiretamente as defesas de Bolsonaro e Moro em pronunciamentos e mensagens. Em relação à identificação de informações que não foram apresentadas, o vídeo abordou as acusações de Moro contra Bolsonaro, como a tentativa de interferir politicamente na Polícia Federal por meio da exoneração do ex-diretor geral da PF Maurício Valeixo e o pedido do ex-presidente para ter acesso a informações de inquéritos sobre a sua família. Porém, não foi abordada a alegação de Moro de que Bolsonaro o pressionou a tirar o delegado Ricardo Saadi da superintendência da PF no Rio de Janeiro. No entanto, considera-se que a supressão de tal informação não influencia negativamente para uma compressão abrangente, plural e contextualizada do assunto em questão. Além disso, não foi abordada também a informação divulgada por Moro em seu depoimento de que o presidente afirmou que substituiria Valeixo por Ramagem (à época diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência e amigo da família Bolsonaro). No entanto, como não é possível saber o dia em que o vídeo foi gravado, tal informação pode não ter sido abordada pelo fato da BBC ainda não ter tido acesso a ela.

Categoria de ênfase: foram apresentadas no vídeo análises e informações importantes para o entendimento da notícia. A repórter explicou como funciona o processo de *impeachment*, detalhou também os possíveis crimes cometidos por Bolsonaro, explicando o que caracteriza cada um deles, fez referência a episódios anteriores relacionados ao mesmo assunto, no caso, o inquérito das *fake news*, e analisou a questão do apoio de Aras a Bolsonaro e a possibilidade de perda de apoio do centrão após a saída de Sergio Moro do governo. Sendo assim, é possível afirmar que a maior parte do vídeo é dedicada ao aprofundamento do tema. Além disso, o título do vídeo (*Impeachment? Condenação no STF? Qual pode ser o impacto da denúncia de Moro contra Bolsonaro*) em formato de perguntas deixa claro que o conteúdo terá um caráter analítico, algo que se confirma.

Profundidade de seu enfoque: o vídeo não se limitou a apresentar informações sobre a notícia que motivou a sua produção. Foram dadas explicações sobre como funciona o processo de *impeachment*, os possíveis obstáculos políticos para dar início ao processo, detalhes e explicações sobre os possíveis crimes cometidos por Bolsonaro no que diz respeito a sua

interferência na troca de comando da diretoria da PF e análises sobre a possibilidade de perda de apoio ao ex-presidente.

Número e natureza das fontes consultadas: não foram apresentadas falas de fontes oficiais ou especializadas, o vídeo apresentou apenas *prints* (capturas de telas) de postagens de redes sociais e troca de mensagens de Moro, Bolsonaro e Carla Zambelli.

Aspectos envolvidos e hipóteses apuradas: a repórter apresentou a hipótese de perda de apoio de Bolsonaro por parte do centrão, mais especificamente de apoiadores da Operação Lava Jato, após as acusações de Moro e a sua saída do governo e a queda de aprovação de Bolsonaro demonstrada por pesquisas de opinião.

Enquadramento predominante (temático/contextual ou não-temático /não-contextual): temático/contextual.

8.3 Vídeo 3: O que esperar do julgamento do STF sobre o inquérito das *fake news*

ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO

Categoria de seleção (dados apresentados): a jornalista explica características do artigo base utilizado para a abertura do inquérito das *fake news*. Em seguida, menciona o que motivou o ministro Dias Toffoli a dar início à investigação e o ministro escolhido por Toffoli para ser responsável por ela, no caso, Alexandre de Moraes, e o que foi feito por ele desde então. A reação de pessoas que foram afetadas por decisões de Moraes também é abordada. Ao partir para o segundo ponto do vídeo, a jornalista ressalta os argumentos dos contrários ao inquérito. Ela menciona também quais são os papéis do Ministério Público e do juiz e o fato de que, no caso do inquérito das *fake news*, não existe a figura do Ministério Público, ficando a cargo de Moraes decisões sobre o processo, uma crítica feita pelos opositores. É apresentada ainda a crítica do Rede Sustentabilidade, partido que apresentou a ação solicitando o fim do inquérito, sobre a amplitude do escopo de investigação e a comparação que o partido fez entre o inquérito e o AI-5. Além disso, a repórter ressalta as posições de Raquel Dodge e Augusto Aras sobre o inquérito, o segundo, responsável pelo pedido de fatiamento. O terceiro ponto do vídeo aborda as declarações de juristas que defendem a legalidade do inquérito. É mencionado que procuradores vinham arquivando processos e investigações recebidos a partir do inquérito por considerarem que a investigação tinha um vício de origem. Por fim, a jornalista faz uma análise

sobre o que esperar do julgamento que havia sido marcado para o dia 10 de junho. Nesse momento, ela ressalta três possíveis cenários e aponta qual, em sua opinião, seria o mais provável, considerando declarações públicas de ministros e o espírito de corpo entre eles. São apontadas também maneiras para enquadrar o inquérito em princípios constitucionais.

Categoria de exclusão: o vídeo apresentou tanto o lado de quem defende a legalidade do processo, quanto daqueles que alegam que o inquérito é inconstitucional atendendo, dessa forma, critérios de pluralidade e equilíbrio. No que diz respeito às informações que não foram apresentadas, considera-se que no vídeo não foram suprimidas informações essenciais para a compreensão do assunto. A BBC contextualizou o fato apresentando pontos relevantes, como o que motivou a abertura do inquérito, as ações de Alexandre de Moraes, ministro responsável pela investigação, como a autorização de uma operação da Polícia Federal contra parlamentares, empresários e aliados de Bolsonaro suspeitos de coordenar uma rede de ataques contraministros do Supremo, os questionamentos jurídicos sobre o inquérito, as respostas dos defensores do inquérito e qual seria a possível decisão do Supremo para o julgamento que havia sido marcado para o dia 10 de junho. O vídeo apenas não abordou a informação de que o partido Rede Sustentabilidade, que havia apresentado ação em 2019 pedindo o fim do inquérito por considerá-lo ilegal, enviou no fim de maio de 2020 uma manifestação solicitando a extinção da ação. Segundo a sigla, o inquérito havia se mostrado um dos principais instrumentos da democracia.

Categoria de ênfase: a maior parte do vídeo é dedicada à apresentação dos argumentos desfavoráveis e favoráveis ao inquérito, não havendo prevalência de um sobre o outro. Além disso, na apresentação do vídeo, a repórter afirma que o objetivo principal é explicar o que é o julgamento e o que esperar dele. Ou seja, na introdução a BBC já deixa claro que o vídeo terá um caráter explicativo e que as implicações do acontecimento serão seus pontos centrais.

Profundidade de seu enfoque: o vídeo não se restringe apenas à apresentação do fato, ou seja, ao julgamento do inquérito das *fake news* pelo Supremo Tribunal Federal. A jornalista apresenta dados relevantes, como o que motivou o inquérito; o artigo base utilizado para a sua abertura e suas características; as ações do ministro relator que suscitaram críticas; os apontamentos de favoráveis e contrários ao inquérito; e uma análise de conjunturas. Em certos momentos, como na apresentação dos argumentos contrários, mais especificamente na crítica feita em relação à não participação do Ministério Público na condução da investigação, a jornalista, para auxiliar

no entendimento da questão, explica as diferenças entre os papéis desempenhados pelo Ministério Público e por um juiz.

Número e natureza das fontes consultadas: no vídeo não são inseridas falas diretas de fontes. Ao abordar os argumentos dos favoráveis ao inquérito, a jornalista esclarece que especificará o que dizem os juristas que defendem a sua legalidade. No entanto, tais juristas não aparecem no vídeo.

Aspectos envolvidos e hipóteses apuradas: além da apresentação de fatos e dados relacionados à notícia principal, o vídeo aborda também três cenários possíveis para o julgamento que havia sido marcado (entendimento por parte da maioria da Corte de que o inquérito é constitucional; maioria da Corte apontar que o inquérito é totalmente ilegal; ou maioria da Corte decidir manter o inquérito, porém com algumas ressalvas para enquadrá-lo nos princípios constitucionais). Ou seja, o vídeo vai além da questão factual e preocupa-se em explicar para o público quais seriam os possíveis caminhos para o inquérito das *fake news*, além de apresentar a opinião da jornalista sobre a possível decisão do STF.

Enquadramento predominante (temático/contextual ou não-temático /não-contextual): temático/contextual.

8.4 Vídeo 4: Kassio Nunes aprovado no STF: qual será seu papel em casos contra Bolsonaro, Flávio e Lula?

ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO

Categoria de seleção (dados apresentados): a aprovação de Kassio Nunes para o STF; a quantidade de votos que recebeu; a informação de que ele é o único ministro nordestino nessa atual composição da Corte e que poderá permanecer no cargo até 2047; a informação de que Kassio Nunes substituiu o ministro Celso de Mello após sua aposentadoria e que herdou investigações relatadas pelo ministro aposentado, a exceção do inquérito que apurava se Bolsonaro interveio na PF para proteger interesses pessoais e de sua família; detalhes sobre essa investigação, como a data de sua abertura e as motivações (a acusação por parte do ex-ministro Sergio Moro de que Bolsonaro gostaria de colocar uma pessoa de sua confiança para chefiar a PF); detalhes sobre a atuação de Celso de Mello na relatoria do caso que desagradou Bolsonaro, como a liberação de uma gravação de uma reunião em que o presidente reclamava da falta de informações recebidas da PF; a informação de que Alexandre de Moraes foi sorteado para

assumir a relatoria do caso e decisões tomadas por ele que já desagradaram o presidente; o motivo pelo qual foi sorteada uma nova relatoria (a investigação contra o presidente não poderia ficar parada até a posse do novo ministro) e os motivos “ocultos” para essa decisão, como a preocupação de que ministro indicado pelo presidente assumisse o caso e pudesse gerar algum tipo de desconfiança sobre o inquérito; o que falta para a investigação ser concluída, como a decisão do STF em relação à possibilidade do presidente depor presencialmente ou permitir que ele responda às perguntas por escrito e o passo seguinte, no caso, a decisão do PGR de apresentar ou não uma denúncia contra o presidente; o fato de que o ministro Kassio Nunes seria o novo relator de uma ação apresentada pelo Partido Rede Sustentabilidade que questionava o foro privilegiado garantido ao senador Flávio Bolsonaro na investigação do caso das “rachadinhas”; a informação de que em 2018 o STF restringiu o foro especial apenas aos crimes investigados que tenham relação com o atual mandato do suspeito; a informação de que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro aceitou um recurso do senador para que no caso das “rachadinhas” seu foro de deputado estadual fosse mantido, tirando a investigação da primeira instância e passando para o próprio Tribunal de Justiça; detalhes sobre a sabatina de Kassio Nunes, como o questionamento sobre a sua opinião em relação ao foro privilegiado e a sua resposta reconhecendo a decisão do STF em 2018 como um avanço; o fato de que o principal papel de Nunes nesse caso seria determinar a velocidade de seu julgamento; o recurso do Ministério Público contra o foro concedido a Flávio Bolsonaro que aguardava julgamento na segunda turma do Supremo (colegiado formado por cinco ministros em que Nunes também substituiu o ministro Celso de Mello); o fato de que o recurso do ex-presidente Lula pedindo ao STF que declarasse a suspensão do ex-juiz Sergio Moro seria decidido pela segunda turma do Supremo e que o voto de Nunes seria determinante; a informação de que o julgamento foi paralisado no final de 2018 por um pedido de vista de Gilmar Mendes; a informação de que antes do pedido de vista, os ministros Edson Fachin e Cármen Lúcia votaram contra o pedido de Lula, no entanto, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski já sinalizaram que votariam a favor do ex-presidente e a expectativa de que o voto de Nunes seria o desempate nessa decisão; a informação de que se houvesse maioria na segunda turma para aceitar o recurso de Lula, todos os processos contra ele conduzidos pelo então juiz Sergio Moro seriam anulados, possibilitando, assim, que o ex-presidente voltasse a disputar eleições; a dificuldade de “cravar” o voto de Nunes e a sua fala inicial na sabatina do Senado sobre o combate à corrupção; a opinião de Nunes sobre a Lava Jato ao ser questionado pelos senadores (Kassio Nunes afirmou que não teria nada contra nenhuma operação, porém ressaltou a competência do Senado para promover

ajustes caso houvesse pontualmente descumprimento da lei e da Constituição pelo MP, polícia ou o juiz do caso); o fato de que o novo ministro se definiu como magistrado garantista, o que poderia aproximá-lo de Gilmar Mendes e Lewandowski, e a sua definição de garantista (para ele, ser garantista significaria buscar garantir direitos aplicando as leis e a Constituição); o questionamento feito pelos senadores a Nunes sobre sua posição em relação à possibilidade de prisão após condenação em segunda instância, que foi restringida após um julgamento apertado no STF em 2019; a defesa do novo ministro de que a prisão não deveria ser automática, mas fundamentada em cada caso e a sua fala ressaltando que o Judiciário deveria analisar, por exemplo, se o condenado é um criminoso habitual ou um pai de família que se envolveu eventualmente em um crime; o fato de que Nunes ressaltou que a discussão caberia ao Congresso; a informação de que alguns parlamentares gostariam de aprovar uma emenda à Constituição autorizando a prisão após condenação em segunda instância, ou seja, antes de se esgotar todos os recursos possíveis em um processo.

Categoria de exclusão: o vídeo não ouviu Kassio Nunes, apenas analisou qual seria a postura adotada por ele levando em consideração suas falas durante a sabatina no Senado e o fato de que foi indicado por Bolsonaro para assumir a vaga no STF. Apesar da repórter não ter entrevistado Kassio Nunes, suas declarações no Senado indicam qual seria sua posição como ministro do STF e dá pistas sobre sua atuação, corroborando, dessa forma, para a fundamentação das análises apresentadas.

Categoria de ênfase: o vídeo se dedica sobretudo à análise de como atuaria Kassio Nunes em casos envolvendo Bolsonaro, seu filho Flávio Bolsonaro e Lula, como sugerido pelo próprio título e pela introdução. A BBC News Brasil poderia ter apresentado um rápido histórico sobre como os ministros do STF agem e se existe de fato um alinhamento em relação aos presidentes que os nomearam. Além disso, não foi apresentado um perfil de Kassio Nunes, no começo do vídeo é informado apenas que o novo ministro é nordestino, a quantidade de votos que recebeu no Senado e o tempo que poderá permanecer como ministro da Corte.

Profundidade de seu enfoque: apesar do vídeo ter apresentado informações relevantes para o entendimento do tema central, ele não se aprofundou na questão sobre se realmente existe um alinhamento entre os ministros e os presidentes que os indicaram, não apresentou análises de juristas detalhando o funcionamento do STF e o seu histórico e não apresentou o perfil de Kassio Nunes.

Número e natureza das fontes consultadas: o vídeo não apresenta considerações de fontes oficiais ou especializadas.

Aspectos envolvidos e hipóteses apuradas: ao pontuar as declarações de Kassio Nunes durante a sabatina no Senado, mais especificamente sua resposta ao ser questionado sobre o foro privilegiado, a repórter analisa que a opinião do ministro sinaliza para uma posição contrária ao interesse de Flávio Bolsonaro, já que enfatizou que a decisão do STF seria um avanço (em 2018, a Corte decidiu que o foro por prerrogativa de função conferido aos deputados federais e senadores se aplica apenas a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas. Contrariando tal decisão, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro aceitou recurso de Flávio Bolsonaro e manteve o seu foro de deputado estadual no caso das “rachadinhas”, o que motivou ação do Partido Rede Sustentabilidade).

Enquadramento predominante (temático/contextual ou não-temático /não-contextual): não-temático/não-contextual.

8.5 Vídeo 5: Covaxin: o que acontece após senadores pedirem ao STF denúncia contra Bolsonaro

ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO

Categoria de seleção (dados apresentados): informações sobre os valores, a data do contrato com a Covaxin e a falta de conclusão do teste de eficácia da vacina; as alegações do servidor público Luís Ricardo Miranda para o Ministério Público Federal de que havia sofrido pressão incomum de seus superiores para liberar pagamentos antecipados do contrato da Covaxin e a sua recusa em fazer isso por ter visto problemas no documento com valores errados e a data de entrega da vacina perto de seu vencimento; o envolvimento de Bolsonaro com o caso, sua relação com o irmão do servidor, o deputado federal Luís Cláudio Miranda (DEM-DF); o encontro do deputado, seu irmão e Bolsonaro no Palácio da Alvorada com o intuito de mostrar ao presidente as suspeitas de ilegalidade na compra da Covaxin; as alegações do deputado na CPI da Covid de que Bolsonaro afirmou que acionaria a Polícia Federal para investigar o caso e o fato de que isso não ocorreu até o momento da gravação do vídeo; a afirmação do parlamentar de que Bolsonaro declarou durante o encontro de que o contrato suspeito seria mais um “rolo” do deputado Ricardo Barros do PP do Paraná e a negação do parlamentar em qualquer envolvimento com o contrato da vacina; a declaração do deputado de que o irmão teria

gravações da reunião com o presidente; a posição de Bolsonaro de não negar e nem confirmar a versão dos irmãos Miranda e detalhes de seu discurso no Rio Grande do Norte em que falou sobre o caso; trechos do discurso do ex-presidente no interior de São Paulo; a apresentação da notícia-crime pelos senadores Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato da Rede, e Jorge Kajuru do Podemos ao STF pedindo que a Procuradoria-Geral da República fosse intimada a denunciar Bolsonaro pelo crime de prevaricação; a sugestão pelos parlamentares de investigação de outros possíveis crimes, como corrupção passiva, organização criminosa, evasão de divisas e lavagem de dinheiro relacionados a um possível superfaturamento no contrato da Covaxin, o pedido para que o STF intimasse a PF a esclarecer se foi aberto inquérito para investigar o caso e a solicitação para que Bolsonaro fosse intimado a responder se foi comunicado das denúncias; detalhes da Constituição Federal sobre a previsão de que cabe ao Procurador da República investigar ou denunciar criminalmente o presidente da República; a informação de que Augusto Aras foi escolhido por Bolsonaro em 2019 para ser o Procurador-Geral da República mesmo não estando na lista tríplice e as críticas que tal atitude rendeu em relação aos riscos à independência da PGR; o fato de que por enxergarem Aras como aliado de Bolsonaro, os senadores preferiram enviar a notícia-crime não diretamente a ele como era costume, mas ao Supremo para dar maior visibilidade política ao pedido; o sorteio da ministra Rosa Weber para relatar o caso e o envio por ela da notícia-crime diretamente para o PGR sem atender aos pedidos dos senadores; as considerações do professor Davi Tangerino, professor da Fundação Getúlio Vargas em *off* sobre os obstáculos legais de impedimento de um ministro do STF de intimar o presidente a responder se acionou ou não a PF; os possíveis caminhos de Aras em relação à notícia-crime; a informação de que o PGR arquivou diversas notícias-crime já apresentadas contra o presidente e aliados dele e o fato de que o único inquérito aberto para investigar o presidente é a investigação sobre a possível interferência na PF denunciada por Sergio Moro; a informação de que para críticos do PGR, ele tem agido como aliado de Bolsonaro devido ao seu desejo de ser indicado para o STF e mesmo que a indicação não acontecesse, a relação com o presidente poderia garantir a sua recondução ao comando da PGR; o fato de que o procurador negou ser próximo de Bolsonaro; as explicações de Tangerino de que Aras só poderia ser removido do cargo por um processo de *impeachment* no Senado e de que ele pode ser investigado criminalmente pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal; a informação de que, segundo o professor, o PGR poderia ser acusado de prevaricação por não ter investigado uma autoridade mesmo havendo evidências de crime.

Categoria de exclusão: em relação às informações apresentadas, o vídeo não abordou o fato de que o pedido feito pelos senadores ao Supremo foi motivado também pela intenção de aprofundar as investigações sobre a existência de um gabinete paralelo (grupo formado por médicos e empresários que aconselhava Bolsonaro sobre ações durante a pandemia, como o incentivo ao uso de medicamentos sem eficácia comprovada). A repórter ressaltou apenas que ao apresentarem a denúncia, os senadores sugeriram investigar possíveis crimes cometidos pelo ex-presidente, como prevaricação, corrupção passiva, organização criminosa, evasão de divisas e lavagem de dinheiro, além de pedirem que o STF intimasse a Polícia Federal a esclarecer em 48 horas se foi aberto inquérito para investigar o caso e solicitar que Bolsonaro fosse intimado a responder em igual período se foi comunicado das denúncias.

Categoria de ênfase: como sugerido pelo título e pela introdução, o vídeo vai além da questão factual, a fonte especializada consultada, no caso o professor da Fundação Getúlio Vargas, Davi Tangerino, analisa quais seriam as possibilidades de Augusto Aras em relação à notícia-crime.

Profundidade de seu enfoque: o vídeo vai além da apresentação de dados e informações relacionados ao acontecimento. A repórter esclarece, por exemplo, o que é o crime de prevaricação que motivou a apresentação da notícia-crime pelos senadores, analisa também a atuação do procurador-geral da República e a sua postura claramente favorável ao ex-presidente dando margem a interpretação de que atuaria de tal maneira devido a interesses pessoais de ser indicado a uma vaga no STF ou ser reconduzido ao comando da PGR, e o fato de que essa percepção por parte dos senadores motivou o envio da notícia-crime diretamente para o STF e não para a Procuradoria Geral da República, como era costume. Esclarece também que a Constituição Federal Brasileira impede que uma pessoa seja obrigada a produzir provas contra si mesma, obstáculo legal que impediria um ministro do STF de intimar Bolsonaro a responder se havia acionado a Polícia Federal, como explicado pela fonte especializada, e aborda detalhes da CF no que diz respeito à previsão de que o Procurador da República é a única autoridade que pode investigar ou denunciar criminalmente o presidente da República. A fonte consultada esclarece também o fato de que o Procurador-Geral da República só pode ser removido do cargo por um processo de *impeachment* no Senado, além disso pontua a possibilidade do PGR ser investigado criminalmente pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Número e natureza das fontes consultadas: são apresentadas explicações fornecidas pelo criminalista a professor da FGV Davi Tangerino.

Aspectos envolvidos e hipóteses apuradas: a repórter apresenta três possíveis caminhos que o Procurador-Geral da República poderia tomar de acordo com a análise da fonte consultada: o arquivamento da notícia-crime; a abertura de investigação para apurar se Bolsonaro cometeu alguma ilegalidade; ou denunciar o presidente diretamente por prevaricação no caso de considerar que já há indícios suficientes do crime.

Enquadramento predominante (temático/contextual ou não-temático /não-contextual): temático/contextual.

8.6 Vídeo 6: O surpreendente aceno de Bolsonaro ao STF, com participação de Temer

ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO

Categoria de seleção: a divulgação da nota oficial emitida pelo presidente em que baixou o tom reconhecendo as qualidades do ministro Alexandre de Moraes, a quem havia chamado de canalha dois dias antes; a participação do ex-presidente Michel Temer na elaboração da nota; trechos da nota, como as passagens em que Bolsonaro enfatizou que os ataques mais virulentos ocorreram no calor do momento e que pessoas que exercem o poder não têm o direito de esticar a corda; a opinião de “políticos de Brasília” de que a elaboração da nota foi motivada pela percepção de que a base mais radical do bolsonarismo havia fugido do controle do ex-presidente; a informação de que o recuo ocorreu após o travamento de rodovias por caminhoneiros em apoio aos ataques do ex-presidente ao Poder Judiciário e o receio de que tal movimento gerasse uma crise como a que ocorreu em 2018 que provocou desabastecimento, alta de preços e retração econômica; o áudio enviado pelo ex-presidente para os apoiadores pedindo para que as rodovias fossem liberadas; a análise por parte da repórter de que o recuo poderia ser explicado pela pressão pelo *impeachment* após as ameaças ao STF no dia 7 de setembro; a informação de que Temer disse à CNN que ele próprio havia redigido a nota; a informação de que para o jornal Folha de S.Paulo, Temer afirmou que intermediou uma ligação entre Bolsonaro e Alexandre de Moraes antes da divulgação da nota e o fato de que Moraes foi indicado por Temer à vaga do STF; a análise de que não era possível afirmar se a trégua proposta por Bolsonaro seria duradoura devido ao seu perfil instável e a sua pouca tendência à moderação; declarações de apoiadores de Bolsonaro, como Rodrigo Constantino, nas redes sociais em que se mostraram insatisfeitos com o conteúdo da nota por demonstrar fraqueza por

parte de Bolsonaro; e a publicação no Twitter do presidente do Senado Rodrigo Pacheco sobre a carta em que se mostrou satisfeito.

Categoria de exclusão: o vídeo não abordou o fato de que Bolsonaro encerra o texto com o lema fascista “Deus, Pátria, Família”, criado pela Ação Integralista Brasileira, o que sugere que mesmo que o presidente tenha demonstrado por meio da nota que passaria a respeitar os demais poderes, seu ímpeto antidemocrático prevalece. No entanto, o vídeo deixa claro que o recuo de Bolsonaro foi motivado por interesses pessoais e que seria uma estratégia ao invés de uma vontade genuína de prezar pela manutenção das instituições democráticas.

Profundidade de seu enfoque: além de apresentar informações factuais, são apresentadas também análises sobre as possíveis razões para a elaboração da nota (travamento das rodovias pelos caminhoneiros e maior pressão pelo *impeachment*).

Número e natureza das fontes consultadas: não foram apresentadas falas diretas de fontes, apenas declarações em redes sociais de apoiadores e críticos a Jair Bolsonaro.

Aspectos envolvidos e hipóteses apuradas: é apresentada a hipótese levantada por políticos de Brasília de que a nota tem relação direta com o fato de que a base apoiadora de Bolsonaro fugiu de seu controle e a hipótese que o presidente temia que se repetisse a crise que ocorreu em 2018 em que caminhoneiros foram responsáveis por gerar desabastecimento no país.

Enquadramento predominante (temático/contextual ou não-temático /não-contextual): temático/contextual.

8.7 Vídeo 7: Daniel Silveira: em 4 pontos, o que pode acontecer após indulto de Bolsonaro

ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO

Categoria de seleção: o decreto emitido pelo presidente concedendo indulto individual a Daniel Silveira; o fato de que o indulto extinguiu a pena de prisão a qual ele havia sido condenado pelo STF; os crimes pelos quais o deputado foi condenado; o fato de que especialistas consideram o ato de Bolsonaro como mais um desafio do presidente à autoridade do STF; breve histórico de Daniel Silveira, como o fato de que participou de uma manifestação em 2018 em que quebrou uma placa com o nome da vereadora Marielle Franco, assassinada naquele mesmo ano, o fato de que ele foi eleito deputado federal com pouco mais de 32 mil

votos, e a divulgação por parte de Silveira de um vídeo em que faz ameaças diretas aos ministros do STF e defende uma intervenção militar; a denúncia feita pela PGR pelos ataques do deputado, o fato de que ele passou a ser investigado no inquérito dos atos antidemocráticos e das *fake news*; a alegação da defesa no sentido de que Silveira apenas exerceu o direito à liberdade de expressão e que ele não poderia ser punido porque teria direito à imunidade parlamentar; o fato de que apenas o ministro Kassio Nunes Marques votou pela absolvição integral de Silveira; o voto favorável de André Mendonça pela condenação do parlamentar; a pena de oito anos e nove meses de prisão, a perda do mandato do deputado e também a suspensão dos seus direitos políticos e a multa estipuladas pelo STF; a pretensão de Silveira de disputar uma vaga no Senado pelo Rio de Janeiro; o fato da condenação ainda não ter transitado em julgado; a divulgação do texto do decreto por Bolsonaro em seu Twitter, alegando que existiria um clima de legítima comoção causado pela condenação e que os atos pelos quais Silveira foi processado estariam protegidos pelo direito à liberdade de expressão, tese que já havia sido rejeitada pelo Supremo; detalhes sobre a graça concedida (termo técnico) e sua previsão no artigo 74 do Código Penal e o fato de que o indulto é tradicionalmente concedido no Brasil no final do ano a condenados que atendam a determinados perfis; o esclarecimento em relação à concessão de graça; as diferenças técnicas entre graça e indulto; as reações de políticos, como Randolfe Rodrigues e a ação enviada pelo seu partido ao STF pedindo a anulação do decreto de Bolsonaro; críticas de pré-candidatos à presidência, como João Doria e Ciro Gomes à atitude de Bolsonaro; uma publicação de 2018 de Bolsonaro no Twitter afirmando que em seu governo não haveria indulto; as comemorações e declarações de apoiadores sobre o indulto, como seu filho Eduardo Bolsonaro; avaliações de especialistas sobre o indulto, ressaltando que o perdão anunciado agravaria ainda mais as crises política e institucional no país e o entendimento de que Bolsonaro desafiava novamente a autoridade do STF, além da avaliação de que o ato de Bolsonaro poderia ser considerado nulo, já que a sentença de Silveira não havia sido transitada em julgado; as opiniões jurídicas do desembargador aposentado Wálter Maeirovitch, do professor de Direito da USP Gustavo Badaró e do professor da USP Pierpaolo Bottini; e a análise sobre a possível inelegibilidade de Silveira para cargos públicos.

Categoria de exclusão: considera-se que o vídeo não deixou de apresentar informações essenciais para o entendimento do acontecimento e da gravidade do caso.

Categoria de ênfase: o vídeo aborda aspectos factuais e informações adicionais, como características técnicas do indulto e da graça e avaliações de especialistas.

Profundidade de seu enfoque: o vídeo não se limitou à apresentação do fato. O repórter preocupou-se em oferecer à audiência informações e dados adicionais e relevantes para o entendimento da notícia. Foram abordados os antecedentes de Daniel Silveira; as diferenças técnicas entre indulto e graça; considerações de especialistas em Direito sobre o decreto de Bolsonaro; e uma análise de conjunturas apontando os possíveis desdobramentos do caso.

Número e natureza das fontes consultadas: são apresentados trechos de falas de três fontes especializadas – o desembargador aposentado Walter Maierovitch, o professor de Direito da USP Gustavo Badaró e o advogado e professor da USP Pierpaolo Bottini.

Aspectos envolvidos e hipóteses apuradas: o vídeo aborda os possíveis desdobramentos do caso levando em consideração análises de especialistas em Direito e apresenta também a hipótese ou dúvida, como pontuado pelo repórter, de que o perdão permitiria que Daniel Silveira disputasse ou não as eleições de 2022. Isso porque havia o entendimento de que o indulto livraria o condenado da prisão, mas não das consequências secundárias da condenação, como a inelegibilidade para cargos públicos.

Enquadramento predominante (temático/contextual ou não-temático /não-contextual): temático/contextual.

8.8 Análise dos resultados

Com base na análise dos vídeos utilizando-se como metodologia a análise de enquadramento foi possível identificar semelhanças entre a abordagem da BBC News Brasil e características de uma prática por vezes denominada Jornalismo Contextual. A observação de elementos como a profundidade do enfoque, os dados selecionados, o número e a natureza das fontes consultadas, os aspectos envolvidos e as hipóteses apuradas colaboraram para o cumprimento do objetivo que norteou essa pesquisa: verificar a qualidade da contextualização nos vídeos sobre o embate entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e o STF publicados no canal do YouTube do veículo.

Seguindo aquilo que se espera de um veículo de natureza pública, nos vídeos analisados, a BBC preocupou-se em esclarecer e interpretar aspectos primordiais para o entendimento dos significados mais amplos da notícia. Em seus títulos e introduções, o veículo dá o tom de qual será a abordagem adotada, algo que se confirma no decorrer dos vídeos.

Dos sete vídeos analisados, apenas um adotou o enquadramento identificado como não-temático/não-contextual. Em “Kassio Nunes aprovado no STF: qual será seu papel em casos contra Bolsonaro, Flávio e Lula?” não houve uma análise mais aprofundada sobre um possível alinhamento entre o ministro e Jair Bolsonaro, responsável por sua indicação ao STF. Além de não ter apresentado um perfil do magistrado, a BBC não abordou a questão se realmente existe um alinhamento entre os ministros e os presidentes que os indicaram. Apesar de Bolsonaro ter deixado claro em diferentes oportunidades que indicaria para a Corte alguém próximo a ele e que atuasse no sentido de defender os interesses do governo, a BBC poderia ter ressaltado essa questão da politização do Supremo de maneira mais explícita com o auxílio, por exemplo, de análises de fontes especializadas.

No entanto, como pontuado, na maior parte dos vídeos analisados o veículo foi além das questões básicas do *lead* e propôs uma reflexão a partir de análises em contraposição a simples descrição dos acontecimentos, claro exemplo é o vídeo intitulado “Daniel Silveira: em 4 pontos, o que pode acontecer após indulto de Bolsonaro”. No vídeo em questão, além de apresentar um histórico de Daniel Silveira, foram abordadas as diferenças técnicas entre indulto e graça, falas de especialistas em Direito que consideram o decreto um equívoco do ponto de vista jurídico, já que ele foi concedido antes do processo ter transitado em julgado, e a abordagem do significado mais amplo do acontecimento, no caso a questão da interferência do Executivo no Judiciário, algo que aparece na fala de uma das fontes especializadas. Em maio de 2023, o Supremo derrubou o decreto por considerar que houve desvio de finalidade, tendo em vista que

Silveira era um aliado de Bolsonaro e que a concessão do perdão não foi motivada pelo interesse público, mas sim por se tratar de alguém que nutria um vínculo político-ideológico com o ex-presidente, algo que é incompatível com os princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade administrativa. Além de atacar o Supremo e seus ministros, o ex-presidente contrariou e desrespeitou decisões do tribunal, como no caso de Daniel Silveira, condenado a oito anos e nove meses de prisão pelos crimes de tentativa de impedir o livre exercício dos Poderes e coação no curso do processo, e como pontuado em capítulo específico sobre a relação entre Bolsonaro e o STF, implementou medidas autoritárias e inconstitucionais utilizando para isso a edição de decretos e de outras medidas administrativas que desvirtuavam leis.

Outros vídeos também tratam de maneira mais explícita do embate entre Bolsonaro e o STF, tema que motivou a elaboração dessa pesquisa. No vídeo “O surpreendente aceno de Bolsonaro ao STF, com participação de Temer”, a BBC apresentou as principais informações que envolviam o tema respondendo, dessa forma, as perguntas do *lead*, porém o veículo foi além ao abordar as motivações reais para o recuo de Bolsonaro (desmobilizar o travamento das rodovias pelos caminhheiros e diminuir a pressão pelo *impeachment*). A preferência por abordar o tema de tal maneira vai ao encontro do que Cornu (1999) definiu como interpretação causal. Isso porque além de contextualizar o assunto, o vídeo focou no “como” e “por quê?”.

Retomando o aporte teórico apresentado, o jornalismo ao dar maior importância ao oferecimento de informações factuais e ao emprego de técnicas como pirâmide invertida, *lead* e critérios de seleção relega a segundo plano análises e a abordagem das causas e consequências do acontecimento. Porém, a BBC parece fugir a essa tendência ao reconhecer que, como pontuado por Lückman (2020), o jornalismo é uma forma de conhecimento social, sendo fator constitutivo da Sociedade em Rede. Dessa forma, cabe a ele, entre outras tarefas como identificar a veracidade das informações, explicar temas complexos e levantar questões em aberto. Em relação a essa última, no vídeo “O que esperar do julgamento do STF sobre o inquérito das *fake news*”, além de apresentar as principais informações do ponto de vista factual (data de abertura do inquérito, o que motivou sua abertura, o ministro responsável pela investigação, decisões tomadas por ele, etc), foi realizada também uma análise sobre a possível decisão do STF no julgamento que havia sido marcado. Para isso, a repórter considerou manifestações públicas de ministros sobre o tema e o espírito de corpo da Corte (alvo dos ataques), que, segundo sua análise, motivaria os magistrados a dar andamento ao inquérito, porém com a delimitação de regras para enquadrá-lo em princípios constitucionais, como o esclarecimento de como deveria ser a atuação do Ministério Público Federal e o papel do

ministro Alexandre de Moraes, alvo de críticas. A previsão da BBC se confirmou e no julgamento de 10 de junho, o STF decidiu pela continuação da investigação. Em consonância com as observações de Alsina (2009) em relação ao vídeo sobre o inquérito das *fake news* e em outros já analisados ao longo da pesquisa, a BBC procurou estabelecer conexões com outros acontecimentos, explicou os fatos e até mesmo os interpretou.

De maneira geral, as análises permitiram inferir que a BBC pratica em seu canal no YouTube aquilo que é visto em outros meios, como em seu *site*, raras exceções fogem à regra. Em termos de comparação, apenas a DW Brasil (serviço brasileiro da empresa pública de radiodifusão da Alemanha) tem uma abordagem que se assemelha à BBC. Em seu canal, a DW Brasil publica vídeos com análises de temas relacionados à política brasileira, como exemplo é possível citar o vídeo intitulado “Bolsonaro está perto de ser banido da política?”²⁷. Nele, a repórter explicou o que pesava contra o ex-presidente na ação junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que pedia a sua inelegibilidade e quais eram as chances de ele ser impedido de disputar eleições.

A partir de tal constatação é possível comprovar na prática aquilo que Rothberg (2011) havia observado sobre as especificidades do jornalismo público. Diferentemente do jornalismo comercial, que, por vezes, apela ao espetáculo, ao sensacionalismo, à fragmentação e à superficialidade, a BBC oferece análise e contexto, aspectos indispensáveis para a formação do pensamento crítico.

²⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lChHVM_aq6Y

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a responder à questão: “na abordagem de notícias relacionadas ao embate entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e o STF pelo canal de YouTube da BBC News Brasil observa-se uma predominância de enquadramentos temáticos/contextuais e uma aproximação de características do Jornalismo Contextual?”

A partir de tal questionamento, a pesquisa buscou especificamente: em um primeiro momento, estudar as premissas, regras e valores seguidos pelos veículos da imprensa comercial como forma de identificar as diferenças em relação aos veículos de natureza pública, e refletir sobre a relação entre oferta de conteúdo jornalístico de qualidade e cidadania. Buscou ainda compreender características do Jornalismo Contextual e descrever o enquadramento que se destaca nos vídeos da BBC.

Em relação ao estudo das premissas, regras e valores seguidos pela imprensa comercial, foi realizado um resgate teórico de temas como valores-notícia, critérios de noticiabilidade e técnicas jornalísticas, que, como alertado por Traquina (2008), explicam as semelhanças encontradas entre as notícias e sua previsibilidade. No decorrer da pesquisa, mais especificamente na parte dedicada à análise, foi possível observar que a BBC, um veículo de natureza pública, apesar de seguir tais estratégias e regras já cristalizadas na cultura profissional jornalística, se diferencia por oferecer análises, interpretações e contexto.

No que diz respeito à reflexão sobre a relação entre oferta de conteúdo jornalístico de qualidade e cidadania foi realizada uma pesquisa bibliográfica que possibilitou o contato com diferentes vertentes de pensamento, como a reflexão proposta por Gentilli acerca do acesso à informação como direito-meio. De maneira geral, o autor reconhece que o acesso à informação é uma porta de acesso a outros direitos e que a informação jornalística é indispensável para estar no mundo nos dias de hoje. Porém, como pontuado, não se trata de qualquer tipo de informação, mas sim, de informação de qualidade. Outra observação feita pelo teórico e que cabe registro é a ideia de que no modelo de jornalismo típico-ideal proposto por ele, o jornalista assume um papel de mediador, ou seja, é a figura responsável por filtrar, selecionar e organizar os elementos para o julgamento do leitor. Além das considerações e análises de Gentilli, foram apresentadas também as ideias de Paulino (2015), pesquisador que defende que a atuação e a responsabilidade social da mídia podem ser aprimoradas. Para ele, a qualidade jornalística, no caso brasileiro, pode ser fruto da cooperação entre lei, mercado e deontologia.

Ao analisar as características do Jornalismo Contextual, foi possível ter contato com pesquisas que enfatizaram as mudanças observadas na cultura profissional jornalística e na

imprensa americana, com destaque para maior preocupação com a questão do contexto e análises mais atuais, como a proposta por Lückman (2020), que se destaca por ter desenvolvido uma tese que explorou as potencialidades de uma teoria do jornalismo que inclua o contexto e a contextualização entre seus conceitos estruturantes, articulados com uma compreensão complexa do conhecimento.

Além dos temas acima retratados, a pesquisa buscou também apresentar um panorama geral sobre a relação entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e o Supremo Tribunal Federal (STF), tema dos vídeos analisados. No decorrer do capítulo foram abordadas pesquisas que se dedicaram, por exemplo, a entender o populismo de Bolsonaro a partir de uma abordagem política. Foram ressaltadas também análises que identificaram uma aproximação entre as ações do ex-presidente da definição de infralegalismo autoritário, método que se baseia na edição de decretos que contrariam direitos estabelecidos pela Constituição Federal.

Com base nas apreensões viabilizadas pelo desenvolvimento dos capítulos teóricos, foi possível desenvolver a análise qualitativa a partir do emprego da metodologia conhecida como análise de enquadramento. O trabalho empírico procurou verificar se existia uma aproximação em relação à abordagem adotada pela BBC de características do Jornalismo Contextual.

Ao final da análise do *corpus* composto por sete vídeos, chegou-se ao resultado de que a BBC privilegia análises, contexto e interpretações. O veículo emprega em seus vídeos sobre a relação entre o STF e Bolsonaro enquadramentos temáticos/contextuais. Esse tipo específico de abordagem se diferencia por centrar em temas e por envolver pluralismo e equilíbrio.

Como ressalta Rothberg (2007), o pluralismo diz respeito a um tratamentocompreensivo das causas, consequências e da diversidade de fatores. Ainda de acordo com o pesquisador, fatos e acontecimentos relevantes e complexos precisam ser tratados de maneira abrangente a partir da verificação de seus antecedentes e implicações.

Apesar de tratar especificamente da implementação de políticas públicas, suas ideias podem ser tomadas emprestadas para a análise de outros temas. Feito o esclarecimento, ainda sobre a questão do pluralismo, ele não é alcançado, segundo o autor, pela simples abordagem de visões contrárias, como o senso comum tende a enfatizar, mas sim pela apuração da diversidade de perspectivas que interessam para o fato em exame.

Em relação ao equilíbrio, visto pelo autor como um critério de produção da pluralidade, ele é empregado de duas maneiras: a partir da identificação de visões que merecem ser ressaltadas e por meio do planejamento de como cada uma será apresentada levando em

consideração as possibilidades da linguagem do jornalismo para um tratamento sério, ponderado e consistente.

Diante do exposto, entende-se que a importância da presente pesquisa se justificou por ter se aprofundado em um tema relevante e atual no campo da Comunicação, no caso o estudo sobre o contexto na prática jornalística, algo que é pouco estudado no Brasil. Como visto, tal prática apresenta-se como uma alternativa ao jornalismo superficial e fragmentado ao levar em consideração que a formação do pensamento crítico demanda por parte do jornalismo uma postura diferenciada no sentido de dar subsídios para a compreensão mais ampla dos significados das notícias. Dessa forma, a pesquisa buscou suscitar a discussão teórica sobre a importância do jornalismo no sentido de não apenas apresentar informações, mas também explicá-las e contextualizá-las, sendo o contexto o elemento que poderia contribuir para a crise a qual o jornalismo enfrenta há alguns anos.

Além da questão do contexto, considera-se que a relevância da pesquisa também se justificou por ter se debruçado sobre um tema de inquestionável relevância: a relação conflituosa entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e o STF, fomentado desde o início de seu mandato pelo primeiro. Durante os quatro anos em que ocupou o mais alto cargo do Executivo do Brasil, Bolsonaro desrespeitou as instituições democráticas, com destaque para o Supremo, e colocou a democracia brasileira em risco.

Devido a postura adotada pelo ex-presidente, notícias sobre o STF tornaram-se comuns na imprensa brasileira. No entanto, como se trata de uma instituição com funções específicas que não são de conhecimento de boa parte da população brasileira, como aponta pesquisa realizada pela consultoria Quaest em agosto de 2022 que revelou que 72% dos entrevistados não souberam citar nenhuma função específica da Corte, acredita-se ser necessário a adoção de uma abordagem diferenciada, como a adotada pela BBC News Brasil. No vídeo sobre o envio da notícia-crime ao STF por senadores no caso da Covaxin, por exemplo, é enfatizado por uma fonte especializada a questão dos obstáculos legais que impedem que um ministro do STF intime um presidente a responder acusações.

É importante pontuar, no entanto, que diferentemente do que sugeria a leitura flutuante (BARDIN, 2011), ou seja, o contato inicial com os materiais que seriam submetidos à análise, alguns vídeos apenas tangenciaram a questão do embate entre Bolsonaro e o STF. Ressalta-se também que por se tratar de uma dissertação, optou-se por focar a análise apenas na esfera da produção, porém reconhece-se a possibilidade do desenvolvimento de pesquisas futuras que incluam também a esfera da recepção, ou seja, a análise dos comentários publicados nos vídeos.

Além disso, acredita-se que a pesquisa possa contribuir com análises futuras sobre o

tema contexto no jornalismo e sobre o mandato de Jair Bolsonaro do ponto de vista jurídico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A cara da democracia. Instituto da democracia. 2022. Disponível em: <<https://www.institutodademocracia.org/a-cara-da-democracia>>. Acesso em: 1 de jun. 2022.
- ALSINA, Miquel R. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, Thomás Zicman de; LAGO, Miguel. **Do que falamos quando falamos de populismo**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BBC. Building public value. BBC, 2004. Disponível em: <<https://downloads.bbc.co.uk/aboutthebbc/policies/pdf/bpv.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- BBC. Conheça os princípios editoriais da BBC. **BBC**, 2009. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/institutional/2009/04/090430_bbcguidelines>. Acesso em: 5 de nov. 2022.
- BBC. Copy of Royal Charter for the continuance of the British Broadcasting Corporation. **BBC**, 2016. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/577829/57964_CM_9365_Charter_Accessible.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2022.
- BBC. Texto da BBC busca objetividade, equilíbrio e correção. **Terra**, 2009. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/texto-da-bbc-busca-objetividade-equilibrio-e-correcao,b06be9f6e80ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 20 de mai. de 2022.
- BRUCK, Mozahir Salomão; PIMENTA, Ana Paula Fernandes; MARQUES, Carolina Lopes. Usos da memória como recurso de contextualização no jornalismo digital. **Intexto**, n. 53, p. 120623-120623, 2022.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. Editora Companhia das Letras, 2000.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério; TRICHES, Guilherme Longo. Interesse público no jornalismo: uma justificativa moral codificada. **Revista Famecos**, v. 21, n. 2, p. 484-503, 2014.
- CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: instituto Piaget, 1999.
- CYRIL-LYNCH, Christian Edward; PASCHOETO-CASSIMIRO, Paulo Henrique. O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021). **Aisthesis**, n. 70, p. 223-249, 2021
- DAN, Viorela; RAUTER, Doreen. Explanatory Reporting in Video Format: contrasting perceptions to those of conventional news. **Journalism Practice**, [S.L.], p. 1-22, 8 set. 2021. Informa UK Limited.
- DE BARROS, Thomás Zicman; LAGO, Miguel. **Do que falamos quando falamos de populismo**. Companhia das Letras, 2022.

- FINK, Katherine; SCHUDSON, Michael. The rise of contextual journalism, 1950s–2000s. **Journalism**, v. 15, n. 1, p. 3-20, 2014.
- FORDE, Kathy Roberts. Discovering the explanatory report in american newspapers. **Journalism Practice**, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 227-244, jun. 2007. Informa UK Limited.
- FRANKLIN, Bob et al. **Key concepts in journalism studies**. London: Thousand Oaks: New Delhi: Sage Publications, 2005.
- GENTILLI, Victor. **Democracia de Massas: jornalismo e cidadania**. Estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- GENTILLI, Victor. **O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a Comunicação**. Revista Famecos, v. 9, n. 19, p. 36-48, 2002.
- KARAM, Francisco José. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo, Summus, 2004.
- KOZINETS, R. V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- LEAL, Laurindo. **A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão**. Summus Editorial, 1997.
- LEAL, Laurindo. **Vozes de Londres: memórias brasileiras da BBC**. EdUSP, 2008.
- LÜCKMAN, Ana Paula; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. Contexto e contextualização no Jornalismo: uma proposta conceitual. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. 14, n. 2 (jul./dez. 2017) p. 162-174, 2017.
- MACHADO, Heloísa. A graça de Bolsonaro. **Revista Piauí**, 2022. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/graca-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 1 de jul. 2022.
- MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 39, p. 39-56, 2016.
- MENDES, Conrado. Ilegalismo autoritário é obra de juristas. **Folha de S.Paulo**. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/conrado-hubner-mendes/2022/04/ilegalismo-autoritario-e-obra-de-juristas.shtml>>. Acesso em: 10 de mai. 2023.
- MORIN, Edgar. O pensamento complexo, um pensamento que pensa. In: MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

PARZIANELLO, Geder Luis. O governo Bolsonaro e o populismo contemporâneo: um antagonismo em tela e as contradições de suas proximidades. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, v. 12, n. 36, p. 49-64, 2020.

PAULINO, Fernando Oliveira. **Ética, responsabilidade e qualidade do jornalismo**. 2015.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. **O jornalismo em tempo de mudanças estruturais**. Intexto, n. 24, p. 38-57, 2011.

PORTO, M. **Enquadramentos da mídia e da política**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). Comunicação e política: conceitos e abordagens. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2004.

POTTER, Simon J. **This is the BBC: Entertaining the Nation, Speaking for Britain, 1922-2022**. Oxford University Press, 2022.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. Direito à informação para o exercício da cidadania. **Revista Direitos Culturais**, v. 9, n. 19, p. 108-117, 2015.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REUTERS INSTITUTE. Digital News Report 2022, 2022. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2022>>. Acesso em: 1 de jul. 2022.

ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo público: informação, cidadania e televisão**. Editora UNESP, 2011.

ROTHBERG, Danilo. **Enquadramento e metodologia de crítica de mídia**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, V, 2007, Sergipe.

ROTHBERG, Danilo. Enquadramentos midiáticos e sua influência sobre a consolidação de direitos de crianças e adolescentes. **Opinião Pública**, v. 20, p. 407-424, 2014.

ROTHBERG, D., & da Silva VANZINI, K. V. **Contribuições à análise de qualidade do jornalismo na comunicação pública digital**. Conexão-Comunicação e Cultura, 12(24). 2014.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Editora UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2009.

SOCIAL BLADE, 2022. Disponível em: <https://socialblade.com/youtube/channel/UCthbIFAxXTTQEC7EcQvP1Q>. Acesso em 20 de mai. 2022.

TEJERA, Marta H. D. Democracia/Ciberdemocracia: relações com o campo da Comunicação Social. *In*: BRITTES, Juçara (org.). **Saber militante: teoria e crítica nas políticas de comunicação do Brasil**. São Paulo: Intercom, 2003. p. 203-224.

TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Portugal, Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Vol. 2. Florianópolis: Insular, 2008.

Transgressões do populismo. 2022. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/transgressoes-do-populismo/>>. Acesso em: 10 fev. 2022

VIEIRA, Oscar Vilhena; GLEZER, Rubens; BARBOSA, Ana Laura Pereira. Supremacia e infralegalismo autoritário: o comportamento do Supremo Tribunal Federal durante o governo Bolsonaro. **Novos estudos CEBRAP**, v. 41, p. 591-605, 2023.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

WOLF, Mauro. **Theories of mass communication**. São Paulo: Martins Sources, 2003.

WOLF Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 6. ed. São Paulo: WMF Martin Fontes, 2012.